

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUÍS FELIPE MACHADO DE GENARO

ENTRE CASSETETES E TIJOLOS:
A GREVE DA CONSTRUÇÃO CIVIL CURITIBANA DE 1979

CURITIBA

2018

LUÍS FELIPE MACHADO DE GENARO

ENTRE CASSETETES E TIJOLOS:
A GREVE DA CONSTRUÇÃO CIVIL CURITIBANA DE 1979

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gonçalves.

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR - BIBLIOTECA DE
CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS
FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário: Guilherme Luiz Cintra Neves –
CRB9/1572

G324e Genaro, Luís Felipe Machado de
"Entre cassetetes e tijolos" : a greve da construção civil curitibana de
1979/ Luís Felipe Machado de Genaro. – Curitiba, 2018.
127 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências
Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2018.

Orientador: Marcos
Gonçalves . Bibliografia: p.
124-127.

1. Greves e lockouts - Curitiba (PR). 2. Greves Ilegais. 3.
Trabalhadores - Construção civil - Brasil. 4. História social do
trabalho. I. Universidade Federal do Paraná. II. Gonçalves, Marcos.
III. Título.

CDD: 331




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUIS FELIPE MACHADO DE GENARO**, intitulada: **ENTRE CASSETETES E TIJOLOS: A GREVE DA CONSTRUÇÃO CIVIL CURITIBANA DE 1979.**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 11 de Junho de 2018.


MARCOS GONÇALVES(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


OZIAS PAESE NEVES(Unibrasil)


MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES(UFPR)



Dedico esta dissertação a Silvio Mazzalai Machado,
falecido em 07 de novembro de 2017, com amor
incondicional. Seus ideais de justiça social e a força
de sua presença ainda vivem em mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, meu agradecimento a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Bolsa de Estudos de dois anos de duração, me auxiliando nas mais diferentes áreas da vida, com ênfase nos estudos e pesquisa acadêmica.

Agradeço o professor Marcos Gonçalves pelas críticas, aulas e orientações durante os últimos anos. Sua dedicação, sugestões e leituras me serviram para avançar e melhorar cada vez mais. À banca de qualificação, as inúmeras críticas e sugestões construtivas, assim como o meu afeto e estima aos professores da linha de pesquisa Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e sentimento na História.

Muitas outras pessoas estiveram ao meu lado e, juntamente, participaram da construção desta dissertação. Nada se constrói sozinho.

Com amor, agradeço à minha família por todo o auxílio despendido durante a minha formação, da graduação ao mestrado.

À Luísa de Quadros Coquemala, a sua paciência de ler comigo página por página das dezenas de rascunhos produzidos, assim como Matheus Pimentel Klocker, por suas correções. Ambos fazem parte desta dissertação e, por isso, minha estima.

Ao amigo Bruno Nonvieri, um agradecimento especial pela companhia, gargalhadas, lágrimas e sustentação em momentos de necessidade. Já os grandes companheiros Lucas Martins, Luana Rodrigues, Osvaldo Rodrigues Jr. e Bárbara Lechinsk, pelos momentos de desconcentração, apoio, lágrimas, abraços, bebedeiras e discussões.

Aos grandes e velhos amigos, Nathália Frazon, Laura Coquemala, Léo Calió, Fernanda Gorski, Vitória Bonatto, assim como tantos outros, meu abraço fraterno.

*As cabeças levantadas
Máquinas paradas
Dia de pescar;
Pois quem toca o trem pra frente
Também de repente
Pode o trem parar*

CHICO BUARQUE DE HOLLANDA; Linha de Montagem, 1982.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo narrar e contextualizar um massivo movimento grevista ocorrido na cidade de Curitiba, estado do Paraná, entre os dias 20 e 30 de novembro de 1979. Através do jornal *Gazeta do Povo*, arquivado e disponibilizado pela Biblioteca Pública do Paraná, e fichas policiais provenientes da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, disponibilizadas pelo Arquivo Público do Paraná e alocadas em quatro dossiês temáticos, se busca construir uma interpretação histórica da greve dos “peões de obra” da construção civil curitibana, até então inexplorada pela historiografia paranaense e desconhecida pela História Social do Trabalho no sul do país. É na esteira dos movimentos contestatórios e de oposição à ditadura civil-militar brasileira e seu projeto político-econômico que a greve da construção civil surge de forma espontânea e explosiva, transformando o cotidiano dos curitibanos durante dez longos dias. Com base nos estudos do *renascimento do acontecimento* de François Dosse, e através de uma metodologia narrativa não linear, mas proliferativa e descritiva, reflexão que explorou Lawrence Stone em artigo conhecido, construímos uma breve história da luta por melhores condições de vida de milhares de trabalhadores pobres, conceito cunhado por Nair Heloísa Bicalho de Sousa em suas pesquisas sobre o mundo do trabalho na construção civil. Bicalho de Sousa é a responsável por nos mostrar de que forma se organizam estes trabalhadores que, de uma hora para outra, tornam-se um só sujeito capaz de estreitar laços de solidariedade mesmo em momentos de tensão e violência extremas. Tendo em vista a violência retratada nos acontecimentos narrados, nos amparamos em Étienne Balibar, teórico da violência e da *contra violência preventiva*, ação de resistência das classes subalternas e trabalhadoras perante *aparatos legítimos de violência* – nesta dissertação, as forças de repressão e segurança de um Estado de exceção. Não obstante, em busca de uma maior compreensão do movimento grevista da construção civil e com base nos dossiês temáticos pesquisados, construiu-se uma tabela com as mais diversas informações daqueles sujeitos até então anônimos na História Social do Trabalho no Paraná. Entre dificuldades e obstáculos na procura de fontes de informação, esta pesquisa tem como intuito dar voz aqueles operários silenciados, tornando este trabalho, por fim e a acabo, um instrumento de reflexão crítica da realidade brasileira.

Palavras Chaves: movimento grevista; construção civil; história social do trabalho; ditadura civil-militar.

ABSTRACT

The present dissertation has the objective that relate and contextualize a massive strike movement occurred in Curitiba City, Parana State, between November 20 and November 30 in 1979. Through Gazeta do Povo Newspaper, filed and made available by Parana's Public Library and police records from Public Security Office from Parana State, made available by Parana's Public Files and allocated in four thematic dossiers, the aim is to construct a historical interpretation of the strike "Construction Laborers" in Curitiba civil construction, until then unexplored by the historiography of Paraná and unknown by Social History from job in the South of the country. It is in the wake of contestatory movements and of opposition to the Brazilian civil-military dictatorship and its political-economic project that the civil construction strike arises spontaneously and explosively, changing the daily of Curitibaanos for ten long days. Based on studies about of the Renaissance of the event of François Dosse, and through a non-linear narrative methodology, but proliferative and descriptive reflection explored Lawrence Stone in known article, we build a brief history about the fight for better conditions of a thousand poor citizens life, a concept coined by Nair Heloísa Bicalho de Sousa in his research on the world of work in construction. Bicalho de Sousa is responsible to show us the way that these workers organized themselves, from one moment to another, became a single subject capable of strengthening ties of solidarity even in times of extreme tension and violence. In view of the violence portrayed in the events narrated, we took refuge in Étienne Balibar, theorist of violence and of preventive violence, the resistance of the subaltern and working classes to legitimate apparatuses of violence - in this dissertation, the forces of repression and security of a State of exception. Nevertheless, in search of a better understanding of the strike movement of the civil construction and based on the thematic dossiers researched. It was built a table with the most diverse information about that workers until then anonymous in the Social History of Paraná's Work. Between difficulties and resources in the search of sources of information, this research aims to give voice to those silenced workers, making this work, finally and out, an instrument of critical reflection of the Brazilian reality.

Key Words: workers movement; civil construction; Social History; Brazilian civil-military dictatorship.

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 01 - Dossiê A – Participantes das greves dos trabalhadores na Construção Civil – N°03217	17
Figura 02 - Notícia publicada em 22 de novembro de 1979 pelo jornal “Gazeta do Povo”, intitulada “Fato Lamentável” onde demonstra trabalhadores grevistas em atos de contra violência.....	36
Figura 03 - Editorial publicado em 22 de novembro de 1979 pelo jornal “Gazeta do Povo”, intitulada “A Legitimidade da Greve e sua Degeneração”.....	39
Figura 04 - Publicação de 22 de novembro de 1979 pelo jornal “Gazeta do Povo”, intitulada “Mantendo a Ordem” aponta o confronto entre as forças de repressão e segurança e o sujeito coletivo de trabalhadores.....	43
Figura 05 - Assembleia dos trabalhadores apontada através da Publicação de 24 de novembro de 1979 pelo jornal “Gazeta do Povo”, intitulada “Nova Assembleia Hoje”.....	50
Figura 06 - Panfletos distribuídos pelos grevistas “radicalizados” incitados pelo vereador Ivan Ribas (MDB) – Reprodução Datilografada	61
Figura 07 - Ficha 78 do Dossiê C, N°03214 disponibilizada pelo Departamento da Polícia Civil em novembro de 1979.....	68
Figura 08 - Pelas ruas marchando indecisos cordões. Comunicado publicado pela revista “Gazeta do Povo” em novembro de 1979.....	70
Figura 09 - Ficha de registro de emprego de Luiz Tibúrcio de Carvalho em 1979.....	77
Figura 10 - Ficha 131 (P.301) Carteirinha da Biblioteca Pública do Paraná	80

de Gislene da
Silva.....

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 01 - Identificação dos Operários participes contidas nos quatro dossiês pesquisados, (Departamento de Polícia Civil, 1979).....	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS	1
FONTES E DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	7
1.1. A IMPRENSA.....	8
1.2. ARQUIVOS SENSÍVEIS DA HISTÓRIA RECENTE: FICHAS POLICIAIS	14
1.3. ACONTECIMENTO E NARRATIVA	22
A GREVE	27
2.1. CONTEXTO.....	27
2.2. ENTRE CASSETETES E TIJOLOS.....	32
2.3. O EDITORIAL	39
2.4. NA ILEGALIDADE	40
2.5. A POSIÇÃO SINDICAL	43
2.6. REJEIÇÃO E CONCILIAÇÃO: A INTENSIFICAÇÃO DA GREVE	49
2.7. DIAS DERRADEIROS: CONFRONTOS E RUPTURAS	70
2.8. A SOCIEDADE CIVIL	78
2.9. BEM-VINDO, GENERAL!	81
A GREVE ENTRE A VIOLÊNCIA E A CONTRAVIOLÊNCIA	91
3.1. NÚMEROS E REFLEXÕES	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA	115
REFERÊNCIAS	118
FONTES	120

INTRODUÇÃO: PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

Esta pesquisa visa narrar e contextualizar a experiência coletiva dos trabalhadores da construção civil em um massivo movimento grevista ocorrido na cidade de Curitiba, estado do Paraná, em novembro de 1979.

Através de duas tipologias de fontes primárias – a imprensa e os arquivos sensíveis de nossa história recente, fichas e relatórios policiais – apreendemos as disputas entre a categoria e os conflitos sindicais presentes na conjuntura grevista, narrando os acontecimentos dos dias 20 a 30 de novembro daquele ano, explorando as razões político-econômicas para a deflagração da greve, que, em conjunto a diversos outros movimentos de oposição operária pelo país, combateram as estruturas ditatoriais impostas ao país desde o ano de 1964.

Nosso trabalho tem o feito de ser inédito na historiografia paranaense na vertente da História Social do Trabalho, pela simples razão dos acontecimentos aqui narrados e refletidos não terem sido trabalhados por nenhum outro pesquisador. Apesar de citados pequenos relatos de operários da construção civil no relatório final da “Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban”¹ (2014), procuramos detalhar este movimento paredista em seus mais diferentes ângulos mediante as duas tipologias de fontes outrora citadas, dando voz aos mais diferentes sujeitos históricos.

A presente história, ou análise histórica, é sem dúvida sobre as ações de pessoas cujas faces eram, e ainda são, desconhecidas, exceto por suas famílias, estatísticas de Estado e páginas policiais. São sujeitos anônimos, e, não fosse pelos datilógrafos das forças que visaram manter a ordem e reger a disciplina das massas, jamais seriam lembrados.

Comungamos que todo historiador e toda a interpretação da História está impreterivelmente enraizada no tempo presente, em seus desafios, conflitos e subjetividades. Se entendermos que mais permanências a rupturas compõem o processo histórico brasileiro e que os resquícios da ditadura civil-militar (1964-1985) nas estruturas de poder, instituições de Estado,

¹ Alguns desses relatos constarão em nossa narrativa a partir do capítulo 2: “**A greve**”, juntamente com os relatos de operários da construção civil detidos pelas policiais civil e militar durante o movimento paredista, levados e interrogados nas intendências da Delegacia de Ordem Social da 9ª região.

corporações policiais e relações de trabalho são uma realidade, poderemos, por conseguinte, ver no objeto desta dissertação uma relação próxima com a conjuntura política e social do Brasil no século XXI².

O movimento grevista de trabalhadores da construção civil ocorre em um momento onde há exponencial ascensão de greves no país. Diversos foram os cientistas sociais que se debruçaram sobre esta fase de ascensão nos anos finais da ditadura civil-militar e no período da redemocratização³, que juntamente com outras forças sociais, colocariam fim ao dia que havia durado vinte e um anos. Eduardo Noronha apresenta um sintético panorama da conjuntura, apontando as várias fases e ciclos de greves ocorridas no Brasil republicano, entre elas o período de ruptura democrática e, principalmente, de 1978 a 1984, atribuindo grande relevância a esta fase para a transição política da ditadura para a democracia. Para ele, “o final da década de 1970 representou uma ruptura da história das relações de trabalho no Brasil em vários sentidos”⁴. A média de greves entre o período da “abertura política” era de aproximadamente 214 por ano⁵ – e não paravam de aumentar.

Sobre aquelas que nos interessam, segundo uma pesquisa realizada no início de 1980 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apresentada por Nair Heloísa Bicalho de Sousa,

² Em um tempo presente marcado pelo espetáculo político, o bombardeio ininterrupto de informações via portais de notícias online e redes sociais, além da crise de representação entre o sujeito eleito e o seu eleitorado, procuramos estudar um fenômeno – uma greve de trabalhadores – que durante o processo histórico brasileiro encontrou de tempos em tempos resistência das diversas forças políticas, sociais e econômicas dominantes, assim como encontram nos dias atuais.

³ Longe de nos aprofundarmos no período de transição de um Estado de exceção para o Estado Democrático de Direito, precisamos compreender o papel do Brasil nesse contexto complexo. Para tal, os apontamentos propostos recentemente pelo filósofo político Vladimir Safatle são de grande importância. Em seu livro-manifesto *Só mais um esforço*, onde expõe os últimos acontecimentos da conjuntura nacional antes, durante e após a Era Lula-Dilma, chegando ao golpe jurídico-parlamentar de 2016, Safatle retrocede para os anos finais da ditadura civil-militar e chega ao momento do intrincado processo de redemocratização. Para ele, “o Brasil vive a profecia da violência sem trauma aparente”, e que nossa redemocratização “foi baseada na tese de que o ‘esquecimento dos excessos’ do passado [sobre os quais comentaremos no capítulo 3, **A greve entre a violência e a contra violência**] seria o preço doloroso, mas necessário, a ser pago para garantir a estabilidade democrática eliminando o trauma da violência estatal” (SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Ed. Três Estrelas, 2017, p.64). Até os dias de hoje nenhum agente do Estado de exceção deflagrado no país de 1964 a 1985, foi julgado e preso. Vivemos, por isso, em um passado constante. Passado que insiste em não passar.

⁴ NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 119-168, 2009, p. 125.

⁵ Idem, p.126.

neste contexto de ebulição social ocorreram 32 greves da construção civil pelo país⁶:

Os dois períodos militares, “duros”, e “abertura”, foram marcados pela total ausência de diálogo entre governos e sindicatos, embora após 1978 os militares tenham perdido o controle sobre os sindicatos e a opinião pública fosse crescentemente favorável à redemocratização. As eleições estaduais em 1982 mudaram o cenário da intransigência. Os governadores, democraticamente eleitos, foram saudados pela mídia e pela população e, em seguida, cobrados com greves dos sindicalistas. Os riscos da greve haviam diminuído e as oportunidades de ganho aumentado.⁷

O controle da classe trabalhadora “perdido” pelos militares em 1978, no que tangia os seus órgãos de representação, sobre o qual também reflete Noronha, mostrava o desgaste político da ditadura civil-militar⁸ perante a sociedade brasileira, mas não a sua perda de influência e tomada de decisões. Sobre o órgão de representação da categoria de trabalhadores da construção civil paranaense, os seus conflitos internos e sua oposição sindical de base, discorreremos nas páginas seguintes. A reorganização de inúmeras frentes de oposição contrárias à ditadura civil-militar seria crucial para minar o que faltava da era militar. Para as classes trabalhadoras, o instrumento de greve seria a arma que empunhariam nesta guerra.

No Capítulo I tratamos de compreender de forma profunda o reflexo de nossas duas fontes históricas – a imprensa e os arquivos policiais – nas perspectivas da História Social do Trabalho e da Nova História Política. Brevemente, refletimos sobre a formação da classe operária, expondo alguns apontamentos sobre o contexto nacional durante a deflagração da greve da construção civil, em Curitiba.

⁶ SOUSA, Nair H. B. de. **Trabalhadores pobres e cidadania**: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil. Uberlândia: EDUFU, 2007, p.151.

⁷ SOUSA, 2007, p.125-126.

⁸ As tensões sobre as quais a sociedade brasileira passava no final da década de 1970 estavam intimamente ligadas aos países do Cone Sul, ao grande Irmão do Norte, os Estados Unidos da América, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). É sabido que o mundo não mais vivia o auge da chamada Guerra Fria, dado na década anterior, mas ainda sentia os ecos daquele passado não muito distante. A realização de massivas greves operárias, a reorganização de sindicatos em grandes centrais e enormes manifestações de rua eram constantes tanto em São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro, como em Buenos Aires e Santiago do Chile.

No Capítulo II, o mais extenso deles, construímos o dia-a-dia do movimento grevista da construção civil orientados pelo *renascimento do acontecimento*, teorizado por François Dosse. A narrativa faz com que cruzemos criticamente as duas fontes principais na apreensão e exposição da greve nos seus mais diferentes ângulos. Enquanto o jornal nos mostra os pequenos e eruptivos acontecimentos daquelas duas intensas semanas, os depoimentos dos trabalhadores detidos e fichados iluminam os pormenores daquele momento. Em nossa narrativa, tentamos dar voz aos trabalhadores, enfatizando mais o papel da classe trabalhadora como sujeito coletivo⁹ que reivindica direitos sociais e políticos, que uma extensa caracterização de homens públicos e chefes de Estado à frente da greve. Como será visto, iniciamos nossa explanação com um acontecimento aparentemente isolado do contexto, mas que prepara o terreno para uma das maiores greves da construção civil do país.

No derradeiro Capítulo III, refletimos sobre o conceito de *violência e contra violência* em Étienne Balibar. Estes conceitos nos são caros por uma simples razão: nos dias iniciais e finais do movimento grevista, robustos contingentes policiais foram acionados para evitar a “desordem pública”, enquanto o sujeito coletivo de trabalhadores, de formas inúmeras, reagiu aos aparatos legítimos de violência: as forças estatais de repressão e segurança. Logo depois, listamos os detidos pela Delegacia de Ordem Social da 9ª Região, entre os dias 22 e 29 de novembro de 1979. Através de uma breve reflexão quantitativa, sem perder o caráter narrativo, almejamos refletir sobre três diferentes problemáticas formuladas que a narração dos pequenos e grandes acontecimentos não nos proporcionou (e, apesar do grande número de notas de rodapé, são elas que nos abrem algumas brechas de compreensão do contexto e dos autores que nos guiam durante a narração. Apontamentos históricos e historiográficos que, inseridos no corpo do texto, emperrariam o entendimento de nossos propósitos).

Cientes do campo historiográfico inseridos, lembramos que o estudo sobre as classes trabalhadoras e seus movimentos contestatórios existiu nos mais diferentes momentos, nas mais diferentes roupagens e propósitos. A

⁹ SOUSA, 2007, p.36.

vasta obra de Edgar Rodrigues sobre o movimento operário nos anos iniciais da Primeira República (1889-1930), por exemplo, nos comprova tal fato. No entanto, a emergência de se repensar a história dos trabalhadores e dos mundos do trabalho reapareceram quando a disciplina passava por transformações tanto aqui como no exterior.

No Brasil, não por acaso, foi

no contexto das lutas pela redemocratização do país a partir do final dos anos 1970. Como é sabido, a forte presença do movimento dos trabalhadores nesse processo marcou decisivamente a nova história social do trabalho que emergia nas universidades¹⁰.

Neste momento em particular, Chalhoub e Fontes apontam sobre a importância social dos trabalhos deste campo no país, onde se entrecruzavam trabalhos acadêmicos, os movimentos sociais e a redemocratização¹¹, processo este que ocorria de forma exponencial nas mais diferentes universidades e centros de pesquisa – estando a Universidade de Campinas (UNICAMP), à frente da chamada História Social do Trabalho (englobando linhas temáticas como Movimento Operário, Escravidão e Cultura Urbana). Lá fora, a mesma ligação de pesquisas acadêmicas com movimentos feministas, negros e operários, era sentida de forma significativa.

A partir de então, este campo da História deixa de ser pensado como um simples quebra-cabeça sem significado prático, se tornando um instrumento de possíveis transformações da realidade.

No debate acerca dos mundos do trabalho nessa nova perspectiva, da História Social do Trabalho, suas possibilidades e desafios à época do movimento grevista da construção civil, optamos seguir Salvador Sandoval, suporte para compreendermos as relações na complexa estrutura sindical brasileira e as múltiplas faces do conflito patrão-empregado.

¹⁰ CHALHOUB, Sidney; FONTES, Paulo. História social do trabalho: História pública. **Perseu**, Nº 4, Ano 3, 2009.

¹¹ Nesse período, muitos intelectuais brasileiros estariam ligados à construção e formação de movimentos sociais por terra e moradia, agremiações sindicais e partidos políticos à esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), sujeitos individuais e coletivos fundamentais no processo de redemocratização do país, na construção de um Estado democrático de Direito, mesmo que *racionado*, sendo peças importantes da história brasileira do final do século XX e início do século XXI.

Sandoval preocupa-se, principalmente, com aquilo que chamou “formas alternativas de organização popular nos modernos regimes autoritários”¹², o que vai ao encontro do nosso objeto. O autor torna contemporâneo e dá novas roupagens a antigas conceituações de uma perspectiva marxizante da História, sem deixar de lado a junção que nos é tão cara entre *práxis* e teoria.

¹² SANDOVAL, 1994, p.211.

FONTES E DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Durante o processo de pesquisa, antes de iniciarmos a análise de nossas duas principais fontes, nos debruçamos sobre as mais diferentes autoras e autores capazes de nos proporcionar embasamento teórico-metodológico no decorrer da escrita e, com isso, reflexão crítica a respeito do objeto. Por isso, neste capítulo inicial, teorizaremos de forma detalhada as fontes primárias que sustentam a nossa narrativa.

No primeiro subcapítulo, falaremos sobre a imprensa e suas particularidades na história e historiografia, e como ela esteve intimamente ligada – até os nossos dias está! – à classe dominante brasileira. Não obstante, abordaremos como os historiadores trataram o suporte *jornal* com o passar das décadas e como manejá-lo sem cair nas suas mais diferentes armadilhas (se isso é, de fato, possível).

Logo após, em outro subcapítulo, abordaremos os chamados *arquivos sensíveis da história recente*: fichas policiais, relatórios e declarações de detidos e presos pelos agentes da repressão. Documentação proveniente do período ditatorial brasileiro, de 1964 a 1985, recortamos o mês de novembro de 1979, entre avanços e recuos temporais. Ambas as fontes nos auxiliaram a compreender de forma mais abrangente a nossa temática e contribuíram para a construção da narrativa.

Como apontamos na introdução, fontes secundárias foram utilizadas, mas não nos debruçaremos sobre elas com afinco, como, por exemplo, o relatório da *Comissão Estadual da Verdade - PR, Teresa Urban*, e folhetins informativos relativamente atuais do SINTRACON, sindicato dos trabalhadores da construção civil situado na região central de Curitiba.

Por fim, e não menos importante, uma seleção pequena de fotografias do período, provenientes do jornal *Gazeta do Povo*, ilustra a narrativa, deixando mais rica a pesquisa e o seu resultado final.

1.1.A IMPRENSA

Neste subcapítulo, procuramos compreender de forma ampla a fonte que nos dá suporte para apreendermos o cotidiano da greve da construção civil, assim como a sua importância para a presente pesquisa e como a utilizamos como fonte histórica para o nosso trabalho. Não obstante, uma breve trajetória de como chegamos a ela.

Sobre o nosso objeto, reunimos uma ampla variedade de informações fragmentadas. Após inúmeras idas e vindas juntamente aos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil (SINTRACON), constatamos a inexistência de documentos escritos remetentes ao ano de 1979 e 1980 – ao menos o que para nós foi ratificado.

O que mais se repetiu em breves conversas foi que, se houvesse tal documentação, estaria nas mãos de antigos dirigentes do sindicato, antes da greve. Portanto, constatamos certo conflito entre sindicalistas, trabalhadores e grevistas já no início de nosso processo de pesquisa – conflito este que esclareceremos adiante.

Foi então que decidimos “construir nós mesmos o quebra-cabeça, ou seja, formular informações que *deveriam* se encaixar”.¹³ Nesse processo, um ensinamento de E. P. Thompson nos fez refletir: “Os trabalhadores pobres não deixaram os seus asilos repletos de documentos para os historiadores examinarem, nem é convidativa a identificação com a sua labuta”¹⁴.

Como muitas informações sobre o movimento estavam dispersas e apenas uma fonte histórica não nos revelaria a diversidade de perspectivas sobre ele, decidimos trabalhar com as duas tipologias de fontes outrora citadas, sendo a primeira delas a grande imprensa.

Através dos registros diários sobre a greve da construção civil publicados pelo periódico paranaense Gazeta do Povo, um dos jornais de maior tiragem do país (37.000 dias úteis), iniciamos uma pesquisa minuciosa nos microfilmes providos pela Biblioteca Pública do Paraná. Ironicamente, o jornal Gazeta do Povo (com sede em Curitiba desde a sua criação) foi fundado em 02 de fevereiro de 1919 pelos nordestinos Benjamin Lins e Oscar Joseph

¹³ HOBBSAWM, 1998, p. 224-225.

¹⁴ THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das. Letras, 1998, p.26.

de Plácido e Silva. Dois anos antes do golpe de 1964, o jornal passa para as mãos do advogado paranaense Francisco Cunha Pereira Filho.

Elza Aparecida de Oliveira Filha traz uma relevante contextualização sobre a nossa fonte em seu nascedouro. Segundo a estudiosa da comunicação paranaense, durante o seu período inicial de circulação,

existiam outros jornais em Curitiba. [...] como “A Tribuna” e o “Diário da Tarde”, além de uma numerosa e pouco constante imprensa operária, com títulos como “O Proletário”, “União e Trabalho” ou “O Trabalho”. Os jornais operários, de inspiração socialista ou anarquista, haviam sido, em grande parte, responsáveis pela greve geral que paralisara a cidade poucos meses antes.¹⁵

A greve geral sobre a qual comenta Oliveira Filha, ocorrida em julho de 1917 – impactada pelos ecos revoltosos vindos da Rússia – foi uma das maiores sublevações operárias ocorridas em Curitiba no século XX – e, distante de comparações entre períodos distintos, assemelha-se curiosamente ao novembro de 1979, onde inúmeras categorias da classe trabalhadora curitibana, sob o espectro do movimento dos peões de obra, orquestraram levantes distintos, atemorizando parcelas sociais médias e altas, o empresariado, e suscitando a imediata reação das forças de repressão e segurança.

Em busca de levantes desta categoria, o estudioso da classe trabalhadora brasileira, Edgar Rodrigues¹⁶ reflete sobre as mais diversas greves da construção civil que ocorreram no país durante a primeira metade do século XX, momento em que Elza nos faz regressar. “Em Santos e em Franca eclodem simultaneamente a greve dos trabalhadores da construção civil¹⁷ pela conquista de oito horas de trabalho”¹⁸. São Paulo e Minas Gerais foram

¹⁵ FILHA, Elza Aparecida de Oliveira. Apontamentos sobre a história de dois periódicos curitibanos: “Gazeta do Povo”. **Cadernos de Escola de Comunicação**. UNIBRASIL, Paraná, 2014, p.1.

¹⁶ Neste período, em Curitiba, segundo o autor, se intensificou de forma exponencial a propaganda sindicalista e libertária, tendo ocorrido o Congresso Operário de Curitiba, notório encontro de doze associações e ligas sindicais, tendo sido discutido diversos temas de interesse coletivo em dois longos dias.

¹⁷ Em seus escritos sobre o período, Edgar Rodrigues não cita movimentos da categoria em Curitiba.

¹⁸ RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e Sindicalismo no Brasil** (1657-1913). Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1969, p.309.

estados onde os movimentos paredistas da construção, no período inicial de circulação do periódico, eram os mais fortes e violentos.

A longa história da Gazeta do Povo, em paralelo com as inúmeras transformações políticas, sociais e culturais no estado, em editorial comemorativo de fevereiro de 2009, nonagésimo aniversário do periódico, o também empresário Pereira Filho, além de ressaltar a sua “independência” perante os fatos, escreveu ser a Gazeta “um porta-voz dos paranaenses e um bastião em prol das mais legítimas causas do estado”¹⁹. Desde o seu início, o periódico afirmava em editoriais e notas à população paranaense ser um jornal com “independência e imparcialidade”²⁰.

Sabemos que os jornais impressos (e hoje, virtuais) constroem singulares elos entre o passado e o presente, e os arquivos da memória onde estão depositados são fundamentais para a rememoração do vivido e para a construção interpretativa da História.

A escolha da Gazeta do Povo não foi aleatória. Ao tomarmos conhecimento de que o SINTRACON não detinha documentos que remontavam à época da greve, precisávamos de um suporte capaz de nos mostrar o dia-a-dia do movimento. Foi quando nos voltamos para a Gazeta do Povo²¹ e para a possibilidade de rememoração crítica da História trazida pelo jornal em questão – suporte onde estariam os pequenos e grandes acontecimentos capazes de nos proporcionar, como aponta Pierre Nora, “uma gama de virtualidades sem rival, um leque excepcionalmente rico de manipulação da realidade”.²²

Procuramos apreender e resgatar a maior quantidade de informações possível sobre a greve dos peões de obras – sendo este suporte o que mais nos trouxe referências a respeito daquela conjuntura. Ao propormos uma

¹⁹ **GAZETA DO POVO**. EDITORIAL. Noventa anos de História. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/especiais/90-anos/independencia/noventa-anos-de-historia-beaefbfbxubyxka4q07fqg85q>>. Acessado em julho de 2017. Curitiba, 02 de fevereiro de 2009.

²⁰ FILHA, 2014, p.2.

²¹ A procura por outros meios de comunicação, principalmente meios independentes – operários e sindicais – se mostrou infértil. Dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil (SINTRACON) repetiram diversas vezes em minhas idas àquele espaço não obterem qualquer jornal ou panfleto da época. A escolha pelo jornal Gazeta do Povo se deu pela quantidade de informações miúdas e instigantes sobre o nosso objeto de pesquisa, sobre o qual a narração dos acontecimentos – e logo, a análise e reflexão – seria possível (e para o leitor, prazerosa).

²² LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). O regresso do acontecimento. In: **Fazer história, 1: Novos problemas**. Trad. Maria Eduarda Correia. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, p. 247.

escrita da História a contrapelo, informações aparentemente ordinárias passam a ter grande importância na narrativa: são os pequenos acontecimentos que investigamos nas folhas da Gazeta – qual a reclamação de um pedreiro grevista a um repórter ou a razão para o tráfego intenso em uma ruela do centro – que, criticamente, são trazidos à luz, remexidos, examinados, cruzados e, então, redigidos.

À época da greve da construção civil, nossa fonte era lida por um grande número de curitibanos letrados, e foi através dela que muitos sentiram o estrondo do movimento paredista. “Nas nossas sociedades contemporâneas, é através deles [meios de comunicação] que o acontecimento nos toca e não pode evitar-nos. [...] para que haja acontecimento, é preciso que ele seja conhecido”²³.

A história através da imprensa²⁴ é a construção de uma interpretação do passado onde nos deparamos com muitas possibilidades, mas também encontramos inúmeros desafios. Em um país onde a divisão social é muito clara, também o são os produtos culturais e políticos produzidos pela mesma. A quantidade e a variedade de suportes no Brasil são enormes.

Existe a grande imprensa embebida de renome, tiragem e influência, na sua grande maioria fundada ainda no início do século XX. São veículos de informação geralmente criados por sujeitos pertencentes às classes abastadas de uma determinada comunidade, e que diferem de pequenos libelos e pasquins, possuindo circulação limitada para grupos e forças locais e regionais (entre membros de um partido político, trabalhadores ligados a um sindicato, estudantes de um determinado movimento contestatório etc).

No Brasil, apenas na década de 1970 que os historiadores começaram a utilizar a imprensa como fonte histórica para as suas pesquisas, o que antes era visto com “maus olhos” pela comunidade acadêmica.

Este preconceito, no que dizia respeito ao uso de jornais como fontes, acusados de “meros receptáculos de informações a serem selecionadas,

²³ Idem, p. 245-246.

²⁴ Pierre Nora, por meio de um marco temporal por ele estabelecido, ou seja, entre a Comuna de Paris e Caso Dreyfus, coloca os *acontecimentos históricos* como importantes componentes da vasta democratização da História. Deixamos de enxergar a História sob as lentes inertes de estruturas fixas, processos onde um único ato, uma assinatura, um assassinato político, um discurso fervoroso não teriam sequer a importância de serem reconhecidos. Refletir do estrutural ao *événementielle*, e vice-versa, torna-se imperioso ao historiador de nosso tempo.

extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador”²⁵, com toda a renovação da historiografia proveniente da Escola dos Annales, além de diferentes mudanças de perspectivas que ocorreram entre as décadas de 1930 a 1970, levaram à máxima prudência ao pesquisarmos a história através da imprensa.

Neste período, não era só a história através da imprensa que se renovava. Tânia de Luca também aponta a transformação de campos significativos para a nossa pesquisa, como a teoria marxista e da História Social do Trabalho mediante a ascensão da Nova História,

particularmente marcante nos estudos de Raymond Williams, Perry Anderson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e, sobretudo, E. P. Thompson, reunidos em torno da *New Left Review* (1960). O abandono da ortodoxia economicista, o reconhecimento da importância dos elementos culturais, não mais encarados como reflexo de realidades mais profundas, o que era comum em leituras reducionistas, e a verdadeira revolução copernicana efetuada por Thompson ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo.²⁶

Atenta à estreita relação entre a imprensa e a política, Tânia de Luca reflete sobre o retorno da História Política, ou aquilo que René Rémond e outros historiadores franceses na esteira das transformações de perspectiva deste campo conceituaram *Nova História Política*. Diferente de outrora, preocupados apenas com os caminhos e descaminhos de grandes lideranças e das grandes guerras, a mudança é incontestável. Emerge, então, a história vista de baixo.

“A grandeza do reino fora edificada sobre o sofrimento dos humildes, a solidez dos regimes apoiava-se na obediência dos povos, e o crescimento das economias no esforço de multidões trabalhadoras”.²⁷ Por isso, a Nova História Política não é uma reconstrução plena da História Política tradicional. As questões e problemas de antes ainda preocupam o historiador do contemporâneo. Entramos em uma nova etapa reflexiva que a historiografia fez e permanece fazendo de si mesma.

²⁵ LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.116.

²⁶ LUCA, 2005, p. 113

²⁷ REMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.19.

Ela não é mais a mesma história política, e a sua transformação é um bom exemplo da maneira como a disciplina [ou diríamos, campo] se renova sob a pressão externa e em função de uma reflexão crítica. No caso, a renovação foi provocada, suscitada, pela rediscussão dos conceitos clássicos das práticas tradicionais.²⁸

Hoje, a Nova História Política e a história através da imprensa estão entrelaçadas. Além disso, diferente da história *da* imprensa, a história *através* da imprensa, como explica Zicman, é um método de análise crítico que carece muita cautela ao ser registrada, devido ao farto número de informações que apresenta ao pesquisador.

A imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstrução histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e política, etc. Seu estudo é enriquecedor, sobretudo quando se tem interesse pela História Social²⁹.

Apesar de rica em informações e outros elementos, como aponta a autora, a imprensa não é neutra, nem imparcial, mas construída a partir da perspectiva de seus idealizadores, jornalistas, propagandistas e editorialistas. Tomando posições perante assuntos inúmeros, fomenta ou não a chamada opinião pública e constrói consensos a respeito da conjuntura vivida e de seus acontecimentos.

Mesmo sob os mandos e desmandos de uma ditadura civil-militar ou governos autoritários de qualquer natureza – tendo em vista o contexto histórico em que o nosso objeto se insere –, jornais de grande tiragem possuíam certa liberdade de circulação, muito em razão de certo apoio aos donos do poder em suas editoriais – opiniões de caráter mais conservador que progressista.

Muitos periódicos apoiaram a chamada “Revolução de 64”, como a *Folha de S. Paulo*, o *Estadão* e o *Zero Hora*, inclusive assim denominavam a agitação de facções golpistas do Exército brasileiro responsáveis pelo golpe³⁰

²⁸ Idem, p.26

²⁹ ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: Algumas considerações metodológicas. In: **Revista de História e Historiografia nº4**. São Paulo: EDUC, 1985, p. 89.

³⁰ Desde antes de 1964 que forças políticas e econômicas trabalhavam para desestabilizar de forma direta e indireta o governo de João Goulart (1961-1964). Na perspectiva sindical, por exemplo, a ação constante do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo

ocorrido na madrugada do dia 31 de março para o 1º de abril de 1964, instaurando uma ditadura civil-militar – conjuntura penosa para as classes trabalhadoras e seus órgãos de representação, as classes oprimidas e as forças políticas progressistas, sem contar toda a “ralé” brasileira.

À época do movimento grevista, os anos de censura, tortura e repressão, ao menos aqueles de maior intensidade, estavam terminando. No entanto, vivia-se ainda em um estado de exceção em relação ao Estado democrático de direito. Em 1978 e no correr de 1979, os ímpetus dos opositoristas à ditadura civil-militar não cessavam e, anos mais tarde, os anseios pelo voto direto conquistaram a sociedade brasileira.

Os amontoados protestos que se viram a partir do assassinato de Vladimir Herzog (1975) e Manoel Fiel Filho (1976) iluminaram a Catedral da Sé, em São Paulo. Os estudantes começavam a se reorganizar e reconstruir as suas entidades representativas, instrumentos de resistência da juventude. A luta pela anistia aglomerou professores universitários aposentados compulsoriamente, políticos cassados, intelectuais dos mais diversos espaços do saber, além de outras lideranças políticas e sociais – sendo as classes trabalhadoras brasileiras, peça fundamental neste tabuleiro histórico.

1.2. ARQUIVOS SENSÍVEIS DA HISTÓRIA RECENTE: FICHAS POLICIAIS

Os chamados arquivos sensíveis da história recente – fichas, relatórios, depoimentos, fotografias, cartas, dossiês etc. –, provenientes de regimes autoritários, são de grande importância para a nossa pesquisa. Estes arquivos, implicados em uma metodologia narrativa, nos ajudaram de forma ímpar na construção histórica da greve da construção civil.

Os depoimentos analisados dos diversos trabalhadores da categoria foram cruzados com os prolíferos acontecimentos das duas semanas narradas mediante a crítica da fonte jornalística. Aqui, apresentaremos uma discussão teórica a respeito desta fonte rica em informações e presente nas mais

Livre (Iadesil), apoiando financeira e politicamente sindicatos menos combativos e até mesmo acusado “pelegos” por lideranças progressistas. A receita do Instituto era proveniente de Washington que trabalhava incansavelmente na tentativa de alinhar os países do Cone Sul ao projeto econômico e político dos Estados Unidos da América.

diferentes pesquisas sobre a história das ditaduras militares que grassaram no Cone Sul na segunda metade do século XX.

Apesar de nosso objeto estar inserido em um contexto de transição política, momento em que a redemocratização bate à porta em uma espécie de interregno³¹, a violência por parte das forças de repressão e segurança foi presente e registrada – não apenas por fontes jornalísticas, mas pelas próprias forças que a perpetraram.

Sabe-se que a violência legal e institucionalizada é uma constante no processo histórico brasileiro desde os idos coloniais, com toques diversos e mesmo brutais nos mais diferentes contextos históricos. Contudo, foi apenas no trilhar do século XX que se daria a construção de centros de inteligência e sedes próprias onde ela seria pensada e promovida. Se durante os períodos varguistas muitos destes sedes e centros foram criados, foi com o golpe civil-militar de março de 1964 que elas foram aprimoradas. Para Marion Brepohl de Magalhães,

com o advento da ditadura militar no Brasil, e em nome da *Segurança Nacional*, instalou-se um complexo sistema repressivo para combater a subversão e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem³².

As ações perpetradas pela Polícia Civil do Estado Paraná e batalhões de soldados da Polícia Militar³³ durante as manifestações dos trabalhadores grevistas da construção civil, foram registradas em uma miríade esparsa de

³¹ Um tempo em que o “velho” não morreu e o “novo” custa a nascer.

³² MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. bras. Hist.** vol. 17 n. 34, São Paulo, 1997.

³³ Muitos imaginam ser “criação” da ditadura civil-militar (1964-1985), período em que o nosso objeto se insere, as Polícias Militares (PMs), porém, a sua história regressa aos anos iniciais da República. José Murilo de Carvalho, quando discute as rupturas e continuidades da cidadania no Brasil, explicita: “As polícias militares estaduais cresceram durante a Primeira República, com a implementação do federalismo. Os grandes estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, fizeram delas pequenos exércitos locais, instrumentos de poder na disputa pela presidência da República. Uma das exigências do Exército após 1930 foi estabelecer o controle sobre as polícias militares. No Estado Novo, elas foram postas sob a jurisdição do Ministério da Guerra, que lhes vetou o uso do armamento pesado. A Constituição democrática de 1946 manteve parte do controle, declarando as polícias militares estaduais forças auxiliares e reserva do Exército. Durante o governo militar, as polícias militares foram postas sob o comando de oficiais do Exército e completou-se o processo de militarização de seu treinamento. Elas tinham seus órgãos de inteligência e repressão política que atuavam em conjunto com os seus correspondentes nas forças armadas” (CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 212-213).

fichas, relatórios e pequenas anotações à caneta feitas tanto por escrivães como pelo próprio delegado em exercício – ações vistas como subversivas e perturbadoras da “ordem”. Se antes, estes espaços de repressão trabalhavam separadamente, foi com a ditadura civil-militar que o Serviço Nacional de Informações (SNI), “subordinou rapidamente todos os outros órgãos repressivos, como os centros de informações das três armas, a polícia federal e as polícias estaduais”³⁴, tornando-os mais eficazes e interligados.

A documentação organizada em quatro extensos dossiês (que intitulamos dossiê A, B, C e D) se inseriu contextualmente nos dias de maior intensidade do movimento grevista, dias esses em que o sujeito coletivo de trabalhadores promoveu o maior número de ações *contra violentas* nos mais variados protestos ocorridos no centro curitibano e em algumas regiões periféricas.

A maioria são fichas de operários grevistas detidos e levados à Delegacia de Ordem Social. Inicialmente no dossiê A, de número 03217, apreendemos os detentores da documentação e as suas divisões: Secretaria de Estado de Segurança Pública, Departamento da Polícia Civil, e Divisão de Segurança e Informações. Os títulos dos dossiês constam em letras garrafais: “*Participantes das greves dos trabalhadores na construção civil*”. Nele, o termo “greve” é datilografado no plural, referindo-se aos variados momentos de tensão e marchas do sujeito coletivo.

Nesta pesquisa, classificamos a greve de novembro de 1979 como um movimento uno, apesar de todas as disputas e fragmentações no interior de seu sujeito coletivo. No período, no entanto, via-se aquela conjuntura como pequenas irrupções, pequenos levantes, tendo o movimento paredista da construção o cenário principal – visto a sublevação grevista de motoristas de ônibus, cobradores, taxistas e garis, paralelo a dos pedreiros e serventes³⁵.

³⁴ MAGALHÃES, 1997.

³⁵ Durante a pesquisa, percebemos uma marcante diferença no interior da categoria da construção civil: aquela entre servente/auxiliar de pedreiro e pedreiro. O servente é aquele responsável por atender as partes mais pesadas no canteiro de obras, como a confecção das massas de cimento em grandes tachos de madeira, organização e transporte de materiais em carrinhos de ferro, e a remoção e transporte de grandes quantidades de entulho daquele espaço. O pedreiro, por outro lado, é o profissional encarregado de “dar forma” ao projeto idealizado por engenheiros e arquitetos.


Nº	03217		
 <p>ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES</p>			
DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES A:			
<table border="1"> <tr> <td style="text-align: center;">PARTICIPANTES DAS GREVES DOS TRABALHADORES NA CONSTRU-</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">ÇÃO CIVIL EM CURITIBA</td> </tr> </table>		PARTICIPANTES DAS GREVES DOS TRABALHADORES NA CONSTRU-	ÇÃO CIVIL EM CURITIBA
PARTICIPANTES DAS GREVES DOS TRABALHADORES NA CONSTRU-			
ÇÃO CIVIL EM CURITIBA			
PT 14620111			

Figura 01 – Dossiê A – Participantes das greves dos trabalhadores na Construção Civil – N°03217.

Fonte: ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL, 1979.

Marion Brepohl também aponta para um importante aspecto do funcionamento das forças de repressão e segurança – e seus centros e sedes de inteligência no estado sulista. Há a necessidade de desmistificarmos a concepção de um Paraná sem conflitos e majoritariamente conservador. Segundo a autora, “quando se conhece. [...] o arquivo do DOPS, essa imagem é colocada em dúvida: ou bem a resistência ao regime militar foi muito expressiva, ou bem a repressão se tornou uma prática obsessiva”³⁶.

Cada ficha anexada nos dossiês do movimento grevista da construção civil conta uma pequena história. Nelas consta uma infinidade de pequenas informações que revelam individualidades que jamais conseguiríamos abarcar em uma dissertação. Por essa razão focamos em cinco diferentes informações que nos auxiliassem na compreensão do movimento e na própria narração dos acontecimentos.

Com o objetivo de *dar voz* aos silenciados, procuramos reconstruir momentos diversos da greve através da fala dos trabalhadores. Escolhemos ler os documentos provenientes da Delegacia de Ordem Social mediante os

³⁶ MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba, SAMP, 2017, p.89. [recurso eletrônico – E-Book]

diferentes itens: 1) Identificação; 2) Profissão; 3) Idade; 4) Espaço onde trabalha; 5) Motivo para detenção.

Inicialmente, quando nos deparamos com os dossiês, procurávamos por uma liderança e uma razão única para a deflagração do movimento. Se no correr da pesquisa nos frustramos por não encontrarmos nenhuma das questões previamente propostas, fomos surpreendidos pelo que viemos a encontrar.

Uma importante lição de Bauer e Gertz no que tange a análise dos arquivos de repressão e a sua infinidade de “papéis” dos mais diversos, existe a necessidade de

desmistificarmos a documentação desses regimes naquilo que diz respeito à metodologia repressiva. Raramente um documento demonstrará, de forma explícita, práticas como o sequestro como forma de detenção; a tortura física e psicológica como fonte de informações e punição; e mortes e desaparecimento como políticas de extermínio. Assim, torna-se imprescindível estar atento às sutilezas que estas fontes possuem, e às evidências que trazem subentendidas.³⁷

Nos depoimentos dos trabalhadores grevistas da construção civil detidos entre os dias 22 a 29 de novembro de 1979, juntamente com as suas fichas individuais e outros documentos esparsos nos entremeios dos dossiês não conseguimos, de fato, notar “práticas de tortura física e psicológica”. Por isso, a tentativa de encontrar as “sutilezas” sobre as quais apontam as autoras, se mostra um imperativo durante o processo de pesquisa.

A repetição da mesma interrogação para a quase totalidade dos detidos – o afã de se descobrir as lideranças do movimento paredista – pode ser uma delas. Esta reincidência em vários momentos, no início e final dos interrogatórios é notória.

Se a tortura física não foi registrada nos autos, a violência da despreocupação – proposital – para com a alimentação³⁸ dos pedreiros e serventes encarcerados, por exemplo, foi vista pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba como um ato de tortura, o que, como veremos no Capítulo II, gerou a ira dos grevistas e muitos daqueles que os auxiliavam.

³⁷ BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009, p.190.

³⁸ **GAZETA DO POVO**. Soltar grevistas. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

A soma de todas as referências que nos foi posto à mão durante a pesquisa, exigiu uma triagem, escolhas e perspectivas de análise. Visto a quantidade de informações que o historiador do contemporâneo detêm – principalmente aqueles que trabalham em uma perspectiva a contrapelo – recorde Eric Hobsbawm quando defende que o pesquisador “não pode ser um positivista antiquado. Deve, de certo modo, saber o que está procurando e, apenas se souber, poderá reconhecer se o que descobriu se encaixa ou não em sua hipótese; e se não encaixa, tentar conceber outro modelo”³⁹.

Foram destes espaços de violência que essa documentação foi gestada. É dali que surgiram materiais indispensáveis para o historiador preocupado com a resistência em períodos de autoritarismo. Como chamam Caroline Silveira Bauer e René Gertz, lá se encontram os *arquivos sensíveis da história recente*. Com vistas a compreendê-los dentro de um contexto que vai de Getúlio Vargas⁴⁰ à redemocratização, nos anos 1980, “tais arquivos, absolutamente necessários para o exercício das atividades repressivas, se convertem, no novo regime, em instrumento social insubstituível para conformar novas relações”. Para o historiador, convertem-se em fontes.

Antes de compreendermos os pontos fulcrais da documentação proveniente da greve da construção civil curitibana, os autores definem ser os

[...] arquivos da repressão conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não democráticos. Em sua maioria, os arquivos da repressão se compõem de registros elaborados ou incorporados a partir da ação policial cotidiana [...] mas também de documentos roubados [...], ou de declarações tomadas em interrogatórios que desrespeitavam tanto os códigos penais quanto os direitos humanos.⁴¹

São documentos *sensíveis* por envolver um grande leque de atores sociais muitas vezes em momentos-limite – entre a vida e a morte. Muitos deles ainda vivos no tempo presente, gerando impactos diversos.

Do general da reserva ao soldado torturador. Do empresário acusado de financiar a repressão ao bispo defensor dos direitos humanos. Do

³⁹ HOBBSAWM, 1998, p.225.

⁴⁰ Foi nos governo de Getúlio Vargas, com intenso fomento a industrialização e um processo de exponencial crescimento das grandes cidades, que os trabalhadores urbanos entraram em cena como nunca antes, reivindicando participação e direitos.

⁴¹ BAUER; GERTZ, 2009, p.177.

guerrilheiro urbano ao operário grevista. De uma forma ou de outra e em posições distintas, todos aqueles que foram detidos ou mesmo espionados constam na grande massa de documentos que existe tanto no Brasil como em toda América Latina – sem contar em regimes autoritários em outras regiões do mundo. A repressão e a violência proporcionada pelas instituições e agentes de Estado iam da espionagem aos tribunais de exceção.

Havia um temor generalizado dos trabalhadores em se indispor com as forças de repressão e segurança. Em outras palavras, admitir ser grevista. A maioria conhecia as razões. Bicalho de Sousa aponta que no mundo do trabalho da construção civil – ao menos em seu campo de estudo, a cidade de Brasília do fim dos anos 70 – há uma série de “queixas contra a postura do judiciário feitas por alguns operários da construção mais familiarizados com as questões políticas”.⁴²

A autora conclui que há uma percepção nítida de muitos trabalhadores de que existe um certo aparelhamento do Estado controlado por forças não neutras, “seja pela própria ideia de corrupção de seus membros, assim como pelo legalismo de suas decisões”⁴³, impedindo melhores condições de salário e vida para aqueles que os reivindicam.

Teriam sido todos os operários encontrados nos dossiês detidos pela mera participação de marchas reivindicatórias nas avenidas centrais (assim como outras razões, o “quebra-quebra”, por exemplo? As razões para estas detenções eram o que procurava a polícia e os soldados que se amontoavam em cordões por toda região central de Curitiba – assim como o historiador na presente pesquisa, procuravam os agentes da repressão aqueles que teriam deflagrado a greve.

No restante dos dossiês, encontramos uma infinidade de pequenos subterfúgios declarados pelos operários detidos a respeito de sua participação no movimento grevista. O delegado em exercício Luiz Fernando Vianna Artigas⁴⁴ regeu e orientou os depoimentos, datilografados pelo escrivão.

⁴² SOUSA, 2007, p. 211.

⁴³ Idem, p.211.

⁴⁴ Pouco se sabe sobre a história de vida ou carreira de Luiz Fernando Vianna Artigas. Sabe-se que à época do movimento grevista da construção civil, Artigas era delegado da Polícia Civil, na Delegacia de Ordem Social da 9ª Região. Foi ele o encarregado de coletar os depoimentos dos detidos e presos naquelas duas semanas. Em uma pesquisa ao endereço eletrônico da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná, descobrimos,

Na grande maioria das declarações, havia uma construção testemunhal outrora pensada: ninguém havia procurado por livre e espontânea vontade participar do movimento e nenhum dos pedreiros e serventes de pedreiros rememorava nomes ou traços físicos dos iniciais “agitadores”. “Ainda assim, a polícia insistia nos depoimentos, em saber os nomes dos líderes da greve”⁴⁵

O servente de pedreiro Gregório Raink havia deixado claro que o “grupo de grevistas não deixou os trabalhadores continuasse seu serviço e eles acabaram aderindo ao movimento”.⁴⁶ O pedreiro Luís Pereira afirma que “paralisaram os serviços ou os grevistas iriam destruir as obras”.⁴⁷ Já o pintor Eduardo Dias Souza foi categórico, dizendo que os grevistas chegaram no local “mandando paralisar os trabalhos, se não iriam apanhar os demais”.⁴⁸ Geraldo Gonçalves, por exemplo, um dos encarregados do canteiro de obra da Construtora Guedes Pereira, afirma ter sido detido “pela polícia sem saber informar qualquer coisa a respeito da greve”.⁴⁹

Em um depoimento que beira o tragicômico, o trabalhador Otávio de Oliveira Prestes afirma ao escrivão estar caminhando pelas ruas centrais de Curitiba em uma das tardes de protestos – sobre as quais não conhecia com precisão, nem sequer participava – quando “os policiais o pararam e perguntaram a sua profissão, e ele disse: pedreiro, depois disso foi preso”.⁵⁰ Como se a “racionalidade e a irracionalidade”⁵¹, na explicação de Marion Brepohl sobre a lógica da suspeição, se confundissem.

Coletando depoimentos nos canteiros de obras de Brasília, Bicalho de Sousa percebe este mesmo *raciocínio* do sujeito coletivo em face às abordagens e ações das forças de repressão e segurança, forjando, por

contudo, que Artigas também foi Diretor desta durante os anos de 1990 a 1993. Não obstante, seu filho, Luiz Fernando Vianna Artigas Junior, foi secretário desta mesma pasta durante os anos de 2011 a 2014.

⁴⁵ **GAZETA DO POVO**. Soltar grevistas. 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

⁴⁶ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº 03217, Ficha 11, novembro de 1979.

⁴⁷ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº 03217, Ficha 09, novembro de 1979.

⁴⁸ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº 03217, Ficha 08, novembro de 1979.

⁴⁹ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº 03217, Ficha 18, novembro de 1979.

⁵⁰ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº 03217, Ficha 21, novembro de 1979.

⁵¹ MAGALHÃES, 1997.

consequente, uma identidade unitária de contraposição aos que controlam o processo repressor, muitas vezes através de silenciamentos, subterfúgios ou delações de colegas.

1.3. ACONTECIMENTO E NARRATIVA

O movimento grevista da construção civil curitibana surgiu de forma espontânea, algo que na conjuntura do ressurgimento das greves durante o final dos anos 70 e início de 80, tal espontaneidade fora observada pela irrupção no cotidiano pelos gabinetes políticos, a imprensa, grandes empresas e espaços públicos na sua totalidade – tendo os grandes centros urbanos como cenário.

Para Sandoval, a maioria das greves ocorridas na região Centro-Sul do país, “foram muitas vezes convocadas pelas bases, à medida que os trabalhadores começavam a se revoltar”⁵² tanto contra lideranças sindicais pelegas, como por chefias autoritárias no ambiente de trabalho e a falta de serviços básicos, sem contar o salário e uma inflação galopante.

Foi exatamente pelas bases dos canteiros de obras e construtoras que surgiu este movimento como um estrondo em céus cinzentos. Cargas de emoção, surpresa e incerteza rondaram essa breve conjuntura de grande impacto na comunidade curitibana.

A greve dos trabalhadores da construção civil foi um acontecimento de curta duração, por isso, para compreendermos o seu processo do início ao fim, seus descaminhos – as vitórias e derrotas do movimento –, relatar os acontecimentos de forma detalhada se faz um trabalho premente.

François Dosse não deixa de enfatizar em suas reflexões sobre o renascimento do acontecimento na história e historiografia, um fenômeno “inseparável de sua carga emocional, de seus impactos. [...] Independente de sua natureza, o acontecimento se fabrica, se desloca e se realiza no vasto campo das emoções”⁵³.

⁵² SANDOVAL, 1994, p.145.

⁵³ DOSSE, 2010, p.145.

A fabricação do acontecimento começa pela narrativa, pela descrição. “O fato de relatar acontecimentos procede inevitavelmente da narrativa e de suas regras”⁵⁴.

O pensar e agir dos trabalhadores grevistas já distantes no tempo, só pode ser apreendido mediante um método descritivo dos vestígios encontrados, entre a reflexão e a crítica destes vestígios. Para Dosse, o acontecimento se desenvolve em dois diferentes eixos, o que chama *dupla fixação* do processo histórico: “Ele nasce do agir humano, emanando de uma realidade natural e social, e ao mesmo tempo, ele resulta de uma reconfiguração discursiva”⁵⁵ – a narrativa.

Lawrence Stone designa o método narrativo⁵⁶ como

a organização de materiais numa ordem de sequência cronológica e a concentração do conteúdo numa única estória coerente, embora possuindo sub-tramas. A história narrativa se distingue da história estrutural por dois aspectos essenciais: sua disposição é mais descritiva que analítica, e seu enfoque central diz respeito ao homem, e não às circunstâncias. Portanto, ela trata do particular e do específico, de preferência ao coletivo e ao estatístico.⁵⁷

Stone deixa claro que a história narrativa não é uma singela crônica jornalística, muito menos rabiscos de alguns antiquários curiosos, mas um método histórico orientado “por algum ‘princípio fecundo’, e que possui tema e um argumento”.⁵⁸

O autor também distingue a história narrativa da estrutural. Nesta pesquisa poderíamos explicar as consequências econômicas do movimento grevista nas finanças curitibanas e mesmo paranaenses. Ondulações de preços, números e as entregas de inúmeras obras públicas e privadas – com

⁵⁴ Idem, p. 317.

⁵⁵ Idem, p.321.

⁵⁶ Eric Hobsbawm esboça uma breve crítica a Stone em seu ensaio *A volta da narrativa*, em 1980. Para o autor, a argumentação de Stone sobre a história quantitativa e estrutural em certa oposição a narrativa e descritiva possui, ela também, algumas debilidades. Não poderia haver um “retorno” de uma metodologia que foi posta totalmente de lado pela historiografia – e as perspectivas historiográficas mudam com o passar do tempo. Porém, o autor admite que “há evidência de que a antiga vanguarda de historiadores não mais rejeita, despreza e combate a antiquada ‘história factual’”. (HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo, Ed.: Companhia das Letras, 1998, p.202).

⁵⁷ STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. **Past and Present**, n.º. 85, nov.. 1979. p.1.

⁵⁸ Idem, p.02.

atrasos, devido às duas semanas de paralisação. Comungamos que, através desta perspectiva, o resultado seria o silenciamento dos sujeitos, outrora silenciados por diferentes forças do passado. Por isso, pendemos para o outro lado.

Lawrence Stone aponta para a debilidade⁵⁹ da história estrutural, estática, monocausal e quantitativa e, através do ressurgimento da narrativa por ele observado, aponta para uma preocupação da historiografia em tentar “descobrir o que se passava na cabeça das pessoas do passado. [...] questões essas que reconduzem inevitavelmente ao uso da narrativa”⁶⁰. Depois, aponta a preponderância da descrição à análise.

Detalhamos os múltiplos acontecimentos dos dias 10 a 30 de novembro de 1979 dando ao leitor a possibilidade de uma ampla compreensão do movimento grevista. Por fim, a tentativa de buscar o específico, a voz abafada pelos arquivos não tocados e o depoimento dos trabalhadores, foi o caminho que decidimos trilhar.

Procurar os detalhes e fabricar o acontecimento não significa tomar para si uma perspectiva linear da História. Como veremos, os acontecimentos se proliferam, irrompem o tecido social, retornam ao início, têm consequências imprevisíveis e surpreendem o pesquisador: “ele não se conforma com as regras da cadeia sucessiva e causal segundo a qual haveria um começo que prosseguiria sob a forma de elementos e terminaria pelas bases, pelas origens”.⁶¹

Dosse é claro: “a História é aberta para o campo dos possíveis e para a dimensão do agir”⁶². Considerando esta dissertação apenas uma brecha inicial sobre a compreensão da greve da construção civil, outros historiadores e cientistas sociais paranaenses (ou não) terão a possibilidade, no futuro, de encontrar e manejar novas fontes, coletar novas informações, e, se necessário, reconstruir o que nesta pesquisa construímos.

⁵⁹ Lawrence Stone tece duras críticas ao que chama *l'histoire immobile*, citando importantes obras historiográficas. No entanto, na sua perspectiva, obras que imobilizaram as pequenas transformações no processo histórico. Nesta toada, “a sociedade se manteve obstinadamente presa em sua ‘eco-demografia’ tradicional inalterada. Neste novo modelo da história, movimentos como o Renascimento, a Reforma, o Iluminismo e o surgimento do estado moderno simplesmente desapareceram”. (STONE, 1979, p.05)

⁶⁰ Idem, p.11.

⁶¹ DOSSE, 2010, p.322.

⁶² Idem, p.323.

O leitor ainda verá que alguns acontecimentos se sobressaem, estando os depoimentos dos trabalhadores grevistas detidos pela Polícia Civil e Militar e levados à Delegacia de Ordem Social, como parte da narrativa, não como meros exemplos e reflexos dos acontecimentos, mas como os sujeitos principais do processo.

Quando analisadas as fontes, entendemos que os ares grevistas se concentraram no dia 10 de novembro, em uma coletiva de imprensa tendo como alvo o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, nos interiores do aeroporto Afonso Pena. O homem de Estado conhecia a realidade nacional daqueles dias, onde paralisações e piquetes ocorriam por todo o país.

A greve tem seu início entre 20, 21 e 22 de novembro. Os acontecimentos principais daqueles dias são assembleias, negociações e ocupações de espaços públicos, concentrando em um mesmo espaço, número significativo de trabalhadores. De um lado, a tentativa (mesmo forçada) dos operários de angariar adeptos nos interiores dos canteiros de obras e construtoras pelos grevistas, de outro, a reação primeiramente estática da classe patronal – sem saber como reagir.

As “laminações”⁶³ desses vários tempos incluem-se a rápida constituição de comissões e comitês de auxílio de solidariedade, como a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba, enquanto o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil permanece, em um primeiro momento, tão surpreso quanto apático em relação aos acontecimentos.

A narração tende a descrever os processos burocráticos da conciliação entre os mais diferentes atores nos dias 24, 25 e 26 de novembro, estando à frente o Tribunal Regional do Trabalho, os sindicatos patronal e de trabalhadores, uma comissão de greve e advogados de ambos os lados, enquanto, nas ruas, perseguição e detenção por ordem da Delegacia de Ordem Social, dirigida pelo delegado Luiz Fernando Vianna Artigas, era a regra. Por fim e a cabo, a ação organizada das forças de repressão e segurança nos dias finais da greve: 27, 28, 29 de novembro.

⁶³ Idem, p.332.

Nesta pesquisa, é a classe trabalhadora a protagonista. Parlamentares, homens de Estado e indivíduos semelhantes foram citados apenas pela sua breve participação, distantes de uma descrição densa e maiores preocupações em nossa narrativa. Como não poderia ser diferente, debates acentuados acerca do conceito *acontecimento* e *narrativa* estarão nos entremeios de nossa narração, assim como reflexões sobre as mesmas.

Finalmente, nos preocupamos com a diversidade de motivações dos trabalhadores, que “acabam provocando um acontecimento coletivo durante a qual cada um faz a sua pequena revolução”⁶⁴. Os acontecimentos desta pequena revolução – a greve da construção civil curitibana de 1979 – serão descritos de forma minuciosa e narrados de maneira que consigamos apreendê-los e, finalmente, construirmos uma história deste movimento ainda não explorado pela historiografia paranaense.

⁶⁴ DOSSE, 2010, p.337.

2.

A GREVE

Neste capítulo, trataremos da greve da construção civil em seus mais diferentes ângulos, construindo o seu cotidiano, os seus acontecimentos miúdos e decisivos; sua conjuntura violenta e suas erupções contra violentas; rivalidades, protestos, rupturas, confrontos, solidariedade e as consequências de um dos maiores movimentos paredistas da construção civil do país.

É durante a narrativa, com detalhes quase detetivescos, que a crítica emerge e que refletimos sobre a formação de um sujeito coletivo capaz de reivindicar direitos sociais e políticos em um contexto autoritário.

Paralelamente, a discussão sobre a categoria de pedreiros e serventes, a sua agitação e as origens de sua opressão são questões que nos serão caras nas próximas linhas. Citando Paul Veyne, François Dosse nos vem abrir as portas da narração e da compreensão deste processo histórico.

Os acontecimentos não são simples fatos. Como 'nós' de relações e fatores de choques, eles podem se tornar portas para uma história das sensibilidades. Como marcadores de temporalidade, eles permanecem na origem da prática histórica⁶⁵.

2.1. CONTEXTO

Existem diferentes tipos de greve e formas de reivindicação das mais diferentes categorias e setores do mundo do trabalho – até mesmo movimentos paredistas organizados por parcelas do patronato, empregadores, magistrados, etc. Com se vê desde o início, esta dissertação se dirige aos movimentos da classe operária e seu mais comum e potente instrumento de luta⁶⁶.

⁶⁵ DOSSE, 2010, p.333.

⁶⁶ Como sintetiza Betty Abramowicz em seu libelo teórico *O que todo cidadão precisa saber sobre Greves*, "outras formas de luta têm sido sempre agregadas aos movimentos grevistas, especialmente quando se trata de reivindicações de caráter político. Da mesma forma que as greves, as demais formas de luta tiveram uma evolução resultante do próprio acumular de experiências do operariado". (ABRAMOWICZ, Betty B. **O que todo cidadão precisa saber sobre Greves**. São Paulo, ed.: Global, 1985, p. 11).

Greves operárias sempre foram consideradas *problemas* a serem resolvidos pela classe patronal e todos os governos cujos interesses se aliam a esta. Movimentos grevistas travam o funcionamento do sistema e a produção. Conseqüentemente, freiam o aumento de lucros destes detentores dos meios de produção, pondo em xeque a autoridade histórica conferida a eles como ordenadores de um sistema econômico.

A greve é o momento no qual os trabalhadores se impõem no mundo do trabalho de forma determinante, questionando o arranjo social e contestando a ordem econômica e política; onde as peças do tabuleiro se invertem, opondo-se àquilo que até então estava dado como “normal” ou mesmo “natural”.

No Paraná, em novembro de 1979, este tabuleiro se agitou de forma contundente. Na tarde de 09 de novembro de 1979, reunia-se no aeroporto Afonso Pena um grupo inquieto de repórteres e políticos em conjunto com o então governador Ney Braga e o ministro do Trabalho Murilo Macedo⁶⁷. Aos repórteres do periódico, Macedo comentava sobre o principal “problema” do estado até aquele momento: a agitação dos boias-frias. Segundo o jornal, o ministro evitava termos pejorativos ao citar os trabalhadores em questão, principalmente quando o assunto era a sua organização em cooperativas no estado sulista.

No final da coletiva, ao ser questionado sobre as greves e piquetes que começavam a ocorrer com mais intensidade no Brasil, Macedo “perdeu o sorriso”. Como resposta, o ministro apontou a greve como “instrumento útil”, mas também “instrumento final e não o primeiro nas reivindicações trabalhistas”⁶⁸.

Enquanto o ministro dava a entrevista, os ânimos estavam à flor da pele no Paraná. E não era para menos. O presidente-general João Figueiredo visitaria o estado no dia 29 de novembro e os preparativos para a sua chegada

⁶⁷ Contador, advogado, administrador de empresas e ministro de Estado, bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1953. Em janeiro de 1979, Macedo foi indicado para substituir Arnaldo Prieto no Ministério do Trabalho, permanecendo até março de 1985. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/macedo-murilo>>. Acesso em 11/03/2017.

⁶⁸ **GAZETA DO POVO**. Greves, os problemas. Curitiba, 10 de novembro de 1979, p.32, sábado.

estavam sendo organizados pelo gabinete do governador Ney Braga⁶⁹. Havia um grande esforço empreendido pelo governador para unir as forças congressistas em torno dos projetos do presidente-general, tendo como principal catalisador o partido em criação que iria suceder o ARENA⁷⁰.

Braga e Macedo, entretanto, não esperavam que a chegada de João Figueiredo no aeroporto seria também um dos dias de maior intensidade e confronto do movimento grevista da construção civil nas principais ruas e praças da capital paranaense.

Esta greve era fruto da conjuntura política do país e, claramente, rearranjos nas estruturas do mundo do trabalho no sistema capitalista. Antes e durante a década de 1970, empresas brasileiras tentaram organizar as classes trabalhadoras com estratégias próprias. Construtoras e canteiros de obras estavam aí inseridas. Amplas modificações realizadas na administração e produção foram pautadas em uma lógica de poder disciplinador com vistas a uma individualização extremada, quebrando laços de solidariedade que poderiam existir entre o coletivo de trabalhadores dentro do mundo do trabalho.

Em contrapartida, foi desenvolvida pelos sindicatos de São Bernardo e pelas pastorais operárias do ABC paulista outra perspectiva de organização, mobilização e discursos vindos de “baixo da pirâmide” em contraposição às táticas e estratégias patronais. Além disso, militantes de partidos à esquerda, intelectuais e representantes sindicais combativos mantinham um trabalho de base constante nos chãos de fábrica.

⁶⁹ **GAZETA DO POVO**. Paraná quer demonstrar confiança em Figueiredo. Curitiba, 11 de novembro de 1979, p.01, domingo.

⁷⁰ Na obra “Paraná – Política e Governo”, a historiadora paranaense Marion Brepohl explicita com detalhes as disputas político-partidárias no estado. Se no início dos anos 70, a ARENA, parlamentares pró-ditadura sob a égide do governador Ney Braga, era predominante no cenário eleitoral paranaense, foi com o fim do chamado “milagre econômico” na economia brasileira, que as coisas se inverteram. Em 1974, o partido oposicionista MDB vence as eleições para o Congresso Nacional, mas, segundo a autora, perde na Assembleia Legislativa. Neste íterim, Ney Braga vai se tornando uma figura importante como governador do estado (como vimos e voltaremos a ver em outras situações, seria ele o mandatário durante o movimento grevista da construção civil e outras sublevações de trabalhadores). Apesar dos revezes da resistência parlamentar, em 1978 a oposição toma fôlego. Em 1979, ano da greve, as reformas propostas pela União extingue o tão arcaico e consentido (pela ditadura) bipartidarismo. Marion mostra que é neste ano que a opinião pública começa a se agitar em favor da redemocratização: “Outras organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Igreja e os chamados “novos movimentos sociais” – dos quais se destaca o Novo Sindicalismo [...] interferem em favor da abertura” (p. 86-87-88).

De acordo com Salvador Sandoval, tais estratégias – novas práticas e discursos – estão inseridas no que a historiografia e a sociologia do trabalho chamou Novo Sindicalismo. Para ele, foi neste momento que

as autoridades se viram compelidas pela pressão dos industrialistas a se voltar para a nova geração de líderes sindicais para que estes servissem como mediadores entre os comitês de greve dos trabalhadores e os patrões. Em muitos casos, mesmo em 1979 e 1980, os participantes das greves não autorizadas pelos sindicatos, sem distinção de categoria, só aceitavam a mediação desses líderes da ‘nova geração’ especialmente em situação em que os próprios sindicatos dos grevistas ainda eram controlados pelos pelegos. [...] pela primeira vez, foram criados fundos de greve, com planos para salvaguardar o movimento em caso de outra intervenção, formando diversos comitês de coordenação de trabalhadores que assumiriam, por sua vez, a liderança das greves em caso de mais repressão.⁷¹

Foi neste contexto e através desta “nova geração”, com nova configuração de discursos e práticas nas relações de trabalho, que emergiu no cenário público um novo sujeito: o sujeito coletivo.

A greve da construção de 1979, como as greves em geral, configura um processo de marchas e contramarchas na construção deste sujeito coletivo, conceito que nos ajudará a compreender a constituição de um movimento grevista e a organização e resistência das classes trabalhadoras tanto no processo de luta como em sua vida diária.

Neste sujeito coletivo, cunhado por Nair Heloísa Bicalho de Sousa⁷², “as identidades particulares das categorias profissionais são forjadas com base em inúmeras práticas cotidianas em que estão inseridas as situações de conflito, defendendo interesses, aspirações e desejos presentes no modo de vida de determinado grupo social”.⁷³

Ele se constitui quando “a configuração de um novo discurso e uma nova prática ocorre na classe em movimento na luta por direitos econômicos e políticos”⁷⁴. Uma vez que esse “novo estatuto de classes constitui uma

⁷¹ SANDOVAL, 1994, p. 134-135.

⁷² Conceito forjado pela socióloga em constante debate acadêmico e político com Marilena Chauí, Emir Sader, Maria Célia Paoli e Cornelius Castoriadis.

⁷³ SOUSA, 2007, p.145.

⁷⁴ Idem, p.36.

referência para todos os seus segmentos”⁷⁵, podemos entender seu papel na formação de uma greve.

O surgimento de um sujeito coletivo forjado na solidariedade. [...] ocorre por ocasião da greve quando a amotinação é superada pelo igualitarismo como objetivo do grupo (acesso igualitário à luta e ao seu controle, independentemente das diferenças). Esse momento é caracterizado pelo súbito e o imprevisível.⁷⁶

Destarte, o seu surgimento, na maioria das vezes, e como foi a experiência da greve da construção civil, é inesperado, irrompendo o tecido social e transformando de inúmeras formas o processo histórico. Quem forma o sujeito coletivo desta greve são os “peões de obras”, indivíduos quase anônimos nas ciências sociais brasileiras: “Milhões de mãos de serviço dos projetos de edificação residencial, comercial, industrial e de infraestrutura do país, porém, pouco presentes na história social e política”.⁷⁷ Uma massa invisível que constrói o que é visível e aquilo que existe, principalmente se voltarmos nossos olhares para os grandes centros urbanos, cada vez mais sombreados por arranha-céus e grandes edificações.

Além de anônimos na história social e política brasileira e da impossibilidade de gozarem de uma cidadania plena, de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários como outras categorias, suas condições de trabalho durante a segunda metade do século XX eram de extrema precariedade – os responsáveis pelas suas experiências de conflito. Em suma, uma das categorias de maior instabilidade e insegurança no mundo do trabalho.

Não apenas a Gazeta do Povo registra o temor que a própria comunidade curitibana nutria dos peões de obra mobilizados nas praças e marchando nas ruas em novembro de 1979, como Bicalho de Sousa⁷⁸ reconhece a expressão explosiva da categoria quando demandam para o constituído sujeito coletivo o que não possuem no seu espaço de trabalho e nas mais diversas experiências coletivas que comungam.

⁷⁵ Idem, p.36.

⁷⁶ Idem, p. 41.

⁷⁷ SOUSA, 2007, p.21.

⁷⁸ Sua obra, *Trabalhadores pobres e cidadania*, sobre a experiência da exclusão e da rebeldia dos peões na greve de 1979, em Brasília, é uma referência no campo da sociologia do trabalho.

Esta discriminação e estigma para com a categoria, presentes na sociedade brasileira, incluindo a inexistência de canais institucionalizados de expressão no que tangia as suas reivindicações de classe – melhores salários, condições dignas de trabalho, salubridade nos canteiros de obra, melhores condições de alimentação etc – criou uma subjetividade específica e controversa, estando ela entre a impotência perante as inúmeras questões da vida e a violência nas mais distintas ações no cotidiano, do labor a resistência.

Para a socióloga,

tendo em vista este quadro de degradação das condições de vida e trabalho, o processo de resistência no interior dos canteiros de obras, combinando quebras, sabotagens, perdas e desvios de materiais, absenteísmos e atrasos, desde a década de cinquenta, foi intensificado no final dos anos setenta com a forte mobilização dos trabalhadores.

E não seria diferente na Curitiba de novembro de 1979.

2.2. ENTRE CASSETETES E TIJOLOS

No dia 21 de novembro de 1979 vinte e sete grandes construtoras foram paralisadas por pedreiros e serventes. Apesar da celeridade dos acontecimentos, ainda não se sabia ao certo o que estava acontecendo. As portas do Banco do Brasil, no centro, foram fechadas e seguranças privados foram acionados para proteger a propriedade. Nos bastidores, algumas prisões já haviam sido realizadas. Naquela tarde de mobilizações, uma primeira onda de violência ocorreu.

Nas portas do Palácio Iguazu, aproximadamente trezentos operários dos dez mil grevistas reunidos levaram sua principal reivindicação àqueles que, aos seus olhos, representavam o poder. Um cordão de isolamento impediu qualquer ato de subversão ou ocupação inesperada. Dez minutos se passaram e nada. Não houve movimentação no interior ou defronte às escadarias do Palácio. Um dos operários, à frente dos demais, percebendo a debandada da

massa, grita de forma profética: “se Deus quiser no futuro nós voltaremos e daí vocês vão ver o que é *bão*”.⁷⁹

O policiamento nas ruas da capital paranaense foi então intensificado, visando manter a ordem e mediar a ação daqueles trabalhadores, agora vistos e acusados “subversivos”, “agitadores” e, claro, “grevistas”. Passados alguns minutos da saída da maioria dos trabalhadores do Palácio, foi expedida uma ordem do Comandante Geral da Polícia Militar, Manuel Abreu Paes, para que centenas de viaturas e camburões fossem acionados⁸⁰.

Em cada esquina do anel central, nas entradas das galerias dos edifícios, nas proximidades das casas bancárias, e ainda na Travessa Oliveira Bello, na Rua das Flores e imediações, os PMS permaneceram em estratégica posição. Também os batalhões de choque foram acionados, especialmente na praça Zacarias, onde um contingente aproximado de 200 homens permanecia, e agia afim de evitar alastramento.⁸¹

Ainda neste momento, havia certo desarranjo entre os próprios trabalhadores grevistas sobre as razões para a deflagração daquele movimento, quem era quem, de onde cada companheiro vinha, de que região e de quais canteiros de obras, etc. O que se sabia era que um grupo isolado de “agitadores” havia espalhado o mote 80% de aumento salarial.

O periódico aponta para a “acefalia” do movimento, afinal, em um momento crítico como aquele, a necessidade de se encontrar um inimigo público era premente para o patronato, os governos municipal e estadual, ainda confusos com a rapidez dos acontecimentos. Aquele dia em particular seria o primeiro de uma série de momentos onde o confronto entre as forças de repressão e segurança e o sujeito coletivo que se formava, além de uma agitação constante nas ruas e nos gabinetes políticos, se sucederia.

Ao entardecer, a Rua Marechal Floriano foi inundada por milhares de pedreiros e serventes, atingindo a Praça Tiradentes, onde uma grande

⁷⁹ **GAZETA DO POVO**. Por toda a cidade, as marchas para reivindicação. Curitiba, 22 de novembro de 1979, p. 12, quarta-feira.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ **GAZETA DO POVO**. Muita confusão no 2º dia de greve dos empregados da construção civil. Curitiba, 21 de novembro de 1979, p. 11, terça-feira.

concentração foi vista. O jornal registra a “intensa disposição [dos operários] de levar adiante o movimento”⁸² – movimento que ainda pouco se compreendia.

Muitos, no calor inicial, usaram da ação direta como instrumento de uma contra violência⁸³. Foram registradas diversas brigas entre operários e motoristas, batendo nas latarias dos carros, ocupando obras ainda não paralisadas e impedindo o tráfego de pedestres e veículos.

O movimento grevista da construção civil havia tomado Curitiba de assalto. E a pesar das dezenas de prisões ocorridas durante o protesto no Palácio do Iguaçu a Praça Tiradentes, entre outros confrontos, parecia não haver força, até o momento, para frear a greve.

A chegada do dia 22 de novembro elevou os ânimos que já estavam à flor da pele, tanto nas construtoras e nos canteiros de obra, como na região central da cidade. Muita coisa, no entanto, iria mudar.

O registro da Gazeta do Povo nos remete àquela tarde conflituosa entre as forças de repressão e segurança, presentes em diversas localidades do centro. Mais de 2.000 soldados caminhavam lentamente em cordões ordenados, disciplinados e munidos de seus cassetetes, e a movimentação desordenada, mas visivelmente potente de mais de 10.000 operários, grevistas, familiares que os acompanhavam, estudantes, professores e jornalistas espalhados pela Praça Afonso Botelho, muitos defronte a concha acústica do Clube Atlético Paranaense⁸⁴.

Cinquenta construtoras haviam sido paralisadas mediante piquetes volantes, estratégia dos trabalhadores para o bloqueio dos espaços de trabalho de forma rápida e, por vezes, violenta.

Muitos operários se queixaram para os repórteres que acompanhavam a movimentação a respeito da intensa ação e presença policial. Na Construtora dos Irmãos THÁ, na Rua Marechal Floriano, após alguns piquetes volantes terem conseguido a adesão de dezenas de operários, um ônibus da Polícia Militar estacionou de prontidão, iniciando um conflito “a cassetadas”⁸⁵.

⁸² **GAZETA DO POVO**. Exacerbação. Curitiba, 22 de novembro de 1979, p.21, quarta-feira.

⁸³ Ver subcapítulo “A greve entre a violência e a contra violência”, p.86.

⁸⁴ **GAZETA DO POVO**. Grevistas da construção civil insistem nos 80%. 22 de novembro de 1979, p.13, quarta-feira.

⁸⁵ Idem.

Neste dia, detido pelas forças de repressão e segurança, o electricista José Angelo Machado, de 26 anos, depõe dizendo que “cerca de trezentas pessoas do movimento grevista passaram em sua obra”, quando se juntou ao movimento, “alguns participantes tentaram arrebentar o portão da construtora THÁ/SA”. Foi neste momento que ele e muitos outros foram detidos.⁸⁶

Dada à intensidade daqueles dias, algumas informações, curiosamente, vinham de outros estados. A respeito dos dias iniciais da greve da construção civil – principalmente 21 e 22 de novembro de 1979 – outros periódicos foram procurados em busca de uma maior compreensão de sua conjuntura inicial.

O pequeno libelo paulista “República Brasil”, com pouquíssimas informações a seu respeito, traz consigo um artigo do jornalista Mario Martins Bastos, que em suas inúmeras edições encontradas na Biblioteca Nacional Digital Brasil, nos esclarece um pouco mais sobre a eclosão do movimento da construção. Notamos que Martins Bastos escrevia constantemente àquele periódico sobre acontecimentos provenientes da cidade de Curitiba e Paraná.

É de nossa ciência que construímos e apreendemos a greve da construção civil curitibana, quase que em sua totalidade, pela perspectiva do jornal Gazeta do Povo, visto a sua histórica influência na região paranaense como um todo. Contudo, o jornalista em artigo, nos esclarece algumas informações não ditas pela Gazeta.

O entendimento de que a deflagração da greve pelos peões de obra era fora de cogitação pela mesa diretora do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil (SINTRACON), o seu presidente, Agnaldo de Ramos Forbeci⁸⁷, naquela tarde, 22 de novembro, foi ao encontro do general e

⁸⁶ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba. Dossiê A, nº. 03217, Ficha 43, novembro de 1979.

⁸⁷ Em uma de nossas idas ao SINTRACON, em março de 2017, questioneei a respeito do presidente da mesa diretora à época da greve da construção, porém, pouco foi lembrado. Naquele momento, percebi o incômodo com a questão. Ao debruçarmos nas fontes jornalísticas encontramos pouquíssimos vestígios a respeito de Agnaldo de Ramos Forbeci. Sabemos, através de uma pesquisa on-line que Agnaldo seguiu com a sua carreira de sindicalista mesmo após a derrota das eleições sindicais da construção civil de 1980. Atualmente é Diretor Secretário do Sindicato Rural de Morretes, além de ter uma participação ativa nas questões públicas naquele município, como um dos representantes dos ‘Usuários dos Serviços de Saúde’. **CÂMARA DE VEREADORES DE MORRETES.** Em: < <http://www.morretes.pr.leg.br/camara/proposicao/decreto/2011/2/0/2516?tema=as>>.

delegado regional do trabalho Adalberto Massa. Buscava-se um desfecho rápido para aquele acontecimento.

A conversa, essa sim, foi rápida. Forbeci “perguntou ao general o que ele iria dizer aos peões na praça”⁸⁸, devido a sua inquietude. O general disse, então, que aquilo era algo “absurdo e ilegal”. Na rápida troca de palavras, o presidente do sindicato disse: “o senhor poderia ir lá com a gente e explicar a isso a eles”. “Não posso, não sou Jesus Cristo, meu filho”⁸⁹, rebateu.

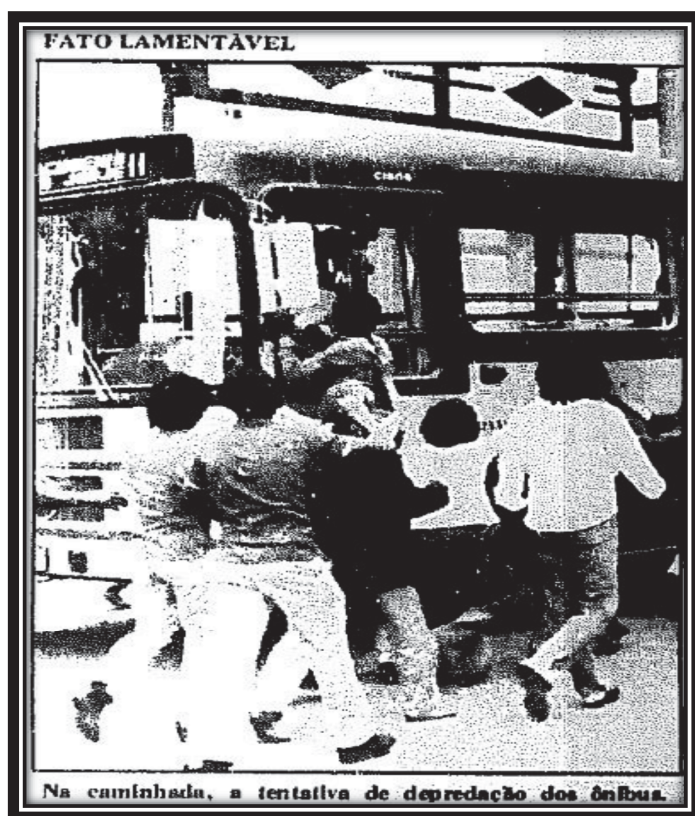


Figura 02 – Notícia publicada em 22 de novembro de 1979 pelo jornal “Gazeta do Povo”, intitulada “Fato Lamentável” onde demonstra trabalhadores grevistas em atos de contra violência.

Fonte: Gazeta do Povo, 1979 (p.13).

Entre aquela grande massa de trabalhadores reunida na Praça Afonso Botelho⁹⁰, um dos líderes – como se refere a Gazeta do Povo –, sem

⁸⁸ REPÚBLICA DO BRASIL. Os peões pararam Curitiba por um dia. São Paulo, 22 de novembro de 1979, p.10, ed. 075.

⁸⁹ REPÚBLICA DO BRASIL. Os peões pararam Curitiba por um dia. São Paulo, 22 de novembro de 1979, p.10, ed. 075.

⁹⁰ Ao longo do movimento grevista, a Praça Afonso Botelho foi utilizada inúmeras vezes pelos peões de obra como espaço público de concentração, debate e processos de decisão. A Praça

identificação, acusa a direção geral do sindicato de conspirar contra o movimento e os interesses dos operários. “Nós estamos propondo a saída do presidente do sindicato, por que ele não entende aos trabalhadores, não como os trabalhadores”.⁹¹ O clima de uma das primeiras assembleias do movimento era tenso.

De acordo com as informações de Martins Bastos, o “presidente do sindicato chegou [na assembleia] e foi intensamente vaiado ao tentar falar com o auxílio de um megafone emprestado pela polícia”.⁹² Não obteve sucesso. Ação que gerou a ira de muitos dos grevistas: “Vamos para Praça Zacharias, no centro, vamos invadir o sindicato. Esse cara [o presidente Forbeci] é safado, é ladrão”⁹³.

Apesar da incerteza daquela tarde, já se delineavam as razões para que aquela quantidade enorme de trabalhadores estivesse nas ruas de Curitiba: a reivindicação de 80% era real e exigia-se o pagamento dos dois dias de greve e a não punição dos grevistas. A discussão entre o órgão sindical dos trabalhadores e o patronal, além das próprias bases trabalhadoras, era intensa, pois a maioria acreditava ser impossível tamanha elevação salarial nos cheques semanais.

Na tarde de 23 de novembro, esta reivindicação já trafegava pelos mais diversos concentrações de pedreiros. Em seu depoimento, o jovem servente de 20 anos, Joaquim Pereira Barba, da Construtora Casa Nova, diz estarem os grevistas “exacerbados”. Após paralisar um dos canteiros em uma das obras na Cidade Industrial, fora juntamente com “quinhentos elementos” rumo a outras localidades com o “intuito de pararem com os serviços”. Em meio a uma confusão na Avenida Getúlio Vargas, Barba admite ter participado de uma tentativa violenta de penetração naquela obra, onde os trabalhadores

carrega o nome do tenente-coronel Afonso Botelho, responsável por inúmeras expedições nos sertões paranaenses durante o século XVIII, sendo, até hoje, importante e reconhecido espaço público da capital paranaense.

⁹¹ **GAZETA DO POVO**. Grevistas da construção civil insistem nos 80%. 22 de novembro de 1979, p.13, quarta-feira.

⁹² **REPÚBLICA DO BRASIL**. Os peões pararam Curitiba por um dia. São Paulo, 22 de novembro de 1979, p.10, ed. 075.

⁹³ **REPÚBLICA DO BRASIL**. Os peões pararam Curitiba por um dia. São Paulo, 22 de novembro de 1979, p.10, ed. 075.

aspiravam de todas as formas derrubarem as cercas e portões de ferro. “Exaltados e em vozes altas, diziam ‘queremos oitenta’”⁹⁴.

O pagamento dos dias de greve ainda era incerto, dado que acordos estavam longe de acontecer. A punição, por outro lado, era a única certeza dos peões de obra. Nos canteiros e empresas, seriam inevitáveis. Nas ruas e camburões, uma realidade cruenta e em marcha.

Um grande número de familiares era visível. Um peão de 25 anos de idade, sem identificação, acompanhado do filho pequeno, disse erguendo-se em um dos bancos da praça próxima ao Estádio do Atlético: “se um acordo não for feito hoje, assumo a liderança da greve”. A euforia do operário tinha uma razão: o filho. “Ele saiu de casa sem o café da manhã porque não tenho dinheiro para dar de comer”.⁹⁵

Bicalho de Sousa analisa o sentimento e a moralidade no cotidiano dos peões de obra, dizendo existir uma “ética de provedor” extremamente enraizada entre a categoria, que sobrevive, mesmo na pobreza extrema, rodeada de valores morais intensos.

Garantir a sobrevivência familiar num mercado de trabalho instável, excludente e discriminador torna-se desafio permanente para os chefes operários. [...] Movidos pela ideia de dever e responsabilidade diante do grupo familiar aceitam as condições de trabalho na construção como exigência de seu papel de provedor que lhe atribui a sustentação econômica do grupo doméstico nas suas necessidades básicas.⁹⁶

Rodeados de suas mulheres e filhos, os grevistas, entre laços estreitos de solidariedade, viam o movimento crescer de forma não esperada. A espontaneidade de sua eclosão, movida por um sentimento de revolta no trilhar da categoria no estado sulista, não havia dado a seus participantes um momento propício para analisar as condições concretas daquele processo.

Estava claro que alguns nichos se formavam entre as fileiras do estádio, onde as grandes reuniões de peões aconteciam e o sujeito coletivo estava crescendo. No seu interior, entre fúrias, confusão e indecisões, alguns se sobressaíam.

⁹⁴ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba. Dossiê C, n.º 03216, Ficha 102, novembro de 1979.

⁹⁵ **GAZETA DO POVO**. Grevistas da construção civil insistem nos 80%. 22/11/1979, p.13.

⁹⁶ SOUSA, 2007, p.63-64.

A tarde do dia 22 de novembro é um divisor de águas entre a primeira onda de contra violência e os próximos acontecimentos protagonizados pelo sujeito coletivo. Contudo, outro horizonte começava a ser construído para e pelos trabalhadores grevistas, assim como outros atores sociais emergiam com maior intensidade: o patronato curitibano; a Igreja Católica, representada pelos clérigos e leigos paranaenses da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba (CPJP); a Justiça Regional do Trabalho, corporificada pelo então general e delegado do trabalho Adalberto Massa.

Apesar do esforço contínuo de nossa fonte em tentar propiciar o desaparecimento das hostilidades, para criar certa paz social, a denúncia da ação direta dos grevistas ocorrida durante os atos os dias 21 e 22 é marcada em negrito. A ação tida como “arruaça”, é firmemente registrada.

Alguns operários descontrolados assumiram ontem atitudes indesejadas, como o movimento de depredação que iniciaram na Praça Rui Barbosa, durante o trajeto de marcha pelo centro da cidade.⁹⁷

2.3. O EDITORIAL

No dia 23 de novembro, a Gazeta do Povo se insere na conjuntura através de sua opinião editorialista. No editorial, nos deparamos com um discurso que vai ao encontro dos anseios do patronato, apontando para os “prejuízos” causados pelos dias de paralisação grevista, e também na defesa das forças voltadas à manutenção da “lei” e da “ordem”.



Figura 03 – Editorial publicado em 22 de novembro de 1979 pelo jornal “Gazeta do Povo”, intitulada “A Legitimidade da Greve e sua Degeneração”.

Fonte: Gazeta do Povo, 1979 (p.6).

Não nos cabe aqui uma análise de discurso exaustiva ou mesmo teórica a respeito, porém, é adequado citar algumas palavras que se repetem

⁹⁷ **GAZETA DO POVO.** Grevistas da construção civil insistem nos 80%. Curitiba, 22 de novembro de 1979, p.13.

com frequência, como “perturbação”, “desordem”, “depredação” e “agressão”, são inseridas em frases lapidares com a finalidade de impactar a opinião pública a respeito daqueles acontecimentos – uma característica de textos editorialistas.

Os quadros patronais, tendo em vista um complexo de circunstâncias, estão à beira da falência e concordatas e o simples exame estatístico que se faça às Varas específicas revela que essa foi a indústria mais atingida pela erosão empresarial.⁹⁸

Não obstante, para o editorial, o movimento é resumido a “um cortejo inquietante de agressões”. A greve da construção civil seria, até aquele momento, e comparado com os demais na cidade de Curitiba daquela conjuntura, “o maior acontecimento de perturbação”⁹⁹ dos últimos tempos.

Apesar da tentativa de apontar/criar características de fraqueza entre os trabalhadores do sujeito coletivo da greve da construção, como “historicamente feridos” e “movidados pela emoção”¹⁰⁰, o editorial toma uma posição definida perante aquele momento – e, apesar de certo temor perante aqueles acontecimentos, destarte, não era possível prever que as coisas ainda se agravariam.

2.4. NA ILEGALIDADE

Foi através de uma reunião entre a classe patronal e alguns trabalhadores do movimento¹⁰¹, mediada pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Luiz José Guimarães Falcão¹⁰², que surge a correção salarial de 30% como uma das cláusulas para a proposta de

⁹⁸ **GAZETA DO POVO**. EDITORIAL. A legitimidade da greve e a sua degeneração. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.6, sexta-feira.

⁹⁹ **GAZETA DO POVO**. EDITORIAL. A legitimidade da greve e a sua degeneração. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.6, sexta-feira.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Sobre os quais, mesmo cruzando nossas fontes, desconhecemos os nomes.

¹⁰² No período de 1963 a 1976, Falcão atuou como Juiz Presidente nas Juntas de Conciliação e Julgamento das cidades de Santa Rosa (RS), Lageado (RS), Novo Hamburgo (RS) e Porto Alegre (RS). Já em 1976, assumiu o cargo de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Curitiba), onde foi Presidente no período de 1978 a 1980, sendo um importante participante na greve da construção. Presidiu a Associação dos Magistrados da 4ª Região, de 1969 a 1970. Foi um dos fundadores da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, tendo ocupado a Vice-Presidência da entidade no período de 1978 a 1980. Em 1981, Tomou posse como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Em ><http://www.tst.jus.br/galeria-dos-ex-dirigentes>>.

conciliação. Não tardou para que ela fosse apresentada ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil através de uma rápida assembleia.

Entre as diversas argumentações dos presentes, se destacava a defesa dos trabalhadores e de seu movimento pelo advogado trabalhista Paulo Cesar Bastos, saindo em defesa da greve tanto no jornal Gazeta do Povo, como em assembleias de classe e reuniões conciliatórias¹⁰³.

Apontando para o documento das cláusulas em meio aos trabalhadores, esbraveja sobre a “insensibilidade no trato social” do patronato curitibano, que “ela mesma intensifica”¹⁰⁴. Enquanto ocorria a assembleia no sindicato dos trabalhadores, a ideia, entre o patronato, de decretação da ilegalidade da greve, já corria os corredores do Tribunal Regional do Trabalho, das construtoras e da própria presidência do sindicato. Quanto ao pedido de uma possível decretação de ilegalidade o advogado se insurgiu em discurso acalorado.

É ilegal essa exploração da miséria social, por que foi espontânea, incontida, irrefreável, em busca de condições mínimas de sobrevivência? É ilegal a cessação do trabalho, por que outra alternativa não tinham, para serem ouvidos, para serem lembrados, para serem julgados nas suas necessidades mais prementes? É ilegal porque não tivemos condições psicológicas para atender aos preceitos regulamentos do preceito constitucional do direito de greve, não se apegando ao formalismo da lei?¹⁰⁵

A tensão era clara entre o patronato e o movimento grevista. A discussão sobre a proposta conciliatória havia ocorrida na noite de 22 de novembro, por volta das 20h00¹⁰⁶, onde foram pensadas e debatidas, entre setores do patronato e um pequeno grupo de trabalhadores da construção, dez cláusulas que retrairiam os ânimos grevistas e colocariam fim ao movimento.

1) A título de concessão salarial semestral e nos termos da lei nº. 6.708 concede-se aumento de 30 por cento incidindo sobre os

¹⁰³ **GAZETA DO POVO**. Dissídio coletivo pode mudar o movimento da construção civil. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.31, sexta-feira.

¹⁰⁴ **GAZETA DO POVO**. Dissídio coletivo pode mudar o movimento da construção civil. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.31, sexta-feira.

¹⁰⁵ **GAZETA DO POVO**. “Greve ilegal?”. Curitiba, 24 de novembro de 1979, p,19, sábado.

¹⁰⁶ **GAZETA DO POVO**. Rejeição é possível. Curitiba, 24 de novembro de 1979, p,19, sábado.

- salários vigentes em 1º de junho, compensados os abonos concedidos pelo empregador no semestre.
- 2) Ao resultado da cláusula 1ª será acrescido Cr\$ 438,00 resultante dos aumentos compulsórios instituído pela elevação do salário mínimo em 1º de novembro.
 - 3) O aumento decorrente das duas cláusulas iniciais será repassado por estarem compreendidos na nova política salarial, salvo a que exceder o INPC de novembro aplicado em dezembro de 79.
 - 4) Assegurado o salário mínimo normativo de Cr\$ 3.700.
 - 5) Os empregados admitidos após a data base terão aumento normal, proporcional a um sexto, por mês de serviço, respeitado ao salário mínimo normativo.
 - 6) Fica assegurado o direito de receber aumento superior ao desse proposto na hipótese do índice do INPC, para dezembro, se superior a 30 por cento.
 - 7) O presente aumento terá vigência a partir de 1º de dezembro.
 - 8) A proposta fica condicionada a nova política salarial, quanto ao salário base para a nova convenção.
 - 9) Na hipótese dos trabalhadores aceitarem, terão direito de recebimento pelos dias de paralisação, incluindo repouso semanais intermediários.
 - 10) Fica assegurado a não punição aos trabalhadores pelos dias de greve.

Diferente do que propôs o movimento nascido das bases operárias, os 80% de aumento salarial eram vistos como uma impossibilidade sem qualquer arguição. Juntamente com tais forças ambivalentes, a mediação ocorreu nas pessoas do juiz presidente do Tribunal Regional do Trabalho e membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba – setores do clero engajados tanto na conciliação dentro de reuniões e assembleias, como nas manifestações de rua.

A aparição de padres nos depoimentos da Delegacia de Ordem Social¹⁰⁷ – não como depoentes, mas nos discursos de operários detidos – ocorre em momentos de maior tensão e sempre em meio a multidões, evidência de sua importância ao longo daqueles dias. A mesma Comissão não deixou de expressar a sua voz crítica no jornal Gazeta do Povo.

A Igreja apoia o movimento porque ele é justo, e onde há miséria, fome e violência, a Igreja tem o dever de ajudar a resolver estes problemas. Informou que os bispos do Paraná autorizaram o recolhimento de mantimentos do Comitê de Solidariedade nas igrejas, o que será feito a partir do final de semana em todas as paróquias da região metropolitana de Curitiba.¹⁰⁸

¹⁰⁷ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba. Dossiê C, n.º 03216, Ficha 83, novembro de 1979.

¹⁰⁸ **GAZETA DO POVO.** Rejeição é possível. Curitiba, 24 de novembro de 1979, p.19, sábado.

É sabida a importância dos segmentos progressistas da Igreja Católica Romana na articulação de grupos e atividades combativas à ditadura civil-militar durante a transição. Para Sandoval, “essa extensa rede de organização da Igreja, através de sua estrutura paroquial, oferecia uma eficiente forma alternativa de organização da população. [...] uma forma mais democrática de participação” ¹⁰⁹.

A luta do sujeito coletivo de pedreiros da construção civil curitibana se acirrava nos dias 22 e 23 de novembro de 1979, em meio a muitas agitações e reivindicação que, concomitantemente, inundavam o país de norte a sul.



Figura 04 – Publicação de 22 de novembro de 1979 pelo jornal “Gazeta do Povo”, intitulada “Mantendo a Ordem” aponta o confronto entre as forças de repressão e segurança e o sujeito coletivo de trabalhadores.

Fonte: Gazeta do Povo, 1979 (p.31).

2.5. A POSIÇÃO SINDICAL

Em uma nota oficial, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Paraná expõe aos filiados, grevistas e ao patronato que, mediante a “lei prevista,” a discussão sobre o aumento ou não de salários se

¹⁰⁹ SANDOVAL, 1994, p.121.

daria apenas na convenção sindical do dia 31 de maio de 1980, não em novembro de 1979. O órgão também deixa claro que “espera que quaisquer discussões se façam nos termos legais, junto à Justiça do Trabalho”¹¹⁰.

Há uma preocupação do sindicato com as “verdadeiras lideranças” da greve. Em nota, não se colocam como lideranças do movimento, mas não deixam de reivindicar o controle dos acontecimentos. Denuncia que “elementos estranhos” que não representavam a categoria de trabalhadores da construção civil estavam infiltrados.

A retórica das classes dominantes brasileiras (lideranças políticas e forças de repressão, quando não a grande imprensa), no correr do século XX ao início do XXI, frente a movimentos reivindicatórios, protestos orientados por movimentos sociais e, principalmente, movimentos paredistas, tem como característica principal a denúncia de “elementos estranhos” e “infiltradores” dentro de massas contestadoras, os chamados “agitadores” e “desordeiros” – discurso que legitima perante a opinião pública, atos de repressão policial nos mais diferentes graus.

Por fim, o próprio sindicato dos trabalhadores dá o seu ultimato pedindo para as autoridades instituídas a imediata declaração de “ilegalidade da greve”¹¹¹. Sobre os conflitos entre os peões de obra e seus órgãos de representação na conjuntura de ressurgimento das greves no país (1978-1980), as greves do setor são exemplos típicos de “mobilização das bases à revelia do sindicato, evidenciando o distanciamento entre a direção e categoria”¹¹²

Por um lado, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil dava as costas para a massa de grevistas que marchava pela capital paranaense, por outro, a negociação com o patronato não caminhava.

Naquele dia, “os empresários da construção civil não se fizeram representar no Encontro de Conciliação que havia sido convocado na Delegacia Regional do Trabalho”¹¹³, frustrando os grevistas, indivíduos das forças de repressão e segurança e a Comissão de Justiça e Paz da

¹¹⁰ **GAZETA DO POVO**. Nota oficial. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.1, sexta-feira.

¹¹¹ **GAZETA DO POVO**. Nota oficial. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.1, sexta-feira.

¹¹² SOUSA, 2007, p.152.

¹¹³ **GAZETA DO POVO**. Empresários não compareceram ao encontro na DRT. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.31, sexta-feira.

Arquidiocese de Curitiba. Neste ínterim, uma comissão de trabalhadores foi formada.

Com os ânimos grevistas acirrados, foram o general e delegado Adalberto Massa e o procurador regional da Justiça do Trabalho José Montenegro Antero que tomaram as rédeas daquilo que seria à primeira proposta de conciliação, em debate com a Comissão de Trabalhadores e sem a presença do empresariado. De acordo com Adalberto Massa, mais ciente da gravidade da situação que antes, a partir daquele momento, o assunto em pauta deveria ser tratado nas dependências da Justiça do Trabalho, uma vez que as construtoras estavam debatendo a instauração do dissídio coletivo¹¹⁴.

Algumas quadras dali, reunidos desde as primeiras horas da manhã no edifício da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), nos arredores do Centro Cívico, tomava conhecimento da proposta parcelas do patronato da construção civil lideradas pelo empresário Hélio Campos. Para os empregadores, a greve era “ilegal”¹¹⁵ e deveria ser imediatamente barrada por ninguém menos que as forças de repressão e segurança. Estes empresários da construção civil – com forte presença de membros diretos, interlocutores e representantes próximos às estruturas do Estado – estavam dispostos a acatar totalmente a política governamental. Política esta que os trabalhadores estavam contestando, ou seja, os próprios “índices fixados pelo governo”¹¹⁶. Em outras palavras, não haveria conversa, nem negociação.

Das janelas para fora, pelas ruas de Curitiba, os motoristas de ônibus das grandes construtoras e outras companhias de transporte coletivo, em consonância com o movimento grevista da construção civil – tendo o seu movimento gerado incômodo e igual insatisfação em parcelas inúmeras da classe trabalhadora curitibana – iniciaram também uma sublevação no dia 22 de novembro. Para o Sindicato dos Condutores de Veículos de Passageiros, os motoristas tinham o direito a 22% de aumento salarial.

¹¹⁴ Dissídio coletivo é um procedimento adotado para soluções de conflitos coletivos de trabalho perante o poder judiciário. Um importante instrumento para resolver conflitos que não obtiveram resultados em momentos anteriores. Neste meio tempo – tempo burocrático e resolvido por apenas alguns atores sociais distantes da massa de trabalhadores – os operários se preparam temendo o pior: organizam fundos e comitês de greve. No caso da construção civil, não foi diferente da grande maioria das greves daquele período.

¹¹⁵ **GAZETA DO POVO**. Empresários não compareceram ao encontro na DRT. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.31, sexta-feira.

¹¹⁶ Idem.

Do outro lado, o Sindicato das Empresas, órgão patronal, alegava que os reajustes para a categoria já estavam ocorrendo semestralmente. Devido a agitação, entre cláusulas e discussões, a Prefeitura de Curitiba já pensava em uma “tarifa de emergência”. Registrado em uma pequena coluna na Gazeta do Povo, ambos os sindicatos e a Prefeitura esperavam com “grande expectativa” que a paralisação não vingasse¹¹⁷. Mas vingou.

O primeiro motorista detido e fichado pela Delegacia de Ordem Social, no mesmo dossiê dos participantes da greve dos trabalhadores da construção civil, Pedro Joel Ferreira, de 23 anos, “afirma ter sido barrado por outros motoristas na sua chegada ao ponto de ônibus”. Assim como os grevistas da construção, a tática da adesão obrigatória não foi deixada de lado, pois “não deixaram [ele] sair do ponto”. Mesmo assim, afirma ao escrivão e ao delegado que “os motoristas também estão descontentes e muitos companheiros estão sendo incentivados pela greve”¹¹⁸, em referência a agitação da construção civil pela cidade.

Levando em conta a inesperada agitação dos motoristas de transporte coletivo – sobre a qual não nos atermos de forma profunda – e os acontecimentos dos dias iniciais da greve da construção civil, a narrativa tende a tornar-se mais profícua e todo o processo de sublevação ocorrido naquelas semanas, mesmo que em um curto período de tempo, começa a fazer sentido.

As análises da Gazeta do Povo faz com que notemos cada acontecimento em sua singularidade, sua irregularidade. Para François Dosse, “os historiadores devem se deixar surpreender, devem aceitar a revisão de suas interpretações, suas hipóteses e devem deixar levar pela força eruptiva do acontecimento”¹¹⁹.

O aparecimento de um parlamentar pró-greve em meio à agitação das bases operárias foi uma dessas surpresas. Ivan Ribas, deputado estadual pelo MDB do Paraná, permaneceu agitando a massa grevista na tarde de 23 de novembro, nas proximidades da Praça Afonso Botelho, onde uma comissão de greve já estava se consolidando.

¹¹⁷ **GAZETA DO POVO**. Motoristas de ônibus também pedem aumento. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.31, sexta-feira.

¹¹⁸ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba. Dossiê A, n.º 03217, Ficha 22, novembro de 1979.

¹¹⁹ DOSSE, 2013, p144.

O deputado subiu ao palco e “começou a incentivar a greve e a reivindicação dos oitenta por cento”¹²⁰ de forma emotiva. Não tardou para que grevistas próximos comesçassem a se incomodar, exigindo que descesse daquele local e “deixasse de fazer propaganda política, pois [aquele] era um movimento dos trabalhadores e não comício”¹²¹. Para os setores da classe trabalhadora curitibana daqueles dias sublevados, aquele momento era deles, e deles apenas.

O pedreiro de 23 anos, Ivam Campos, detido e fichado no mesmo dia, aponta para a aparição do parlamentar nos entremeios do movimento. Naquela manhã, ele e seus companheiros haviam “visitado duas construções”, onde “tiraram os trabalhadores do serviço fazendo com que eles acompanhassem o movimento”. Sobre a agitação daquele dia, disse que “ali também se achava o deputado estadual Ivan Ribas, o qual falou aos grevistas que podiam continuar a greve”¹²². Se o pedreiro Ivam Campos estava encabeçando – juntamente com outros – o *comando* de greve, as fontes não nos mostram. Contudo, o jovem pedreiro esclarecia para o delegado Luiz Fernando Vianna Artigas que os mentores da greve eram, principalmente, das construtoras Nova Era e Independência – indivíduos sem identificação.

Através do depoimento de Darci Saraiva de Jesus, 21 anos, encontramos o que parece ser o primeiro foco de agitação da greve da construção civil curitibana de 1979 – ocorrida na Construtora Nova Era, em 20 de novembro. O jovem servente depõe que, de uma hora para outra, “uma turma da construtora impedia que qualquer empregado batesse o cartão, sendo que todos ficaram parados na firma”¹²³. Qual “turma” foi essa, e quem seriam os primeiros a se sublevarem, o passado parece resguardar apenas para si esta valiosa informação.

O raiar do dia 24 de novembro começou com grandes pancadas de chuva. Em assembleia geral seria decidido os rumos da greve: se os pedreiros permaneceriam ou não com as paralisações. O Tribunal Regional do Trabalho, juntamente com a Comissão de Justiça e Paz e uma comissão de

¹²⁰ **GAZETA DO POVO**. Rejeição é possível. Curitiba, 24 de novembro de 1979, p.19, sábado.

¹²¹ Idem.

¹²² **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha, 47, novembro de 1979.

¹²³ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê D, nº. 03215, Ficha 50, novembro de 1979.

trabalhadores (onde não encontramos a identificação dos mesmos), haviam debatido as dez cláusulas na proposta de conciliação e a Justiça do Trabalho havia oferecido aumento de salário de 30%. Reunidos na concha acústica, os grevistas votaram contra a proposta¹²⁴. A greve continuava.

De acordo com a Gazeta do Povo, a massa se mostrava mais tranquila do que “exacerbada”¹²⁵, como o periódico acusa diversas vezes e em diferentes momentos. Observamos haver poucos detidos e fichados nos dias 25 e 26 de novembro. Até aquele momento, 150 obras estavam paralisadas¹²⁶, e a tática de adesão obrigatória, onde grupos de dezenas ou centenas ocupavam obras e obrigavam os trabalhadores a cruzarem os braços, funcionou.

O dia 24 marca a erupção de outro acontecimento que jazia em discussões e reclamações entre os trabalhadores grevistas, mas que não havia surgido com maior intensidade: o exponencial descontentamento com a direção do sindicato dos trabalhadores. Na assembleia, uma das “lideranças”, que não era membro da comissão grevista, respondeu a razão para a recusa da proposta conciliatória: “Nós poderíamos aceitar o acordo da Justiça, se a diretoria do sindicato fosse mudada”¹²⁷.

Como podemos observar, o sujeito coletivo apresentava um descontentamento exponencial com órgão que dizia representa-lo. Durante as duas semanas de greve, não foram poucas as vezes que tentaram invadir aquele espaço. Em uma das tentativas ocorrida no dia 26 de novembro, o vigia de 55 anos, João Fernandes Acêncio, contratado como segurança em uma obra na Rua Tapajós, se uniu a um grupo de pedreiros e outros trabalhadores da segurança rumo ao sindicato, nas proximidades da Praça Zacarias. “Que o declarante e outro colega iam bem à frente do grupo”¹²⁸, quando foram cercados por policiais militares e levado à Delegacia de Ordem Social.

Segundo Rossi e Gerab, com o tempo, e principalmente durante o ressurgimento das greves no país (1979-1980), o peleguismo já não era aceito

¹²⁴ **GAZETA DO POVO**. Pedreiros não aceitam um aumento de 30%. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

¹²⁵ **GAZETA DO POVO**. Pedreiros não aceitam um aumento de 30%. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ **GAZETA DO POVO**. Recusar acordo. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

¹²⁸ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03219, Ficha 110, novembro de 1979.

como antes, e as bases trabalhadoras, mesmo em assembleias sindicais, começaram a questionar as mesas diretoras e seus presidentes, “criando um autêntico movimento de combate à estrutura sindical, que se espalhou progressivamente para várias cidades do país”¹²⁹.

Preocupado em analisar o conjunto de experiências do movimento operário, ainda que atento a Europa, Cornelius Castoriadis exemplifica claramente a diferença de interesses destes respectivos indivíduos em uma agitação de trabalhadores. Quando avistamos a greve da construção civil, observamos que as divisões no seio do sujeito coletivo que reivindica direitos são claras, passando por “campos de realidade”¹³⁰ distintos: de um lado, teríamos “operários preocupados com suas reivindicações imediatas”¹³¹, o que o caráter explosivo e instantâneo do movimento evidencia. Sua preocupação é com a alimentação parca dos filhos, a impossibilidade de pagar as contas no fim do mês, os abusos nas relações e no ambiente de trabalho. Enfim, questões cotidianas.

De outro, “movem-se militantes políticos, distintos dos operários”¹³². São sujeitos preocupados não apenas com o cotidiano, mas com o *amanhã* – seja a preocupação sincera com os interesses dos trabalhadores, seja por interesse pessoal. Se Castoriadis está preocupado com as dissidências, ideias implícitas e usos e abusos de certos militantes e partidários, me preocupo com outra categoria de “militante”: aquele que, mesmo não se diferenciando dos trabalhadores da construção, “se organizam segundo considerações relativas”¹³³. Remeto aqui aos membros do sindicato da construção civil durante o período da greve. O que, a partir do que se pode constatar na leitura e análise das fontes, não servia aos interesses dos trabalhadores. Servia, à época, a de seus algozes.

2.6. REJEIÇÃO E CONCILIAÇÃO: A INTENSIFICAÇÃO DA GREVE

¹²⁹ ROSSI, Waldemar; GERAB, William J. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Ed.: Expressão Popular, 2009, p. 50.

¹³⁰ CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.11.

¹³¹ Idem, p.11.

¹³² Idem, p.11.

¹³³ Idem, p.11.

Para as forças conciliadoras, a situação dos grevistas era crítica. Sem qualquer assistência de seu órgão de representação, pequenos gestos de auxílio, vindos de onde viessem, contavam para o sujeito coletivo – e suas famílias – que participavam e encabeçavam o movimento grevista.

Um desses gestos miúdos, mas simbólicos, foi do pipoqueiro Josué, que “penalizado com a situação” dos operários, diminuiu o preço de seus pequenos pacotes de pipoca, tendo em vista que muitos deles “preferem ficar sem almoçar, ou jantar, alimentando-se apenas com um ou dois pacotes por dia”¹³⁴.



Figura 05 – Assembleia dos trabalhadores apontada através da Publicação de 24 de novembro de 1979 pelo jornal “Gazeta do Povo”, intitulada “Nova Assembleia Hoje”

Fonte: Gazeta do Povo, 1979 (p.31).

Era na Praça Afonso Botelho que naquele dia 24, além de pedreiros e serventes, muitas esposas e filhos pequenos se aglomeravam, além “da presença constante da polícia”¹³⁵. A presença de familiares era a regra. Detido na tarde anterior, o pedreiro de 25 anos, José Cardoso, operário na Samper Engenharia, depõe ao delegado as razões para a participação efetiva na greve,

¹³⁴ GAZETA DO POVO. Situação dos grevistas, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

¹³⁵ Idem.

sendo a necessidade premente “sustentar três filhos. [...] [e] afirma que o salário que está recebendo atualmente não dá para viver”¹³⁶.

Como vimos anteriormente, Bicalho de Sousa mostra a importância do pedreiro como provedor de seu núcleo familiar. Por isso, como nos apresentam as fontes jornalísticas e policiais, a presença de esposas e filhos no ambiente grevista não é uma mera expressão de resistência, ou a obrigação de suas mulheres e crianças, mas uma cultura de união e solidariedade.

Naquela tarde, muitas esposas expressavam preocupação com os “sumiços”¹³⁷ de seus maridos – e a possibilidade de maiores conflitos entre os grevistas e as forças de repressão e segurança. A Comissão de Justiça e Paz, na presidência de Wagner De’ Angelis, juntamente com o diretor da Polícia Civil, Luiz Chemin Guimarães, iniciaram uma reunião que duraria muitas horas¹³⁸. A pauta da reunião era a liberação dos grevistas detidos e encarcerados. Na reunião, o presidente da Comissão de Justiça e Paz deixou claro que as prisões realizadas teriam “deixado muitos operários revoltados”¹³⁹.

Para atravancar ainda mais aquele contexto, durante a soltura de alguns pedreiros, houve a denúncia de que “a polícia fez que passassem fome, não alimentando nenhum deles durante os dias que os mantiveram presos”¹⁴⁰.

Durante os depoimentos, foi registrada a incessante procura por um mentor ou liderança do movimento grevista, que, como percebemos ao longo da narrativa, se faz por muitos dias. Se a mesa diretora do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil já havia se posicionado contra a greve, declarando a mesma dentro da ilegalidade, seriam outros sujeitos os agitadores daquela greve e a Delegacia de Ordem Social não descansaria até encontra-los.

Até mesmo ao final do movimento, nos depoimentos presentes nas fichas policiais, a procura por uma liderança era um imperativo para as forças de repressão e segurança. Detido no dia 26 de novembro, o pedreiro de 25 anos, José dos Santos Neves, operário em uma das muitas obras da Construtora Alcântara, afirma ao delegado não ser líder “do movimento nem

¹³⁶ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, n. 03217, Ficha 06, novembro de 1979.

¹³⁷ **GAZETA DO POVO.** Soltar grevistas. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Idem.

conhecer o líder”. Ao final, diz: “a coisa tá toda bagunçada, não tem ordem nenhuma”.¹⁴¹

A Gazeta do Povo registra e aponta um operário sem identificação como uma das “lideranças mentoras” por ser membro da comissão de negociações entre patrões e empregados. Segundo o jornal, ele teria permanecido longas horas na delegacia, tendo sido preso na tarde do dia 24.¹⁴² Ele foi detido nas proximidades da Construtora Sakamori, ao solicitar o seu pagamento mensal. Afirma ter entrado na empresa, esperado sentado em um banco em frente a secretária, ser ignorado, e não receber o que lhe era de direito. Ao sair de lá, deu de cara com uma “viatura policial a sua espera”.¹⁴³

O operário em questão é José dos Santos, um pedreiro de 34 anos. Sua identificação nos foi permitida graças às fichas policiais do dia 24 de novembro. Em seu depoimento, ele afirma “que sua missão é fazer a negociação e a pacificação entre os trabalhadores referente ao movimento grevista”¹⁴⁴. Não obstante,

[...] o depoente como membro da comissão faz contatos junto ao tribunal regional do trabalho bem como junto aos patrões e aos trabalhadores para se chegar a um acordo salarial e termino do movimento. Esclarece que o dissídio vai ser julgado na segunda-feira, permanecendo os trabalhadores paralisados até o julgamento. Que no dia de hoje o depoente esteve no escritório para receber o seu salário, pois hoje seria o dia, e a firma acionou os policiais militares para acompanhá-lo a esta delegacia. Que o depoente acha justo o movimento iniciado pelos operários.

Para as forças de repressão e segurança, mesmo as ações dos membros das comissões de conciliação, como disse José dos Santos, eram vistas com maus olhos. Da manhã ao entardecer, detenções ocorriam de forma sistemática. No dia 24 de novembro, o contingente policial aumentou.

O centro da cidade permaneceu sitiado por viaturas, camburões e policiais à paisana infiltrados¹⁴⁵ na concha acústica, espaço onde ocorria uma grande concentração de grevistas e trabalhadores em geral. A reorganização

¹⁴¹ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba. Dossiê A, nº. 03217, Ficha 16, novembro de 1979.

¹⁴² **GAZETA DO POVO**. Presos passam fome. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha 67, novembro de 1979.

¹⁴⁵ **GAZETA DO POVO**. Esquema policial. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

policial ocorreu durante um dos telefonemas de negociação entre o presidente De' Angelis, da Comissão de Justiça e Paz, e o diretor da Polícia Civil¹⁴⁶.

As súplicas do clero não teriam surtido efeito.

Marion Brepohl, sobre uma questão marcante na lógica da suspeição das forças repressivas do Estado, explana sobre a infiltração de agentes nos mais diferentes espaços de oposição à ditadura e de seu projeto para o país, fossem estes espaços considerados “subversivos” ou meramente *suspeitos* de subversão. Para a historiadora, esta estratégia,

além de aumentar a eficiência do processo repressivo, os informes obtidos podiam também assumir um papel preventivo, uma vez que instruíam os poderes sobre as tendências, em cada microconjuntura, dos movimentos de oposição.¹⁴⁷

As informações obtidas por informantes infiltrados¹⁴⁸ auxiliaram na detenção e encarceramento de muitos dos grevistas durante a semana final do movimento paredista. Note-se: tanto agentes infiltrados das forças de repressão e segurança, como indivíduos da mesa diretora do sindicato dos trabalhadores¹⁴⁹.

Outro espaço de concentração do sujeito coletivo, que ao correr dos dias se esfacelava e ocupava muitas das regiões centrais, era a Praça Carlos Gomes, “onde foram vistos diversos carros policiais, juntamente com outros de placa não oficial, e ainda, vários policiais reunidos, elaborando um esquema de vigilância”.¹⁵⁰

Muito provável que o patronato reunido na Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) em uma longa reunião¹⁵¹, frente a um grande prejuízo (Cr\$ 30.000.000) e atraso na entrega de diversas obras (incluindo um terminal de transportes no bairro Pinheirinho), fizesse da segunda-feira, 26 de novembro, a data-limite para a conciliação com os trabalhadores.

Em seu sétimo dia de paralisação, a greve dos trabalhadores da construção se inseria em um momento delicado. Naquele dia, o Tribunal

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ MAGALHÃES, 1997.

¹⁴⁸ **GAZETA DO POVO**. Comunicado à população. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.33, quarta-feira.

¹⁴⁹ **GAZETA DO POVO**. Nota oficial. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.1, sexta-feira.

¹⁵⁰ **GAZETA DO POVO**. Esquema policial. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

¹⁵¹ **GAZETA DO POVO**. Prejuízos grandes. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

Regional do Trabalho (TRT) iria julgar através de um dissídio coletivo os rumos do movimento. Seria um momento de “irrupção de um devir em estado puro”¹⁵², devido às expectativas de todos os envolvidos.

A perspectiva de Dosse nos é útil para a compreensão dos grandes e miúdos acontecimentos em uma conjuntura de ressurgimento das greves no país. Apesar de uma cronologia aparentemente linear – tendo em vista a necessidade e tentativa de compreendermos o objeto nos seus mais diferentes aspectos – exprime que a

causa [do acontecimento] não preexiste aos seus efeitos, ao contrário, são os efeitos do acontecimento que lhe darão, que lhe constituirão uma condição indefinidamente proliferativa e, se for o caso, de causa.¹⁵³

Neste caso, o julgamento do dissídio coletivo pode ser considerado um acontecimento novo na conjuntura grevista, um momento decisivo, trazendo efeitos diversos, esperados e não esperados. Como aponta o autor, efeitos “proliferativos”.

Da agitação crescente do sujeito coletivo de pedreiros e serventes, os motoristas de transporte coletivo iniciavam pequenos nichos de paralisações. No mesmo dia do julgamento do dissídio coletivo da greve da construção civil, o patronato das empresas de transporte e os motoristas de ônibus iriam negociar a respeito das reivindicações salariais. Muitos deles foram detidos na madrugada do dia 25 para o dia 26 de novembro. Utilizando a tática da adesão obrigatória, ocuparam empresas e pontos de ônibus no cair da noite.

Durante aqueles dias, o Sindicato dos Condutores de Veículos Ferroviários, órgão representativo dos motoristas, juntamente com o patronato, pareciam mais dispostos a uma conciliação que os operários da construção e as construtoras e empreiteiras membras da FIEP – um movimento de proporções indiscutivelmente maiores.

Segundo registra a Gazeta do Povo em uma notícia pequena do dia 24 de novembro, no canto inferior da página, a Prefeitura de Curitiba e os patrões haviam apresentado aos trabalhadores do transporte uma proposta de

¹⁵² DOSSE, 2013, p.166.

¹⁵³ Idem, p.155.

aumento que não os agradou: Cr\$ 4.140,00, a partir de janeiro de 1980¹⁵⁴. Também seria na segunda-feira, 26, dia do julgamento do dissídio coletivo dos trabalhadores da construção civil, que decisões e debates se acirriariam para a categoria de motoristas, incluindo cobradores.

Em relação ao dissídio coletivo e ao movimento grevista da construção civil, muito por conta dos prejuízos e atrasos nos canteiros de obras, o patronato começou a aparecer e opinar com intensidade. Para eles, os culpados da situação eram as construtoras, “muitas pequenas, quase quebrando”¹⁵⁵, especialmente porque “o preço metro quadrado, em Curitiba, é um dos mais inferiores do Brasil”¹⁵⁶.

Diversas vezes consonantes com os ditames econômicos do governo, da União ao estado, desta vez, contudo, apontam para a principal causa de todo o “transtorno” grevista: a falta de repasse de verbas do governo – “o maior cliente”¹⁵⁷ da construção civil. O aumento requisitado pelos operários (80%) até poderia ser aceito pelos patrões, porém, “desde que o BNH [Banco Nacional de Habitação] aceite que os gastos sejam repassados”¹⁵⁸. Todos esses apontamentos vinham com o mote repetido inúmeras vezes desde o primeiro dia de greve: não era o momento para reivindicar aumento salarial¹⁵⁹.

O entardecer do dia 26 de novembro e raiar do dia 27 trouxe para outro patamar o movimento dos trabalhadores da construção civil: o Tribunal Regional do Trabalho declarou a greve ilegal. Uma greve que começava a ser melhor compreendida pela imprensa e negociada mediante comissão de trabalhadores, Comissão de Justiça e Paz, através do clero católico, e do patronato da construção civil, foi colocada fora dos escopos da legalidade. Através deste comunicado, se se esperava que tudo se resolvesse naquele dia e o movimento regredisse, não foi o que aconteceu.

Por outro lado, como vimos, se os patrões pressionavam o governo usando artifícios meramente ilusórios da própria União, e incentivavam os acordos coletivos, declaravam a “sua intenção de aplicar as leis trabalhistas

¹⁵⁴ **GAZETA DO POVO**. Definição para os motoristas. Curitiba, 26 de novembro de 1979, p.24, segunda-feira.

¹⁵⁵ **GAZETA DO POVO**. Não dão aumento. Curitiba, 26 de novembro de 1979, p.24, segunda-feira.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Idem.

contra as greves “ilegais”¹⁶⁰. E, no contexto, quase todos os movimentos grevistas no Brasil eram assim considerados.

Agora concentrados nas regiões centrais e, muitas vezes, periféricas de Curitiba¹⁶¹, os trabalhadores grevistas esperavam, debatiam e construíam uma resistência pacífica, diferente daqueles dias iniciais. Os quase vinte mil operários almejavam uma resposta de prontidão. E a resposta veio como um estouro, alterando o que até agora era “causa e efeito” de burocracias patronais, policiais, sindicais, entre outras, em um “acontecimento que, através de sua capacidade de romper com a estrutura causal, esclarece o seu próprio contexto”¹⁶².

A declaração da ilegalidade marca a descontinuidade e a ruptura no processo do movimento, longe de ser um acontecimento banal. O contexto se prolifera, se fragmentando. Tendo em vista o acirramento e as tensões daqueles dias, observamos como sujeitos dominados e vencidos encaram a sua própria luta. Em um mesmo momento, há tempos “descontínuos, divergentes, paralelos, e eventualmente convergentes”¹⁶³.

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região iniciou a reunião na parte da manhã, se estendendo por aproximadamente duas horas. Pela maioria de votos, o TRT “resolveu não reconhecer o pedido de majoração salarial”¹⁶⁴. Não obstante, deixou ao encargo dos patrões a decisão de pagamento salarial sobre os dias de greve. Dentro de 24 horas, pedreiros e serventes deveriam retornar aos seus postos de trabalho. Na reunião, outro tópico importante: não seriam punidos aqueles sujeitos que tivesse “uma participação pacífica no movimento”¹⁶⁵, em clara referência ao conflito entre trabalhadores e as forças de repressão e segurança.

As fichas policiais mostram, no entanto, que a ação da polícia civil e militar foram em alguns momentos, elas sim, exacerbadas. No dia 26 de novembro, o motorista de táxi Osvaldo Antunes da Rocha, 32, havia acabado

¹⁶⁰ SANDOVAL, 1994, p.142.

¹⁶¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mediante o censo de 1980, estima-se que a população curitibana era de 1.052.147 habitantes (população no município/capital). (<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1287#resultado>)

¹⁶² DOSSE, 2013, p.99.

¹⁶³ Idem, p.99.

¹⁶⁴ **GAZETA DO POVO**. TRT declara ilegal o movimento dos pedreiros. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.16, terça-feira.

¹⁶⁵ Idem.

de terminar uma corrida em direção ao bairro do Boqueirão. Ao chegar à Praça Tiradentes, uma das regiões de concentração dos pedreiros grevistas, foi “abordado violentamente pela polícia, que o levou à delegacia”¹⁶⁶.

Na parte da manhã, um pintor independente de 34 anos, Francisco Telles de Souza, longe das assembleias e do movimento, resolveu sair tomar “umas pingas”¹⁶⁷ e caminhou em direção a um grupo de operários que conversavam. Foi quando, devido ao seu estado de “embriagues, pediu para dois policiais militares o levarem até a sua casa”¹⁶⁸. Não foi o que aconteceu: os policiais o levaram preso.

Já na parte da tarde, por volta das 14hrs, um motorista (e ex-pedreiro) se encontrava concentrado na Praça Afonso Botelho com muitos peões de obra. Em “alto estado de embriaguez”¹⁶⁹, Antonio Riscarolli, 43 anos, fazia um discurso acalorado, “penalizado com os trabalhadores da construção civil”¹⁷⁰. Também não tardou para ser abordado e levado à Delegacia de Ordem Social¹⁷¹.

Detenções e “excessos” continuaram por toda aquela tarde. Um carpinteiro de 20 anos, Sebastião dos Santos, através da tática de adesão obrigatória, foi forçado a caminhar juntamente com o movimento grevista pelas ruas da capital. Caminhando pela calçada, afirma ao delegado “que não estava fazendo nada, mas os policiais disseram que os acompanhassem, pois não haveria problemas”¹⁷². Sem entender, acabou sendo preso.

Em uma ditadura civil-militar, onde o direito e a lei são, muitas vezes, mera formalidade, as ações das forças de repressão e segurança passam a ser também informais, truculentas e autoritárias, regidas por uma “lógica de

¹⁶⁶ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha, 73, novembro de 1979.

¹⁶⁷ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 85, novembro de 1979.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê D, Ficha 122, novembro de 1979.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷³ Bicalho de Sousa aponta para um fenômeno recorrente nos canteiros de obra e no cotidiano dos peões: a bebida. Mais precisamente os “goles” matinais de cachaça. “Estimulante valioso, a pinga está enraizada nos canteiros; e, como hábito antigo, bebê-la pode restaurar o ânimo pessoal para um trabalho tão penoso e pesado”. O que pode trazer mais malefícios que qualquer outra coisa. Como aponta a socióloga, o alcoolismo é uma das questões mais preocupante no mundo do trabalho da categoria (SOUSA, 2007, p.95).

¹⁷² **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha 56, novembro de 1979.

excesso”¹⁷³, e, em momentos de tensão e conflito, carregados de uma “desproporção da ordem do incomensurável”¹⁷⁴.

Profética, um dos advogados da Comissão de Justiça e Paz, Geraldo Roberto Correa Vaz, disse durante a reunião que esperava o “pior” e que, mesmo solicitando para a comissão de trabalhadores que acatassem a decisão da justiça em assembleia, não avistava conciliações futuras.

O outrora citado advogado trabalhista próximo dos trabalhadores sindicalizados e das comissões e frentes formadas, Paulo Cesar Bastos, árduo defensor do movimento grevista, não poupou palavras para iluminar aquele acontecimento aos presentes, decisão que, na sua perspectiva, seria o estopim de um contexto ainda mais acirrado – inclusive denunciando o próprio sindicato, que muitas vezes “tentou contornar a situação”¹⁷⁵. Ademais, quanto ao aumento salarial, o Tribunal Regional do Trabalho propôs aos patrões uma elevação a partir do primeiro dia de dezembro de 31,02%.

Em seu discurso, resumindo a greve desde os seus dias iniciais até aquele momento, se ergueu defronte aos presentes e falou: [...] “há um conflito entre a verdade da fome e a verdade jurídica. [...] e não tivemos alternativa senão ir de encontro com a massa sem comando, cujo único líder era o ‘general fome’¹⁷⁶. Entre os lamentos, a aparente neutralidade do sindicato, a apatia burocrática do patronato e a batida do martelo do Tribunal Regional do Trabalho, milhares de operários esperavam impacientemente uma definição a respeito da greve, concentrados na Praça Afonso Botelho.

Dentro da ilegalidade, o sujeito coletivo moveu-se até as proximidades da Praça Afonso Botelho, com o intuito de decidir se acatariam ou não a decisão do Tribunal Regional do Trabalho. Dentro dele, rachas eram visíveis. “Alguns trabalhadores acusaram que muitas das pessoas presentes não pertenciam a classe”¹⁷⁷. Sentindo-se confuso, excluído do processo decisório, tornou-se a enfurecer e o movimento a radicalizar-se.

¹⁷³ PAULO ARANTES, 2014, p 302.

¹⁷⁴ Idem, p.302.

¹⁷⁵ **GAZETA DO POVO**. Reajuste de 31,02% virá a partir de dezembro. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p. 16, sexta-feira.

¹⁷⁶ **GAZETA DO POVO**. Reajuste de 31,02% virá a partir de dezembro. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p. 16, sexta-feira.

¹⁷⁷ **GAZETA DO POVO**. Votação decisiva. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p. 16 sexta-feira.

Apesar da participação de uma comissão de trabalhadores e da Comissão de Justiça e Paz ao seu lado, sem contar os discursos e defesa do advogado Paulo Bastos, “os mais de cinco mil trabalhadores reunidos na Praça Afonso Botelho, demonstravam estarem dispostos a tudo, pedindo incessantemente pela continuação da greve”¹⁷⁸.

Dentre o desentendimento generalizado entre o sujeito coletivo e os demais atores sociais envolvidos, havia a formação, pela comissão de greve, de pequenas lideranças paralelas ao sindicato dos trabalhadores. Neste ínterim, o Tribunal Regional do Trabalho havia decidido por 31,02% de aumento no mês de dezembro. Para a grande maioria de trabalhadores, contudo, 80% de aumento era imprescindível e, para eles, algo merecido.

A confusão e o desentendimento nas entranhas do sujeito coletivo estavam plantadas. O mestre de obras detido pela polícia naquela tarde, Francisco Verissimo Luiz, 33 anos, afirmava que muitos grupos nas proximidades do Campo do Atlético estavam “aguardando a decisão do Sindicato dos Trabalhadores, e de acordo com aumento de 65%”¹⁷⁹. Já o pedreiro Norival Aparecido, 22 anos, também detido e levado à delegacia, afirma não ter participado um só dia da greve, e “que não sabe qual a pretensão dos grevistas, mas ouviu que 80%”¹⁸⁰.

Apesar de tudo, a votação transcorreu com normalidade. Porém, para que os trabalhadores pudessem participar, houve a necessidade de documentos que comprovassem o pertencimento à categoria da construção civil. Junto aos grevistas, expressou a Comissão de Justiça e Paz: “seja qual for a decisão, a entidade continuará ao lado dos trabalhadores, em sua luta por melhores condições de vida”.¹⁸¹

Na página 156 do dossiê B, proveniente da Polícia Civil do Estado do Paraná e disponibilizado pelo Arquivo Público do Paraná, foi impresso em letras datilografadas um pequeno folhetim utilizado pelos grevistas mais radicalizados e que se destacavam na crítica ao sindicato apontado como

¹⁷⁸ **GAZETA DO POVO**. Ânimos acirrados. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p. 16 sexta-feira.

¹⁷⁹ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 77. novembro de 1979.

¹⁸⁰ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 79, novembro de 1979.

¹⁸¹ **GAZETA DO POVO**. A Votação. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p. 16 sexta-feira.

“pelego”¹⁸² – reproduzido pelos datilógrafos da Delegacia de Ordem Social, para arquivamento.

Entre os dizeres, a reivindicação salarial de “80%” era enfatizada por uma parcela dos grevistas à frente dos trabalhadores. Indivíduos começam a perceber as fragmentações do sujeito coletivo e as interferências de atores externos a ele – tendo em vista a não participação do sindicato entre reivindicações nos estádios e ações diretas nas ruas curitibanas.

“Desde o primeiro dia de greve, todas as decisões de vocês foram discutidas e decididas em praça pública”, inicia o documento, evidenciando o caráter aberto do movimento, onde poderiam todos se locomover, debater, criticar e reclamar a “céus abertos”.

Depois, o documento registra a necessidade de uma exigência “absurda” da apresentação de uma “carteira profissional” para se debater e estar no local da tomada de decisões. Com tal medida, a desintegração do sujeito coletivo se acelerava.

Em clara crítica aos que tentavam, naqueles dias, “controlar” o movimento – nos sentidos de pacificar a luta, mas também reger a negociação – o folheto é claro: “A turma do blábláblá querem levar vocês para ambiente fechado e já não confiam em vocês”.

Ao final, uma sentença impactante: “Trabalhador constrói, não destrói”¹⁸³, em clara menção ao próprio labor dos operários da construção civil e na contramão da ideia reportada pela imprensa de que a greve era desordeira e violenta.

No final da assembleia, um grupo de grevistas iniciou um foco de agitação entre os próprios trabalhadores, tendo como alvo, a pedradas, os oradores da comissão de greve – aquela que trazia as notícias e decisões da

¹⁸² O peleguismo se espalhou pelo mundo do trabalho e a estrutura sindical brasileira principalmente durante a década de 1970, culminando na onda de movimentos grevistas que varreria o país. Sindicalistas favoráveis e à mercê da ditadura civil-militar eram centenas – atravancando o combate por melhores salários e condições de vida, denunciando lideranças e companheiros de sindicato que, de inúmeras formas, eram oposição ou desgostavam da então situação política e econômica brasileira.

¹⁸³ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº 03218, Documentos esparsos, novembro de 1979.

reunião no Tribunal Regional do Trabalho, “uma atitude que não contou com o apoio dos seus colegas”¹⁸⁴.

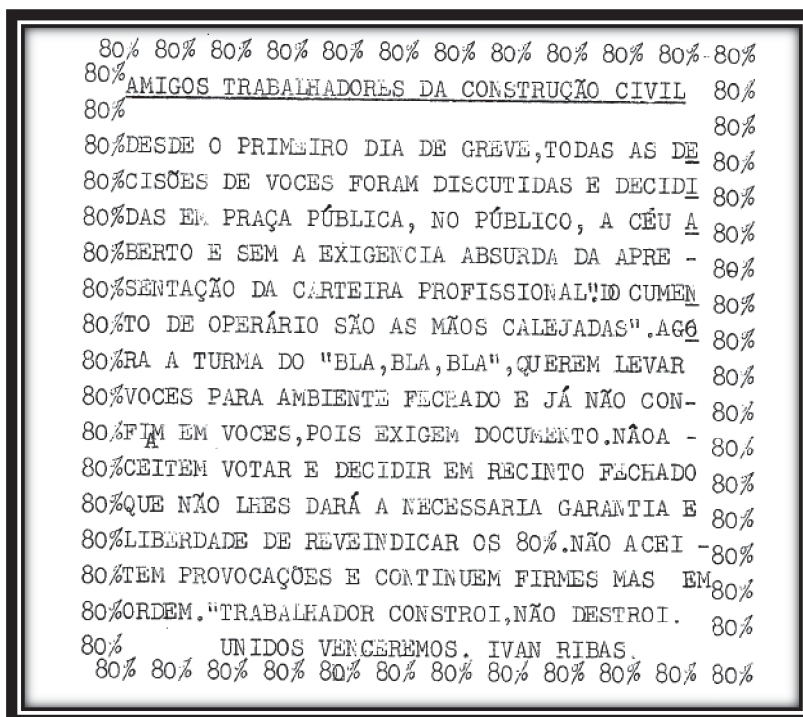


Figura 06 – Panfletos distribuídos pelos grevistas “radicalizados” incitados pelo vereador Ivan Ribas (MBD) – Reprodução Datilografada.

Fonte: ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, 1979.

Um dos prováveis membros do grupo agitador daquela tarde foi detido pela polícia civil após deixar a Praça Afonso Botelho. O pedreiro Manuel Agente Ramos, de 30 anos¹⁸⁵, e um grupo de companheiros seguiram “para uma obra cuja localidade [o pedreiro] não se recorda; começando uma depredação daquela obra”. Durante o ato, foi preso juntamente com alguns de seus colegas. Mesmo assim, poucas detenções foram realizadas no dia 27 de novembro, totalizando 15 fichas de depoimentos. Evidente que alguns grupos não aceitavam as negociações e propostas.

Do outro lado, o general Adalberto Massa, também delegado regional do Trabalho, opinou pela primeira vez sobre a greve dos peões. Em tons conciliadores, afirmou publicamente serem as recentes greves ocorridas, e em

¹⁸⁴ GAZETA DO POVO. A Votação. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p. 16 sexta-feira.

¹⁸⁵ ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03214, Ficha 84, novembro de 1979.

ocorrência pelo país, “perfeitamente normais dadas às condições de vida da classe trabalhadora”. Ao mesmo tempo, apontou a greve da construção civil curitibana como “improdutiva para os patrões”. Por fim, lembrando-se do resultado da votação no Tribunal Regional do Trabalho, afirmou ser a categoria dos pedreiros e serventes mal informada a respeito de sua situação salarial, e, que se não estudada a sua situação antes de exigir 80% de aumento, “pelo menos tivessem mantido maior diálogo com os patrões”¹⁸⁶.

O dia 26 também contou com uma agitação grevista dos motoristas de táxi da região central de Curitiba, em escala menor que da categoria da construção civil. Percebemos com o correr daquelas duas semanas que a greve da construção civil exerceu influência concreta sobre as mais diferentes categorias de trabalhadores – dos taxistas, motoristas de ônibus e cobradores e até mesmo dos garis e lixeiros. Sobre estes últimos, vistos pelo periódico como uma nova ameaça, “as informações também variavam. Alguns se mostravam dispostos a entrar em greve por melhores salários, e outros apenas se queixavam da situação”¹⁸⁷.

A influência da greve da construção civil pode ser percebida nos dossiês da Delegacia de Ordem Social, onde estão arquivadas as fichas de depoimento dos detidos e que abarca não apenas os pedreiros e serventes, mas também outras inúmeras categorias – mesmo que os dossiês fossem intitulados como “Participantes das greves da construção civil”. É neste momento que percebemos a importância do acontecimento que se prolifera. Para François Dosse, a partir daí

a leitura histórica do acontecimento não é mais redutível ao acontecimento estudado, à sua acontecimentalidade, mas considerada em seu vestígio, situada em uma cadeia fatural, conectada a outros momentos, a outras questões diferentes daquelas em que surgiu. [...] o que dá total importância à trama discursiva que os religa dentro de um enredamento.¹⁸⁸

Tamanho enredamento de acontecimentos ocorreu em meio a “incidentes e prisões” de diversos trabalhadores das mais diferentes categorias,

¹⁸⁶ **GAZETA DO POVO**. A Votação. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p. 16 sexta-feira.

¹⁸⁷ **GAZETA DO POVO**. Lixeiros, nova ameaça. Curitiba, 27 de novembro de 1979. p. 17, sexta-feira.

¹⁸⁸ DOSSE, 2013, p.85.

tendo sido acionado rapidamente um “grande contingente policial destacado para coibir os excessos dos grevistas em Curitiba”¹⁸⁹. Paralelo à greve dos peões, e durante o correr do dia, quase dois mil taxistas cruzaram os braços e encostaram os seus veículos, inclusive formaram rapidamente uma comissão reivindicatória para dialogar com a Prefeitura¹⁹⁰.

O Sindicato dos Taxistas Autônomos, assim como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, era visto como ineficiente pelos motoristas, sabendo apenas “receber o imposto sindical”¹⁹¹.

Durante os dias 27 e 28 de novembro, houve uma agitação constante das categorias de motoristas do transporte coletivo e dos motoristas de táxis. A adesão obrigatória também era uma tática dos taxistas. Manoel Carvalho de Rezende, taxista de 41 anos, retornava “de uma corrida por volta das 15hrs que fizera para Santa Cândida, quando foi cercado por um grupo de motoristas que estavam em greve e falando sobre a greve”¹⁹². Não tardou para que fossem surpreendidos pela polícia. Alguns conseguiram fugir, mas Rezende foi detido.

Outro taxista, João Serapião da Cruz, 35 anos, por uma momentânea desavença com as forças de repressão e segurança, foi detido e preso. Ao retornar de uma corrida e estacionar o seu veículo no ponto ao lado do Hospital São Lucas, “um guarda viu o depoente fora do taxi e o chamou de ‘vagabundo’, além disso, foi confundido por policiais militares por estar com um rádio transmissor da marca General Electric”¹⁹³. Provavelmente confundido com um guarda ou policial sem farda/identificação.

Taxista há um ano, contratado pela Firma Lima & Nicola, Luiz Carlos Ribeiro da Silva, 32 anos, em meio à agitação de populares e trabalhadores que ocorria na Praça Tiradentes, ficou “chocado”¹⁹⁴ com a violenta abordagem das forças de repressão e segurança. Não tendo conhecimento do abrupto

¹⁸⁹ **GAZETA DO POVO**. Incidentes e prisões. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.17, sexta-feira.

¹⁹⁰ **GAZETA DO POVO**. Táxis param e querem gasolina subsidiada. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.17, sexta-feira.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº. 03217, Ficha 24. novembro de 1979.

¹⁹³ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº. 03217, Ficha 19, novembro de 1979.

¹⁹⁴ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê D, Ficha 116, novembro de 1979.

movimento grevista dos motoristas de táxi, foi abordado juntamente com a sua esposa, Iolanda Maria de Jesus Silva, e levado até a Delegacia de Ordem Social. Segundo o taxista, sua esposa Iolanda “encontrava-se adoentada”.

Evidente que havia na região central de Curitiba um distúrbio generalizado na perspectiva da segurança pública, o que motivou as polícias civil e militar a agirem, muitas vezes, sem questionar as razões de uma ou outra detenção. Em um Brasil de poucas rupturas e muitas permanências, a velha máxima atribuída¹⁹⁵ ao presidente Washington Luís (1926-1930), “a questão social é um caso de polícia”, ainda era um imperativo nas estruturas de segurança.

As reivindicações dos condutores de táxi eram:

- 1) O subsídio da gasolina mantendo o preço em Cr\$14,30 ou no máximo Cr\$ 14,90 o litro;
- 2) Anistia total para as multas até o início de 1980;
- 3) Não aceitam aumento de tarifas, pois isto afastaria ainda mais os usuários;
- 4) Querem a padronização dos pontos de táxi em todas as cidades;
- 5) Não aceitam qualquer medida mediadora que vem através de decreto municipal, mas exigem que os atos venham através de Lei aprovada na Câmara de Vereadores;
- 6) Que haja uma desburocratização da Prefeitura em relação aos serviços de táxi;
- 7) Que o tabelamento para os empregados seja aprovado e unificado;
- 8) Que seja regulamentada a lotação;¹⁹⁶

Ao contrário dos pedreiros e serventes, e apesar da lista de reivindicações proposta pelos taxistas, não competia à Prefeitura decidir sobre os anseios da categoria. No entanto, a agitação entre os trabalhadores não cessava. Piquetes em pontos de táxi e a tática da adesão obrigatória aumentava o número de grevistas. A confusão entre eles era tamanha que um “boato de que a Prefeitura daria um aumento de 50% não foi bem recebido pelos condutores”¹⁹⁷, além de tantos outros que rondavam os pontos e ruas paradas.

¹⁹⁵ SCHWARCZ, Lilian; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.344.

¹⁹⁶ **GAZETA DO POVO**. Táxis param e querem gasolina subsidiada. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.17, sexta-feira.

¹⁹⁷ Idem.

O temor de uma sublevação das mais diversas categorias da classe trabalhadora curitibana era grande. Entre as avenidas, formando cordões e de cassetetes em mãos, “todo o contingente da Polícia Militar encontrava-se de prontidão, sendo que acentuado número continuava, ontem, em pontos estratégicos da cidade”¹⁹⁸.

Para a Gazeta do Povo, havia de fato um temor dos cidadãos curitibanos a respeito daqueles dois dias, 26 e 27 de novembro. Boatos de que a maioria das categorias de trabalhadores entraria em greve, “como dos garis, dos marceneiros e outros”¹⁹⁹, rondavam toda a cidade. Tendo como horizonte o movimento grevista da construção civil, que até cinco dias atrás era a única ameaça ao patronato e às forças de repressão e segurança, outros acontecimentos surgiram para “transtornar as temporalidades instaladas em sua rotinização”²⁰⁰, uma rotina que até aquele momento era focada apenas nos peões da construção. A greve de pedreiros e serventes foi a “areia na máquina, o acidente que transforma inadvertidamente”²⁰¹ o cotidiano.

De fato, a inquietude atingiu as engrenagens da cidade. Por todo o dia, desde o raiar da manhã, as pessoas apresentaram um “movimento incomum”²⁰² nas ruas e calçadas, muitas delas paralisadas e outras abarrotadas de pedestres. Por volta das 11hrs da manhã, “foram vistas reações agressivas de donas-de-casa pelo simples fato de pessoas também apressadas, terem esbarrado ou passado a frente”²⁰³. Para as regiões comerciais, os inconvenientes também não cessavam, “pois muitos empregados não compareceram ao serviço e outros que chegaram estavam cansados por terem chegado a pé”²⁰⁴.

Um comerciante curioso de 27 anos, Ernê Oton França, gerente da Disapel Eletrodomésticos, observou em frente à sua loja “diversas

¹⁹⁸ **GAZETA DO POVO**. Incidentes e prisões. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.17, sexta-feira.

¹⁹⁹ **GAZETA DO POVO**. Curitiba vive dia de expectativa e confusão. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.40, sexta-feira.

²⁰⁰ DOSSE, 2013, p.262.

²⁰¹ **GAZETA DO POVO**. Curitiba vive dia de expectativa e confusão. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.40, sexta-feira.

²⁰² **GAZETA DO POVO**. Nervosismo. 27/11. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.40, sexta-feira.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Idem.

aglomerações de motoristas em transporte coletivo”²⁰⁵. Quando caminhou em direção ao grupo percebeu, logo de cara, ser do movimento grevista dos motoristas do transporte coletivo. Então comentou “que se continuassem com essa ‘onda’ de greves, brevemente todos estariam em greve”²⁰⁶. Quando se afastou do grupo, um policial civil se aproximou e o deteve, encaminhando-o para a delegacia.

Os motoristas de ônibus tiveram as suas reivindicações atendidas. A Prefeitura, mesmo não sendo capaz, sozinha, de atender os anseios da categoria, participou ativamente das negociações com as empresas de transporte coletivo. Com o aumento salarial²⁰⁷, passaram a receber Cr\$ 8.280,00 já a partir do mês de novembro. Os trabalhadores recebiam até o dia anterior às suas reivindicações, Cr\$ 6.321,00²⁰⁸. Apesar das negociações terem acontecido de forma rápida, diferente do movimento da construção civil, nas empresas e avenidas, “os motoristas grevistas tentavam impedir que os ônibus saíssem de seus pontos a fim de buscar os passageiros de bairro para o trabalho”.²⁰⁹ A polícia foi então solicitada, ocorrendo diversas abordagens e prisões.

O oficial de produção química da empresa Estearina Paranaense, Luíz Berlamino Rocha, de 31 anos, dentro de um dos ônibus abordados, afirma ter avistado uma multidão afrente que parou o veículo, obrigando-o a descer do ônibus, “quando todos desceram apareceu ali elementos da polícia militar e detiveram a maioria”.²¹⁰ Da delegacia para o Palácio, o prefeito Jaime Lerner (1971-1975, 1979-1984, 1989-1993), após a rodada de negociações, desabafou: “Nós não queremos mais um dia como este. O transporte coletivo é a vida da cidade”²¹¹.

²⁰⁵ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº. 03217, Ficha 23, novembro de 1979.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ **GAZETA DO POVO**. Motoristas de ônibus são atendidos. 27/11. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.40, sexta-feira.

²⁰⁸ **GAZETA DO POVO**. Motoristas de ônibus são atendidos. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.40, sexta-feira.

²⁰⁹ **GAZETA DO POVO**. Presença dos piquetes. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.40, sexta-feira.

²¹⁰ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê b, Nº. 03218, Ficha 65, novembro de 1979.

²¹¹ **GAZETA DO POVO**. Mediação. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.40, sexta-feira.

A preocupação do chefe do Executivo para com o movimento dos trabalhadores das empresas de transporte coletivo pareceu mais premente que a massiva greve dos operários da construção civil – muito pela preocupação de Lerner com a região central da cidade, onde o sistema “Transporte Rápido por Ônibus” havia sido por seu governo arquitetado, espaço onde as ações de violência e contra violência se desenrolavam. Os operários da construção, no entanto, apesar do uso de coletivos diariamente, não moravam na região central, mas nos subúrbios e periferias.

Alguns quilômetros dali estavam concentrados na Praça Afonso Botelho milhares de pedreiros sindicalizados, serventes de pedreiros, pedreiros autônomos, mestres de obras, pintores, eletricitas, entre outros trabalhadores da construção civil curitibana.

Depois de quase quatro horas²¹² de discussão em uma grande assembleia, iniciou-se um tumulto que tornou qualquer decisão impossível de ser debatida mais afundo. A comissão de greve que participara da reunião no Tribunal Regional do Trabalho há um dia foi dissolvida²¹³. Um carpinteiro detido nas proximidades da praça, Orlando de Lima, 23 anos, reitera a “confusão” nas negociações: “Na praça, onde houve as reuniões, nada ficou solucionado com relação ao aumento pretendido, [e] que então o movimento continua”. Quando perguntado sobre as lideranças grevistas, afirmou que “desconhece quem sejam os líderes do movimento. [...] apenas acompanhou o movimento”²¹⁴.

A partir da Praça Afonso Botelho, centenas de grevistas seguiram para os mais diferentes canteiros de obras e construtoras da região central, “revoltados, dispostos a formar piquetes e paralisar as obras em andamento nas proximidades”²¹⁵. Foi quando ocorreu, aproximadamente às 10hrs da manhã, em uma obra na Avenida Visconde de Guarapuava, o primeiro de muitos confrontos diretos com a polícia militar, resultando em detenções e

²¹² **GAZETA DO POVO**. Movimento dos pedreiros tende a violência. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

²¹³ **GAZETA DO POVO**. Movimento dos pedreiros tende a violência. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

²¹⁴ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03214, Ficha, 88, novembro de 1979.

²¹⁵ **GAZETA DO POVO**. Movimento dos pedreiros tende a violência. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

muitos operários feridos. “Acossados, os trabalhadores deixaram o local apanhando”²¹⁶.

comigo escrivão de seu cargo, abaixo nomeando e assinado compareceu UBIRATAN VARGAS DA SILVA
filho de Adão Alves da Silva
e de Maria da Conceição V.da Silva
com -24- : anos de idade, nacionalidade brasileira
natural de (Município e Estado) Lajes, Santa Catarina
estado civil Casado
de profissão Pedreiro e residente à rua Rorezina
N.º60(V.Oficinas)
sabendo ler escrever, o qual perguntando prestou as seguintes declarações:
Que o declarante trabalha na função de pedreiro na firma nova era, onde recebe salário de sete cruzeiros e quinze centavos por hora de trabalho, dando um total de aproximadamente quatro mil cruzeiros mensais, ordenado este que ainda é descontado o INPS; que mal da obra o sustento, visto que tudo está aumentando dia a dia; que a firma / Nova Era está parada desde segunda-feira e não tem cabeça no movimento todos pararam de trabalhar e só voltariam a trabalhar se o aumento pretendido fosse aceito pelas firmas; que no dia de hoje por volta das onze horas o declarante e mais uns quinhentos elementos estavam no Bairro do Água Verde, na Rua, quando apareceu viatura da Polícia e detiveram alguns dos integrantes daquelaturma, entre os quais figura o declarante; que o declarante não sabe porque foi detido, isto porque o declarante quando viu que alguns policiais usando de cassetetes começara a bater no pessoal e detiveram muitos deles, o declarante tentou fugir mas foi agarrado e detido pelos soldados e conduzido até esta delegacia. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado, lido e achado conforme, vai devidamente assinado na forma da Lei. Eu

Figura 07 – Ficha 78 do Dossiê C, N°03214 disponibilizada pelo Departamento da Polícia Civil em novembro de 1979.

Fonte: ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, 1979.

Por volta das onze da manhã, outro choque entre os grevistas e as forças de repressão e segurança aconteceu na Rua Castro Alves²¹⁷. Com cassetetes em mãos, cordões policiais repeliam os trabalhadores. “Alguns conseguiram fugir, ainda entrando nos terrenos baldios e invadindo jardins particulares”²¹⁸. Um pedreiro da Construtora Nova Era, Ubiratan Vargas da

²¹⁶ Idem. .

²¹⁷ GAZETA DO POVO. Movimento dos pedreiros tende a violência. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

²¹⁸ Idem.

Silva, 24 anos, depôs na Delegacia de Ordem Social estar com quase quinhentos companheiros nas proximidades “quando apareceu [uma] viatura da polícia e detiveram alguns integrantes”²¹⁹. Observando o confronto, “viu que alguns policiais usando de cassetetes começaram a bater no pessoal e detiveram muitos deles”. O operário tentou fugir, mas foi agarrado e detido pelos soldados.

François Dosse, refletindo sobre o conteúdo acontecimental dos processos e testemunhos judiciais, aponta para inercia dos depoimentos, das vozes silenciadas dos reprimidos, até serem lidos, criticados e, por fim, narrados – ressurgido o acontecimento por intermédio da pesquisa e da escrita. Para ele, “o drama é apresentado em uma descrição que passa de uma lógica estática para uma lógica dinâmica e permite o encadeamento dos diversos depoimentos divergentes e todos relatando o mesmo acontecimento”²²⁰. Ao historiador cabe “ter a capacidade de realizar a síntese das informações inerentes ao contexto”, visando a compreensão daquele momento.²²¹

Os que não conseguiram escapar foram “vistos com cortes profundos no rosto ou na cabeça, motivados por golpes de cassetete”²²². Viaturas atacadas e de ponta cabeça, perseguição à luz do dia entre avenidas e as ruelas do centro, piquetes volantes e ações direta dentro dos canteiros de obras foram acontecimentos que romperam a normalidade, que até então, tirando casos isolados nos dias iniciais, era orientado mais pela burocracia das negociações que a força de pedras e cassetetes. A partir deste momento, nos deparamos com uma miríade de acontecimentos acidentais, eurptivos e explosivos, como escreveu Dosse.

“O protocolo que havia com a polícia, foi quebrado”²²³.

²¹⁹ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03214, Ficha 78, novembro de 1979.

²²⁰ DOSSE, 2010, p.271.

²²¹ Idem, p.271.

²²² **GAZETA DO POVO**. Movimento dos pedreiros tende a violência. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

²²³ **GAZETA DO POVO**. Movimento dos pedreiros tende a violência. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

2.7. DIAS DERRADEIROS: CONFRONTOS E RUPTURAS

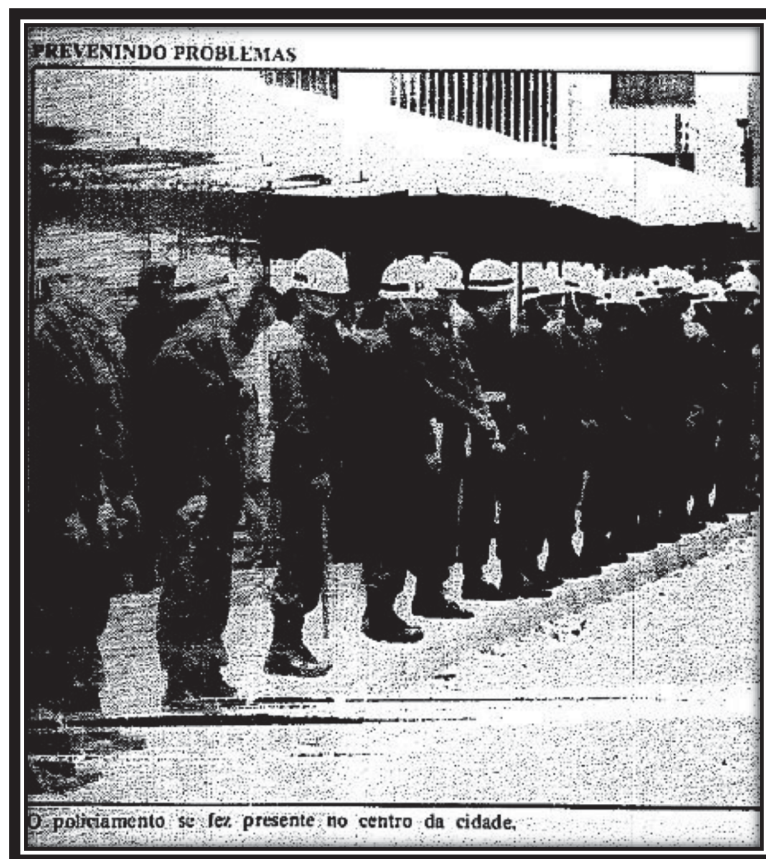


Figura 08 – Pelas ruas marchando indecisos cordões.

Comunicado publicado pelo jornal “Gazeta do Povo” em novembro de 1979.

Fonte: Gazeta do Povo, 1979 (p.32).

Um comunicado à população curitibana foi impresso no canto inferior da última página sobre as notícias da greve da construção civil. Neste comunicado percebe-se que a tensão entre o sujeito coletivo e as forças de repressão e segurança aumentou gradativamente desde a última tentativa de conciliação e a declaração da ilegalidade do movimento. Como vimos, o jornal Gazeta do Povo participou dos acontecimentos não apenas como coadjuvante, mas um dos protagonistas. Assinada pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, os informes eram os seguintes:

- 1) A presença das policiais em vias públicas, acompanhando tais movimentos, está totalmente relacionada com a sua principal atividade, ou seja, a de levar tranquilidade à população, assim como proteger pessoas e patrimônio público e privado.

- 2) Tem por objetivo, assim, proteger os próprios trabalhadores, garantindo aos mesmos o direito de reivindicação e impedindo da mesma forma que aconteçam infiltrações de pessoas estranhas à classe, que por motivos vários, tentaram levar os operários a outros objetivos.
- 3) A ação policial, portanto, é, em principio a de orientação e controle da ordem, evitando-se por todos os meios, que haja confronto entre policiais e trabalhadores.
- 4) Entretanto, não poderá a Polícia deixar de cumprir com a sua missão principal que é a de manter a ordem pública. Em qualquer ocasião em que seja necessária a pronta intervenção para que evite a perturbação da ordem, tanto a Polícia Militar e a Polícia Civil estão preparadas para assegurar o retorno a tranquilidade.
- 5) Assim, compreendendo a necessidade de ser atingido um ambiente favorável aos entendimentos, para que tenhamos o termino para os atuais impasses ocorridos durante tais movimentos, tem a Secretaria de Segurança Pública confiança nos trabalhadores, no sentido de que o caminho do dialogo seja retomados, e a exemplo da maioria, todos retornem ao trabalho, alcançando os objetivos de suas reivindicações, a mesa de conversações.²²⁴

O comunicado da Secretaria de Segurança Pública carrega um forte discurso conciliador, e mesmo pacificador. Claramente na contramão dos acontecimentos dos dias 27 e 28 de novembro. Todavia, não deixa de citar as palavras “ordem”, “tranquilidade”, “orientação” e “controle” nos cinco tópicos abordados, relegando às forças de repressão e segurança o papel de seus propagadores e guardiões naqueles dias conturbados.

Para Dosse, refletindo Pierre Nora, “as mídias são, portanto, partes interessadas na própria natureza dos acontecimentos que ocorrem na sociedade moderna”²²⁵. O suporte “jornal”, a mídia, constrói também a sua narrativa e cita acontecimentos. “Noticiário policial, fato singular, fato ordinário, o acontecimento tornou-se igualmente lugar de investimento do imaginário de nossa sociedade. [...], apropriado à narrativa”²²⁶.

Como um arqueólogo procura vestígios de peças antigas e diminutas em grandes catacumbas, procuramos em meio às pequenas linhas dos jornais e as letras miúdas dos relatórios policiais *dar voz* aos sujeitos grevistas, aos dominados, aos vencidos. A imprensa, para Dosse, também trata o acontecimento a partir dessa perspectiva, que é singular. Diferente de outros suportes, na imprensa há uma seleção, uma triagem. O acontecimento ali

²²⁴ **GAZETA DO POVO**. Comunicado à população. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.33, quarta-feira.

²²⁵ DOSSE, 2013, p.267.

²²⁶ Idem, p.262.

registrado não é o que *de fato* aconteceu. Por isso, resta ao historiador apreendê-lo e construí-lo.

Para Dosse, há três etapas distintas a respeito dessa construção (feita pela mídia, e depois pelo pesquisador). A primeira “é no plano de descrição do acontecimento. Nesse nível, eles respondem à pergunta de querer saber do acontecimento”²²⁷. Depois, no próprio ato descritivo, “escolher certo tipo de descrição [que] equivale a engajar um processo de interpretação que depositará o acontecimento descrito em determinada categoria semântica”. Por último, normalizar o acontecimento, “reduzir sua contingência e sua indeterminação evidenciando a sua tipicidade”. Há, sinteticamente, a descrição, a construção de sentido e a normalização do acontecimento. O que dá a entender, segundo a análise do suporte, que o “acontecimento é um já-lá inerte, estático, à espera de um trabalho externo de elucidação”, quando sabemos que o trabalho do historiador é o oposto do que a fonte simplesmente nos mostra.

Relegado ao segundo plano pelo movimento grevista, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, no dia 28 de novembro, “assegurou garantias de trabalho para todos os operários que cessassem o movimento grevista e voltassem as atividades”²²⁸. Cerca de 50%²²⁹ dos trabalhadores, segundo o sindicato, já haviam retornado aos canteiros de obra. Já nos interiores da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), o patronato e o seu órgão de representação se encontravam para analisar e debater sobre as consequências do movimento grevista para o setor da construção civil no Paraná discutindo sobre a nova assembleia que seria realizada pela manhã na concha acústica.

O discurso, tanto do sindicato dos trabalhadores como dos patrões e da Secretaria de Segurança Pública, era uníssono: “os empregados que não cumprirem com o último prazo estabelecido serão punidos na forma da Lei,

²²⁷ DOSSE, 2013, p. 267.

²²⁸ **GAZETA DO POVO**. Garantia pela volta. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.33, quarta-feira.

²²⁹ Idem.

com os seus desligamentos das respectivas empresas”²³⁰. O prazo era de vinte e quatro horas para cessar o movimento paredista. Segundo as contas do patronato, mais de vinte mil peões de obra cruzaram os braços²³¹, sendo esta uma das maiores greves de trabalhadores que Curitiba foi palco. Analisando o movimento, acusaram o contexto social e político do país pelo tamanho descontentamento da classe trabalhadora, e “nunca contra a construção civil”²³².

Uma das estratégias do sindicato dos trabalhadores para afunilar as assembleias e afastar muitos dos trabalhadores independentes, sem documentação e carteira de trabalho de empresas construtoras, diminuiu a participação na última concentração decisória dos grevistas, tendo aproximadamente três mil operários a menos naquela decisão derradeira, sendo que 30% dos grevistas trabalhavam de forma autônoma, ou já haviam retornado ao trabalho.

A flexibilização e a rotatividade na construção civil foram as maiores no mundo do trabalho brasileiro durante a segunda metade do século XX. Para Bicalho de Sousa, este contexto faz “os trabalhadores a transitarem periodicamente entre emprego, desemprego e subemprego – ou seja, do mercado formal para o informal”²³³. Mesmo com a drástica diminuição de votantes – e excluídos os informais, autônomos não sindicalizados, e outros, “cansados e famintos”²³⁴ – “entre os que votaram, havia a certeza que a maioria dos votos seria pela continuação da greve”²³⁵.

Apesar de uma massa com muitos desencontros e sem lideranças aparentes, as reivindicações permaneceram aliadas a manifestações esparsas, em diferentes praças e espaços públicos – assim como perseguições e detenções continuaram em menor grau. Alguns dos protestos eram instrumentalizados pela ação direta. Naquela manhã, “revoltados, alguns

²³⁰ **GAZETA DO POVO**. Garantia pela volta. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

²³¹ Idem. .

²³² Idem.

²³³ SOUSA, 2007, p.29.

²³⁴ **GAZETA DO POVO**. Um movimento com muitos desencontros. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

²³⁵ Idem. .

pedreiros depredaram tapumes de algumas das construções”²³⁶ nas proximidades do Campo do Atlético.

O pedreiro de 21 anos, Altamir Jordão da Silva, operário da Dalton Construções, “foi preso reivindicando melhores salários entre vários manifestantes grevistas, pois não aceitaram a proposta de 30% de aumento”²³⁷, decisão fruto das negociações no Tribunal Regional do Trabalho. Já o pedreiro de 24 anos, Gilmar Batista da Silva, operário na Construtora Sakamori, aderiu ao movimento naqueles últimos dias, pois muitos grevistas “ameaçavam derrubar os andaimes daqueles que continuavam a trabalhar”²³⁸.

Bicalho de Sousa também analisa a grande incidência de ações violentas entre os trabalhadores da construção civil. Para a socióloga, estas ações são “marcadas pela contestação e transgressão [que] expressam as demandas dos excluídos deste espaço da lei e do direito”.²³⁹ Percebemos uma maior incidência de manifestações caracterizadas pela ação direta dos grevistas nos dias finais do movimento – dias de incerteza e desconfiança com todos que participaram das várias rodadas de negociação e conciliação. É o que Bicalho de Sousa chama “situação-limite”, quando os “operários definem um alvo imediato, criando uma identidade momentânea para pressionar a empresa e obter resposta a suas reivindicações”²⁴⁰.

Neste caso, os alvos eram os canteiros de obras²⁴¹ na região central da cidade e, ironicamente, os companheiros que não aderiram ao movimento. No primeiro caso, a depredação e a destruição; no segundo, a força do punho.

O carpinteiro José Antonio Rodrigues de França, 24 anos, operário da Firma ENCIPAR, viveu um destes momentos. Tendo batido o cartão e retornado para casa, incitou a raiva de muitos de seus companheiros. Ao

²³⁶ **GAZETA DO POVO**. Cenas de violência. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

²³⁷ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº. 03217. Ficha 10, novembro de 1979.

²³⁸ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº. 03217. Ficha 15, novembro de 1979.

²³⁹ SOUSA, 2007, p.114.

²⁴⁰ Idem, p.114.

²⁴¹ Interessante notarmos que nas primeiras páginas do *Manifesto do Partido Comunista*, Karl Marx e Friederich Engels, ao explanar sobre a luta do proletariado contra os instrumentos de dominação burgueses – mas não apenas – expõem: “Dirigem os seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas. [...]”. (MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2017, p.29).

retornar no outro dia para novamente bater o cartão, “foi abordado por vários elementos”²⁴² em seu canteiro de obras. José disse que não era possível participar naquele momento, pois a sua filha pequena se encontrava internada em estado grave no Instituto de Medicina, “os quais não aceitaram a desculpa, dizendo que o declarante tinha que participar do movimento ‘na marra’”. Não concordando com aquela atitude, “recebeu dois socos, um na cabeça e outro na nuca”²⁴³. Sem mais questionamentos, seguiu o movimento.

Um depoimento datado de 28 de novembro nos salta aos olhos no dossiê D, depoimento este do jovem eletricitista de 20 anos de idade, Luiz Tibúrcio de Carvalho. Juntamente com os dois documentos datilografados pelo escrivão, diversas fotografias de Luiz Tibúrcio foram anexadas ao dossiê, juntamente com a sua carteira de trabalho. Naqueles dias de maior violência²⁴⁴, aquele trabalhador teve papel notório no desenrolar do movimento. Segundo o eletricitista contratado pela construtora Nova Era, “teve conhecimento do movimento grevista em construção, no dia 19 de novembro”²⁴⁵. O que nos mostra que uma agitação no interior da categoria, nos bastidores das construtoras, começava a borbulhar há dois antes de 21 de novembro. A sua razão para aderir a greve se mostra a mesma que todos os outros: “em razão de seu baixo salário”.

A partir disso, o escrivão passa a ser a voz de Luiz nas linhas do depoimento: “o declarante teve participação muito atuante nesse movimento, dando coordenadas no que era possível, uma vez que já havia adquirido alguma experiência em manifestações de greve”²⁴⁶. É então que apreendemos nas entrelinhas que Luiz já havia participado da “última greve antes que a da construção”, a de metalúrgicos²⁴⁷. O escrivão, ainda na voz do eletricitista,

²⁴² **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 105, novembro de 1979.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ **GAZETA DO POVO**. Movimento dos pedreiros tende a violência. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

²⁴⁵ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê D, nº. 03215, Ficha 49, novembro de 1979.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ **GAZETA DO POVO**. Por toda a cidade, as marchas para reivindicação. Curitiba, 22 de novembro de 1979, p. 12, quarta-feira.

afirma que Luíz “infiltrou-se naquela greve em razão de que a atividade de eletricista também [tinha] relação com a atividade daquele setor”²⁴⁸.

Luíz Tibúrcio de Carvalho participou e se inteirou durante as duas semanas de greve da construção dos mais diferentes grupos de auxílio aos trabalhadores: a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba e o Comitê de Solidariedade, além de ter participado da primeira reunião no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, onde a greve tinha sido acusada “ilegal” pelo próprio órgão de representação.

Duas questões delicadas – e incômodas – às forças de repressão e segurança foram indagadas ao jovem eletricista, duas questões que nos esclarecem tanto o início, como o final da greve.

Regressemos para ao dia 23 de novembro de 1979, onde o pedreiro de 23 anos, Ivam Campos²⁴⁹, detido e fichado naquele mesmo dia, afirmava ao delegado Luiz Fernando Vianna Artigas que tinha conhecimento que os germes das agitações daquele movimento paredista tinham origem na construtora Nova Era. Ivam não conhecia a identificação dos agitadores. Porém, através das fontes, conhecemos um deles, detido no dia 28: o eletricista Luiz Tibúrcio de Carvalho.

A greve teve seu início na construtora Nova Era e as forças de repressão e segurança temiam que aquela “perturbação da ordem pública” que se arrastava a duas longas semanas, chegasse ao encontro do presidente-general João Figueiredo e sua comitiva em visita à capital paranaense. Indagado sobre os planos da categoria de peões sobre uma sublevação durante o cortejo presidencial, Luiz Tibúrcio esclareceu que “desconhece qualquer movimentação da classe dos trabalhadores em construção civil quando da visita do Presidente da República”²⁵⁰.

“Nada mais disse”, tirando os dedos da máquina o escrivão.

²⁴⁸ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê D, nº. 03215, Ficha 49, novembro de 1979.

²⁴⁹ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha, 47, novembro de 1979.

²⁵⁰ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê D nº. 03215, Ficha 49, novembro de 1979.

REGISTRO DE EMPREGADO

EMPREGADOR: CONSTRUTORA NOVA ERA LTDA. ENDEREÇO: RUA LUÍZ BOZA, 507

EMPREGADO: NOME LUÍZ TIBÚRCIO DE CARVALHO NÚMERO DE MATRÍCULA: 33333

FILIAÇÃO: PAI FRANCISCO TIBÚRCIO DE CARVALHO NACIONALIDADE BRASILEIRA
MÃE DOMICILIA CORREIA DE CARVALHO NACIONALIDADE BRASILEIRA

DATA DO NASCIMENTO: 17.12.58 IDADE: 20 NACIONALIDADE: BRASILEIRA ESTADO CIVIL: SOLTEIRO LOCAL DO NASCIMENTO: SINCERIA CAILOS ESTADO: PA CÉDULA DE IDENTIDADE: 33333

CART. PROFISSIONAL: 62.108 SÉRIE: 001PR CART. RESERVISTA: 624.796 CATEGORIA: J CRF/CIC: TÍTULO ELEITOR: 103.898 1x2 CARTILHA SAÚDE: 339.567

QUANDO ESTRANGEIRO: Cart. Mod. 19: Não É casado com Brasileiro? Não É naturalizado? Não Tem filhos brasileiros? Não

ENDEREÇO: Rua Luiz Boza, 500 - Santa Felicidade - MUDANÇA DE ENDEREÇO: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: COR, ALTURA, PESO, CABELO, OLHOS, SINAIS

BENEFICIÁRIOS: ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS: CADASTRADO EM: SOB Nº: 10581578063 DEP. NO BANCO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL ENDEREÇO: BANCO: CÓDIGOS: AGENCIA:

DATA DA ADMISSÃO: 26.03.79 DATA DO REGISTRO: 26.03.79 CARGO: ELETRICISTA SEÇÃO: OBRAS SALÁRIO INICIAL: 14,00 P/H COMISSÕES: TAREFA: FORMA DE PAGAMENTO: SEMANAL

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO: É Oportuna? SIM Data da Opção: 26.03.79 Data da Rescisão: Banco Depositário: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

HORÁRIO DE TRABALHO: ENTRADA: 06:30 a 07:00 REFEIÇÃO: 12:00 a 13:00 SAÍDA: 17:00 a 18:00 DESCANSO SEMANAL: sábado das 7:00 às 11:00 - interrompido pelo almoço domingo

CONSTRUTORA NOVA ERA LTDA. ASSINATURA DO EMPREGADO: Luiz Tibúrcio de Carvalho

Figura 09 – Ficha de registro de emprego de Luiz Tibúrcio de Carvalho em 1979.

Fonte: Departamento de Polícia Civil, 1979.

A linha-limite para Altamir Jordão, Gilmar Batista, Luiz Tibúrcio e outros milhares de trabalhadores da construção civil foi então riscada: a solução derradeira foi votada pelos grevistas, às 8 horas da manhã. Reunidos em assembleia na Praça Afonso Botelho, com uma urna posicionada no centro da praça, os peões, nela imputando seus votos, realizaram a votação entre “tumulto e revolta”²⁵¹.

Enquanto um panfleto distribuído pelo parlamentar Ivan Ribas (MDB/PR) incitava os trabalhadores à rebeldia e a permanecerem fiéis ao movimento grevista, outro libelo era distribuído pela diretoria do sindicato dos trabalhadores com mensagem oposta.

No quadrinho 1 seria voltar ao trabalho, aceitar a decisão da justiça e não sofrer punições. No quadrinho 2, seria continuar a greve, não receber os dias de greve, ficar sujeito a lei.²⁵²

²⁵¹ GAZETA DO POVO. Solução pode sair hoje. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

²⁵² Idem.

Durante a votação, grupos diversos em meio à massa de grevistas iniciaram “tumultos e quebra-quebras”, atirando “garrafas e pedras”²⁵³ nos mais diferentes cantos da praça. Não tardou para que uma tropa choque da Polícia Militar aparecesse.

Tudo culminou para aquele momento: estava ao encargo da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba levar ao patronato a decisão definitiva do movimento grevista: se a greve iria continuar ou não.

2.8. A SOCIEDADE CIVIL

Durante aqueles dias, setores da população curitibana se organizaram para auxiliar o movimento grevista, que, apesar das resistências, sofreram e vinham sofrendo inúmeros revezes. O pedreiro Amauri Santos, 33 anos, reunido com seus companheiros na Praça Afonso Botelho, disse ter “ouvido falar que os estudantes estariam dispostos a dar um apoio à greve [...] e que iriam até a faculdade católica, a fim de entrar em entendimento com os estudantes”²⁵⁴.

Outro pedreiro que trabalhava nas construções da Universidade do Prado Velho, João Selaudino Ribeiro, de 28 anos, afirma que “conhecia alguns estudantes, e que os estudantes iriam consultar o DCE no sentido de dar alguma ajuda aos pedreiros”.²⁵⁵ Quatro jovens, em um fusca azul escuro, foram de encontro aos pedreiros grevistas. Conhecendo o desinteresse do sindicato dos trabalhadores em orientar os pedreiros, “foram orientados [pelos estudantes] a comporem um novo sindicato, pois o atual não funcionava”.²⁵⁶

A participação de um estudante do Colégio Novo Ateneu, detido e fichado pela Delegacia de Ordem Social nos dias iniciais do movimento, evidenciava que o movimento estudantil que ressurgia naqueles anos não estava alheio à greve da construção civil. O jovem Paulíneo José Delazéri, 22 anos, participou ativamente desde o dia 20 de novembro como integrante do

²⁵³ **GAZETA DO POVO**. Solução pode sair hoje. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

²⁵⁴ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 88, novembro de 1979.

²⁵⁵ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 89, novembro de 1979.

²⁵⁶ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 90, novembro de 1979.

Comitê de Solidariedade, auxiliando os trabalhadores naquilo que estava ao seu alcance. Agia todas as tardes na venda de “bônus para o comitê na rua XV de Novembro”²⁵⁷, com o intuito de arrecadar dinheiro para a compra de mantimentos. Quando questionado quem eram os mentores daquele comitê, Paulíneo responder ser “da Cúria Metropolitana de Curitiba”²⁵⁸, parte da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba.

A única mulher citada nos quatro dossiês policiais sobre a greve da construção civil curitibana foi a estudante do 7º período do 2º grau do Colégio 19 de Dezembro, Gislene Dalves da Silva Souza, de 19 anos. Isso ocorreu ainda no início do movimento, no dia 21 de novembro. Tendo faltado a aula naquele dia, Gislene “infiltrou-se”²⁵⁹ em meio às concentrações e protestos que se iniciavam em ruas e construtoras.

A estudante esteve do lado dos trabalhadores porque achava “justa a reivindicação deles”²⁶⁰. Sem conhecer os grevistas, iniciou algumas conversas entre os inúmeros nichos que se formavam, “para manter contato com alguns” operários. Mesmo sabendo que o movimento era ilegal, aderiu, e “orienta alguns manifestantes a não fazerem violência”.²⁶¹

Alguns artistas da capital também não estavam alheios àqueles acontecimentos. Os músicos Zé Roberto Oliva e Carlos Alberto Oliva²⁶², além de outros artistas curitibanos, realizaram o “Show do Quilo”, no auditório do Colégio Estadual do Paraná, angariando mantimentos para os peões paralisados. O show, segundo os seus idealizadores, tinha “cunho humanitário

²⁵⁷ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº 03217, Ficha 07, novembro de 1979.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê D, nº. 03215, Ficha 131, novembro de 1979.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Idem.

²⁶² Apenas citados pelo periódico Gazeta do Povo, encontramos algumas informações sobre ambos os músicos em um pequeno artigo de crítica musical escrito pelo jornalista paranaense Aramis Millarch, intitulado “E a Curitiba do Polaco está no ar em Los Angeles”. Nele, o jornalista aponta algumas informações sobre ambos: “Curitiba está sendo ouvida em Los Angeles. Não se trata da hoje clássica e ufanista canção que Paulo Vítola, há 16 anos, criou para o Cidade Sem Portas. É a “Curitiba” de Polaco - Carlos Alberto Oliva, 35 anos, violonista e compositor que há mais de dois anos reside em Los Angeles, estudando na Guitar Institut of Technology, e que começa a ter o seu espaço no competitivo universo musical americano. Seu irmão, o também compositor (e publicitário), José Roberto Oliva, recebeu o primeiro exemplar do compacto simples que o Brazilian Winds, conseguiu gravar e no qual ao lado de “Sina” (Djavan), há o tema instrumental de Carlos Oliva, ao qual, bairristicamente, deu o título de “Curitiba”. (**ESTADO DO PARANÁ.** E a Curitiba do Polaco está no ar em Los Angeles. Curitiba. Almanaque, Tablóide, 03 de abril de 1987, p.17).

e cristão”²⁶³. Como se vê, a greve atingia diversos grupos da capital, dos palácios do governo à classe artística.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

N.º 17127..... VALE ATÉ 7-8-80

NOME : Gislene Dalves da Silva.....

ENDEREÇO : Rua 4 casa 146 - Savoia

Cj. Fernando Dias

O abaixo assinado é responsável
por todas as obras por ele retiradas.

Em caso de extravio deste, a
Biblioteca deverá ser imediata-
mente notificada.

Gislene da Silva
ASSINATURA DO LEITOR

EMPRESTIMO	DEVOLUÇÃO	EMPRESTIMO	DEVOLUÇÃO
17 AGO 79	22 AGO 79	11 OUT 79	26 SET 79
22 AGO 79	20 SET 79	7 NOV 79	
20 SET 79	27 SET 79		
24 SET 79	27 SET 79		
27 SET 79	3 OUT 79		
27 SET 79	11 OUT 79		
9 OUT 79	18 OUT 79		
6 NOV 79	17 NOV 79		

Figura 10 – Ficha 131 (P.301) Carteirinha da Biblioteca Pública do Paraná de Gislene da Silva.

Fonte: Departamento de Polícia Civil, 1979.

Em ambas as fontes analisadas, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) não aparece em depoimentos ou notícias de jornal. Contudo, o professor Lafaiete Santos Neves, membro do Departamento de Economia da universidade entre 1979 a 1996, parece ter se inteirado do movimento paredista da construção civil e, mesmo de forma indireta – tendo em vista a sua

²⁶³ **GAZETA DO POVO**. Solução pode sair hoje. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

intensa combatividade frente à ditadura civil-militar no estado²⁶⁴ – sido um de seus partícipes. Como diretor de Assuntos Culturais da APUFPR na gestão 1983-1985, foi um dos organizadores do comitê pelas “Diretas” na cidade de Curitiba, participando ativamente de manifestações políticas e culturais à época.

No ano de 2002, rememorou:

Em novembro de 1979, eclodiu a greve dos motoristas e cobradores de ônibus, simultaneamente às de outras categorias como trabalhadores da construção civil, metalúrgicos e taxistas. Esses movimentos marcaram o início das greves em Curitiba em plena vigência do regime autoritário.²⁶⁵

2.9. BEM-VINDO, GENERAL!

No dia 29 de novembro, Curitiba recebeu a tão esperada visita do presidente-general João Batista Figueiredo (1979-1985), o mandatário que esteve à frente dos últimos anos da ditadura civil-militar brasileira. Foi também no dia 29 de novembro que o movimento grevista dos trabalhadores da construção civil decidiu o futuro da categoria na capital paranaense após dez dias de paralisação, piquetes, perseguições, detenções e confrontos diretos.

Ironicamente, Figueiredo veio ao Paraná inaugurar diversas obras erguidas em parceria entre a União e o governo do estado. Em editorial de 29 de novembro de 1979, a Gazeta do Povo saúda o presidente e lhe dá boas vindas ao estado. O presidente “cumpre extensa programação, incluindo presença em três municípios: São José dos Pinhais, Curitiba e Paranaguá, todos inaugurando obras e assinando convênios”.²⁶⁶

Que a ação das forças de repressão e segurança ocorrida dois dias antes da chegada de Figueiredo a Curitiba tenha sido um plano de contenção e sufocamento do movimento grevista, com ajuda do próprio sindicato, as fontes não nos mostram. Contudo, é relevante refletir sobre o que aconteceu e encontrar hipóteses que se entrecruzam nos descaminhos do movimento.

²⁶⁴ **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.** APUFPR – 50 ANOS DE HISTÓRIA. O movimento Diretas Já/Greve de 1984/Greve de 1987/Fim da Ditadura Militar. Fascículo 04, Agosto de 2010.

²⁶⁵ NEVES, Lafaiete Santos. Movimento popular e transporte coletivo em Curitiba (1970-1990). **Revista dos Transportes Públicos** - ANTP - Ano 24 - 2002 - 2º trimestre, p.108.

²⁶⁶ **GAZETA DO POVO.** EDITORIAL. Figueiredo e o Paraná. Curitiba, 29 de novembro de 1979, p.6, sexta-feira.

Quando Eric Hobsbawm reflete sobre a formulação de hipóteses durante o processo de pesquisa e escrita, é categórico: “o que aconteceu era inevitável por que não aconteceu outra coisa; portanto, o que mais poderia ter acontecido é uma questão acadêmica”²⁶⁷. Assim, longe de abstrações, observamos a chegada de João Figueiredo como pano de fundo para um movimento em retração. Não por acaso, a sua presença é paralela à diminuição de votantes em assembleias, o último confronto entre trabalhadores e as forças de repressão e segurança e as últimas tentativas de resistência, “dissolvida a cassetetes”²⁶⁸.

No mesmo dia em que o presidente-general desfilava pelas avenidas do Paraná com a sua comitiva oficial, assessores, o governador Ney Braga e o prefeito Jaime Lerner, os operários grevistas da construção civil “tiveram várias surpresas desagradáveis. [...] confessando-se cansados, famintos, começaram a se retirar, de cabeça baixa”²⁶⁹ da Praça Afonso Botelho. Com sentimentos confusos perante os últimos acontecimentos, sentiram-se traídos pela comissão grevista que não apareceu naquela assembleia – comissão esta que levaria os anseios do movimento ao sindicato dos patrões.

Não obstante, o sindicato se retirou de vez das negociações, assim como os delegados e advogados da Comissão de Justiça e Paz²⁷⁰. Sozinhos, desorientados, vencidos, “os operários da construção civil falavam de suas mágoas, acusavam a todos pela traição e esperavam o tempo passar”²⁷¹.

Na Afonso Botelho, marcando o último ato de resistência e contra violência dos peões, cordões das forças de repressão e segurança circundaram a praça e as proximidades da região, quando ao alto-falante o comandante da tropa de choque da Polícia Militar “recomendou que ficassem todos dentro da praça” simplesmente para “evitar tumultos”²⁷².

Minutos depois, os cordões foram se aproximando dos grevistas com velocidade e, surpresos, os operários começaram “uma correria dos policiais

²⁶⁷ HOBBSAWM, 1997, 175.

²⁶⁸ **GAZETA DO POVO**. Praticamente no fim a luta dos peões. Curitiba, 29 de novembro de 1979, p.16, quinta-feira.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem.

armados com cassetetes e gás lacrimogênio²⁷³. Inúmeras cenas de ameaças, detenções, perseguições e confronto direto ocorreram, e em menos de “15 minutos, a praça estava vazia”.²⁷⁴

Naquela tarde, diversos acontecimentos se sucederam. Ainda participou de atos e manifestações o parlamentar Ivan Ribas (MDB/PR), incitando os operários a reivindicar 80% de aumento salarial, quando muitos dos participantes dos dias iniciais sequer estavam mais concentrados – muitos deles já haviam retornado ao trabalho ou para casa. O incômodo que o parlamentar e advogado Ivan Ribas gerou entre a classe política e a Secretaria de Segurança Pública tornou-se notória. A sua participação deveu-se quase que inteiramente, como vimos há algumas páginas atrás, para instigar “grande parte daquela massa”. “A participação daquele advogado foi levantada através de depoimentos dos presos e será encaminhada às autoridades competentes”²⁷⁵, registrou o jornal.

Depois da greve já estar fora dos escopos da legalidade e da decisão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao aumento salarial de 31,02%, a repressão aumentou de tal forma que as resistências se tornaram violentas. Por último, e o mais importante, a fome assolava os operários que ficaram dias sem se alimentar de forma correta – sequer se alimentando de fato.

Após o último confronto entre os grevistas e a tropa de choque, em um depoimento de um operário não identificado a um repórter, percebemos o desgaste do movimento e avistamos o fim da greve: “Eu vou trabalhar. Minhas costas estão tão mole quanto a minha barriga, de tanto levar pauladas da polícia. Não aguento ficar sem comer e apanhar ao mesmo tempo”.²⁷⁶ O Comitê de Solidariedade formado desde o início pela Comissão de Justiça e Paz e outros diferentes integrantes, como estudantes, professores e padres, conseguiu reunir, no final do movimento, mais de 15 mil quilos de mantimentos²⁷⁷.

²⁷³ **GAZETA DO POVO**. Praticamente no fim a luta dos peões. Curitiba, 29 de novembro de 1979, p.16, quinta-feira.

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ **GAZETA DO POVO**. Algumas prisões e o movimento declina. Curitiba, 29 de novembro de 1979, p.16, quinta-feira.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ **GAZETA DO POVO**. 15 mil kg de alimentos. Curitiba, 29 de novembro de 1979, p.16, quinta-feira.

Mesmo com essa grande quantidade, os integrantes do Comitê estavam preocupados e esbaforidos, tendo em vista a quantidade “de trabalhadores da construção civil que estão sem qualquer alimento em casa e não sabem como agir”.²⁷⁸ Mais de 1.200 trabalhadores foram atendidos, enquanto a esmagadora parte da massa grevista, não (tendo em vista que, no ápice do movimento, participaram quase vinte mil operários).

Em depoimento junto aos cinco filhos pequenos, o pedreiro Manoel Inácio da Silva, 29 anos, detido no dia 26 de novembro com muitos de seus companheiros da Construtora Curitiba “sob ameaça de serem espancados” mediante a tática de adesão obrigatória dos pedreiros, não viu alternativa, e, durante aqueles dias, “paralisou com os trabalhos”²⁷⁹. Quando retornava para casa foi pego pela polícia civil. Já livre, no Comitê de Solidariedade, “saiu com macarrão, um quilo de feijão e um quilo de fubá. Apressado para chegar em casa e comer, sem contar que estava enfrentando outro problema: não tinha dinheiro pro ônibus”²⁸⁰.

Assim como Manoel, no salão em que estavam os mantimentos, de minuto a minuto chegavam trabalhadores e suas famílias em busca de alimentos, e “se contentavam com qualquer coisa que ‘enchesse a barriga”²⁸¹.

Chegava ao fim a greve dos trabalhadores da construção civil de novembro de 1979, um dos maiores movimentos paredistas que a capital paranaense presenciou nos anos finais da ditadura civil-militar – e mesmo em décadas posteriores, em um regime democrático formal.

No entardecer do dia 29 de novembro, a massa que engrossava o movimento retornou aos seus respectivos postos de trabalho nos mais variados canteiros e construtoras, “embora algumas obras tivessem registrado faltas dos empregados”²⁸². Enquanto a Praça Afonso Botelho ficou guardada por apenas uma viatura policial, também o Estádio do Atlético não foi liberado para a realização da assembleia derradeira. “Em algumas obras da região os peões

²⁷⁸ **GAZETA DO POVO**. 15 mil kg de alimentos. Curitiba, 29 de novembro de 1979, p.16, quinta-feira.

²⁷⁹ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 73, novembro de 1979.

²⁸⁰ Op. Cit.

²⁸¹ Idem.

²⁸² **GAZETA DO POVO**. Com a volta ao trabalho, greve na construção civil se encerra. Curitiba, 30 de novembro de 1979, p.16, quinta-feira.

afirmavam que a greve estava definitivamente encerrada”²⁸³. Desmembrado, era o fim do sujeito coletivo.

Se, na negociação entre o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e o sindicato patronal, na presença da Comissão de grevistas e da Comissão de Justiça e Paz, houve a deliberação da não demissão dos trabalhadores pelos dias de greve, muitos peões se mostravam preocupados com possíveis demissões. No sindicato patronal, denúncias de demissões começaram a chegar, mesmo assim, a mesa diretora em frente aos advogados da comissão de grevistas – já enfraquecida e, aos poucos, dissolvida – “garantiu que não passavam de boatos”²⁸⁴.

Comungamos da perspectiva de Eric Hobsbawm, preocupado com a História Social e Operária, principalmente suas lutas, resistências, e mesmo contradições e descaminhos: resta ao historiador, também preocupado com tais questões, indagar em suas pesquisas as razões para que muitas dessas lutas e reivindicações não sejam atendidas e, quase sempre, silenciadas de forma truculenta.

Os vencedores pensam que a História terminou bem por que eles estavam certos, ao passo que os perdedores perguntam por que tudo foi diferente – e esta é uma questão muito mais relevante²⁸⁵.

Não nos cabe descrever e elucubrar possibilidades, mas explicações e questionamentos. Apesar de uma forte agitação das bases operárias na construção civil daquele momento, muitos foram os revezes políticos que arrefeceram o movimento paredista.

Para Bicalho de Sousa, os integrantes da categoria da construção civil, no correr do século XX, sentiram-se sempre marginalizados, também, no plano da política. Para a socióloga, é essa a fraqueza real desses trabalhadores.

Como estão submetidos à superexploração do trabalho nas longas jornadas, nos baixos salários, na falta de segurança, na higiene precária de cantinas e alojamentos, além de não terem canais de

²⁸³ **GAZETA DO POVO**. Com a volta ao trabalho, greve na construção civil se encerra. Curitiba, 30 de novembro de 1979, p.10, sexta-feira.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ HOBBSAWM, Eric. Citação retirada da contracapa da obra “**Pessoas Extraordinárias – Resistência, Rebelião e Jazz**”. São Paulo: Comp. das Letras, 2002.

mediação para articular os movimentos coletivos, a greve aparece como imagem de quebra-quebra e de guerra.²⁸⁶

Não é para menos que os dois momentos de maior intensidade e confronto – os dias 22 e 23, e 27 e 28 de novembro – foram caracterizados como cenas de guerra, em um contexto de exceção, tendo em vista a conjuntura histórica nacional imersa em uma ditadura civil-militar. Mesmo que uma ditadura em uma fase de transição para a democracia. “Guerra torna-se, assim, uma palavra de ordem para definir a greve como conflito”.²⁸⁷

Não bastasse a violência das forças de repressão e segurança, e a distância do seu órgão de representação agravou ainda mais a situação dos grevistas. As negociações e a falta de uma liderança foram, também, fatores decisivos para a sua dissolução.

Ainda, o fator mais incisivo: a fome.

Nos depoimentos coletados dos dossiês da Delegacia de Ordem Social, a situação da fome cotidiana é citada inúmeras vezes. Fome nos dias normais, fome durante as assembleias e protestos, fome dentro das prisões, quando detidos pelas forças de repressão e segurança.

O amparo do Comitê de Solidariedade nos dias finais, de setores da classe estudantil e artística, sem contar a constante interferência conciliadora e auxílio diário do Comitê de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba, foram os que deram sustentação para os trabalhadores da construção nos dias de paralisação.

A única consequência positiva vista pelos grevistas foi o aumento salarial proposto pelo Tribunal Regional do Trabalho de 31,02%, que teve seu início no dia 1º de dezembro de 1979. Aumento que, no caso, era a principal causa do movimento grevista – de 80% no cheque salarial, o que não ocorreu.

Assim, um servente vai receber de 10,13 cruzeiros/hora, a quantia de 15,26 cruzeiro/hora. O meio profissional vai passar de 12,75 cruzeiro/hora para 16,75 cruzeiro hora; o profissional passa de 17,15 o cruzeiro/hora para 22,47 cruzeiro/hora; o contra-mestre passará de 18,85 cruzeiro/hora, para 24,75 cruzeiro/hora; o mestre de obras passa de 24,65 cruzeiro/hora para 32,30 cruzeiro/hora.²⁸⁸

²⁸⁶ SOUSA, 2004, p.149.

²⁸⁷ Idem. p.149.

²⁸⁸ **GAZETA DO POVO**. Com a volta ao trabalho, greve na construção civil se encerra. Curitiba, 30 de novembro de 1979, p.10, sexta-feira.

17,15²⁸⁹ cruzeiros era a “quantia da escassez”: a maior lamúria entre os pedreiros paredistas à frente da paralisação.

José Dionísio de Prado iniciou o seu depoimento ao delegado Luiz Fernando Vianna Artigas, na Delegacia de Ordem Social, discorrendo sobre o seu sustento. Para o operário de 49 anos da RA Sub-Empreiteiras, o salário de 17,15 era “para manter-se juntamente com esposa e oito filhos, sendo que não paga aluguel, pois mora na favela”²⁹⁰.

Outro trabalhador, oito anos mais novo que José Dionísio, Pedro Alves Polentino, pedreiro na Taba S/A, “diz que o movimento é pra reivindicar melhoria salarial, visto que com o ordenado atual não pode manter sua família, mulher e filho”²⁹¹. Pedro afirma esperar sempre um “aumento melhor”.

A vida parece imitar a arte. O Pedro pedreiro continuava esperando, esperando, esperando o aumento para o mês que vem. E, quem sabe, o seu filho esperasse também.

Sobre a mesma questão, o já citado Ubiratan da Silva discorre – além do confronto com a polícia – a sua situação financeira diária, falando inclusive sobre a questão dos preços devido à inflação.²⁹² O pedreiro diz “que recebe o ordenado de 17,15 por hora, que mal dá para o sustento, visto que tudo está aumentando dia a dia”.

Não obstante, os trabalhadores da construção têm a consciência de que o seus afazeres exigem constante força física. O pedreiro João Francisco dos Reis, de 26 anos, tendo participado apenas um dia da greve e já encaminhado pela Polícia Militar à Delegacia de Ordem Social, depõe ser o seu

²⁸⁹ Curiosos e incomodados com a “quantia da escassez” (pensando nesta mesma quantia nos dias atuais) convertemos 17,15 Cr\$ para o Real, contabilizando 0,62 centavos a hora. Apesar de duvidosos com a nossa fonte de conversão consultada, e não obtendo nenhuma outra, imaginamos ser este o grande cerne de reclamações e protestos da categoria em greve (https://pt.coinmill.com/BRC_BRL.html#BRC=17,15).

²⁹⁰ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha 51, novembro de 1979.

²⁹¹ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 75, novembro de 1979.

²⁹² Outra observação de Karl Marx e Friederich Engels, agora sobre a situação do proletariado no contexto de desenvolvimento das burguesias nacionais, se mostra pertinente: “o capital desenvolve-se também o proletariado, a classe de operários modernos, os quais vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se a retalho, são mercadorias, artigo do comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, e todas as flutuações do mercado” (MARX; ENGELS, 2017, p.27).

serviço diário “bastante pesado e perigoso” e, além disso, acha justa a reivindicação da classe por “tudo estar caro e o salário pouco, não dando nem para a alimentação”²⁹³.

Além de melhores condições de sobrevivência e salários há um elemento de difícil percepção (mediante a análise das fontes) nos dias que sucederam a greve da construção civil: o engajamento de alguns operários grevistas. Fenômeno este que, certamente, estava presente e teria levado alguns membros do sujeito coletivo a encabeçarem e fomentar aquele contexto – tendo consciência da precariedade no mundo do trabalho da categoria dos peões, e paralelamente, entendimento do contexto político nacional e regional, estando à frente da organização dos germes de vários dos movimentos sociais que derrubariam a ditadura civil-militar reivindicando direitos sociais e políticos, como as pastorais operárias e as associações de bairro²⁹⁴.

Um dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil (Sintracon) até o ano de 2016²⁹⁵, como Secretário de Finanças, o sindicalista David Vasconcelos fora um partícipe engajado no movimento grevista. Em seu depoimento²⁹⁶ à Comissão Estadual da Verdade, já com os seus 70 anos de idade, lembrou os mais diferentes acontecimentos entre os dias 21 e 30 de novembro de 1979: “as concentrações na Praça do Atlético”; a participação do parlamentar pelo MDB, Ivan Ribas, “que na época era vereador e ia ajudar os trabalhadores, mas não fez nada”; “os trajetos

²⁹³ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 90, novembro de 1979.

²⁹⁴ Pensando os movimentos de combate a ditadura civil-militar, Salvador Sandoval diz ser “dessa época [uma organização] através de esporádicas táticas locais de paralisações, boicotes, operações tartaruga e operações padrão. Ao mesmo tempo, o processo de educação política foi conduzido tanto nas organizações comunitárias quanto nas fábricas, através da distribuição clandestina de manifestos, panfletos e do uso de boatos” (SANDOVAL, 1994, p.124).

²⁹⁵ **SINTRACON.** Fato Concreto. Curitiba e Região Metropolitana. N.07, Maio/Junho de 2016.

²⁹⁶ Durante a pesquisa, percebemos que os depoimentos colhidos no relatório final da Comissão Estadual da Verdade são mais robustos de informações do que os depoimentos analisados nas fichas policiais dos detidos e encaminhados a Delegacia de Ordem Social, muito em razão das entrevistas realizadas pelos membros da comissão, mais extensas e profundas. O relato de David Vasconcelos é a evidência dista. Contudo, demos mais importância aos arquivos da repressão (fichas e relatórios) que os chamados testemunhos orais, ou “relatos diretos”, apontados sabiamente pela banca de qualificação, em novembro de 2017, como uma fonte “em demasia”.

policiais”; “a chegada de Figueiredo”; e as consequências do movimento, trazendo, na sua perspectiva “nenhum benefício”²⁹⁷ ao trabalhador.

Como um dos principais agitadores do movimento, não como liderança significativa, Vasconcelos fora preso três vezes durante a greve, tendo sido sentenciado há uma pena de três meses, mas liberado alguns dias depois. Diferente das centenas de detidos e fichados pela Delegacia de Ordem Social, as suas informações não constam nos quatro dossiês pesquisados.

Em 1980, após a greve, se candidatou juntamente com outros participantes do movimento da eleição para a nova mesa diretora do sindicato dos trabalhadores. Para Vasconcelos, os trabalhadores que se candidataram “assumiram com muita vontade de mudar”, o que não escamoteou os mais diferentes conflitos decorrentes de sua gestão, pois, segundo ele, “o grupo tinha várias tendências” (o que não difere dos momentos de conflito entre o sujeito coletivo e a comissão geral de greve, por exemplo). Como explanamos anteriormente, observamos os rchas entre o sujeito coletivo entre os dias 26 e 27²⁹⁸ de novembro, onde trabalhadores com tendências mais radicalizadas distribuíam o panfleto que se tornou notório até mesmo pelas forças de repressão e segurança²⁹⁹ (anexo na p.55). Grupo contrário ao aumento salarial proposto pelo Tribunal Regional do Trabalho e, sem o apoio da maioria naquele momento crítico, ainda reivindicando os 80% de crescimento na folha de pagamento. As fontes não mostram o envolvimento de David Vasconcelos nesta linha radicalizada do movimento. Após a jornada grevista de 1979, o sindicalista acabou, em 1985, fundando a Central Única dos Trabalhadores (CUT), encarregado da Secretaria de Formação Política³⁰⁰, e posteriormente, fundando e se filiando ao Partido dos Trabalhadores (PT) no Paraná, sendo, neste período, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil.

²⁹⁷ **BRASIL.** Relatório da Comissão Estadual da Verdade - PR, Teresa Urban, Paraná, 2014, p. 759.

²⁹⁸ **GAZETA DO POVO.** A Votação. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p. 16 sexta-feira.

²⁹⁹ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº 03218, Documentos esparsos, novembro de 1979.

³⁰⁰ **CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES.** Histórico. Paraná, Curitiba. Disponível em: <<http://www.cutpr.org.br/conteudo/1/historico>> Acessado em: 10/12/2017.

Há quase dois séculos, como expuseram Marx e Engels em seu *Manifesto* histórico, “de tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero”³⁰¹. Não por acaso, foi neste cenário de insatisfação generalizado, onde despontou uma guerra de curta duração, que emergiram a efervescência e a incerteza perante o futuro para a categoria dos peões de obras nas regiões centrais e suburbanas de Curitiba. A ânsia por justiça e dignidade foi a responsável pela greve da construção, onde o mote de 80% de aumento salarial era repassado de trabalhador para trabalhador. A principal reivindicação da greve – para os pedreiros, a esperança de uma vida melhor – foi vista pelo patronato, a Justiça do Trabalho e até mesmo pelos sujeitos que auxiliavam os peões em greve, como impossível e fora de cogitação³⁰².

³⁰¹ MARX; ENGELS, 2017, p.29.

³⁰² Bicalho de Sousa, ao estudar a greve dos trabalhadores da construção civil na cidade de Brasília, também em 1979 – amparada em fontes jornalísticas e depoimentos colhidos nos canteiros de obra – escreve sobre as razões para a desaceleração do movimento na capital federal. Ela foi “provocada não apenas pelo reforço do aparato policial nos canteiros impedindo piquetes, mas também pela falta de apoio da entidade sindical” (p.164). Ambas as razões se assemelham ao movimento grevista de Curitiba.

3.

A GREVE ENTRE A VIOLÊNCIA E A CONTRAVIOLÊNCIA

A violência observada nos dias iniciais³⁰³ do movimento paredista da construção civil curitibana, entre os trabalhadores grevistas e as forças de repressão e segurança, pode ser apreendida tanto pelo cotidiano no mundo do trabalho dos peões de obra, como nas estruturas de poder das instituições policiais em uma ditadura civil-militar. A questão reside da maneira como observamos estas experiências.

Étienne Balibar expõe que o primeiro postulado da violência – a maneira como devemos entendê-la – é dizer de que forma partem suas condições (as razões para o seu surgimento) e seus efeitos (as suas consequências no processo histórico).

Para o filósofo político, não existe maneira fácil e unívoca de compreendê-la, pois há distintas formas de violência³⁰⁴. Sua crítica caminha no entendimento das definições tradicionais do conceito, como “poder”, “força” ou mesmo “força bruta”, mas vai além dos autores clássicos que cita, como Derrida, Max Weber, Walter Benjamin, preocupando-se como aquilo que chama “correlações de forças internas e externas das instituições (aparatos) de toda a hegemonia histórica”³⁰⁵.

Aqui, o que nos preocupa é essa legitimidade de perpetração da violência quase como transcendente³⁰⁶, ideal ou mesmo natural e inquestionável. Balibar cita alguns exemplos: Deus, o Estado, a Nação, o Mercado, a Lei³⁰⁷ e as constituições. E é nesta toada, abordando momentos

³⁰³ 22 e 23 de novembro e 27, 28 e 29 de novembro de 1979.

³⁰⁴ Em sua obra *Violência*, o filósofo esloveno Slavoj Žižek, ao refletir sobre as mais diferentes perspectivas de violência no mundo contemporâneo, cita Étienne Balibar como uma referência nos estudos do fenômeno. Balibar, na obra *“La Violence: idéalité et cruauté”* (sobre a qual não nos ateremos nesta pesquisa) distingue dois tipos de violência primordiais: a “ultra objetiva” ou “excessiva”, própria das condições sociais e econômicas do capitalismo globalizado, que implica na criação de sujeitos excluídos do sistema (sem-teto, sem-terra, trabalhadores pobres, desempregados etc), e a “ultra subjetiva”, que diz respeito, sinteticamente, aos novos fundamentalismos do virar do século XX para o XXI, emergentes, principalmente, dos conflitos étnicos e religiosos ao redor do mundo.

³⁰⁵ BALIBAR, 2005, p. 106.

³⁰⁶ Idem, p.106.

³⁰⁷ Entre as inúmeras coletivas de imprensa realizadas naquela conjuntura de greves que agitavam o país, o já citado ministro do Trabalho, Murilo Macedo, deixava clara a posição do governo civil-militar. Três meses antes da greve da construção civil curitibana, o ministro

históricos distintos, principalmente do século XIX e XX, que o filósofo expõe certo oposto a esta ideia já cristalizada – prática e discurso que nascem do “núcleo íntimo da violência”³⁰⁸. A isto chama *contra violência preventiva*: a construção de contra-poderes.

Balibar se alinha à tradição filosófica marxista propondo prática e pensamento revolucionários – assim como sua principal orientação teórica, Karl Marx. Sabe que o conceito *violência* está inteiramente imbricado na história política e econômica dos sujeitos. “A política de Marx, igual a uma política de emancipação, tem em seu fim instituir a emancipação dos sujeitos”³⁰⁹.

Seus conceitos não são estáticos, e apontam para o perigo da violência legitimada e a contra violência se *infectarem*, o que coincidentemente ocorre, muitas vezes, no que chamou “revoltas urbanas”.

Muito se assemelha às ideias de Paulo Eduardo Arantes (que muitas vezes dialoga com Balibar) quando reflete sobre as revoltas periféricas na França do início do século XXI. Nesses contextos – aqui, atentos à greve da construção civil – “surge de um lado os bons manifestantes, de outro, sem surpresa, os *mauvais casseurs*³¹⁰, [em] zonas de não-direito, nas quais só a polícia entra”³¹¹.

O temor da detenção pelos trabalhadores grevistas da construção civil fazia com que a maioria deles se auto enquadrassem na categoria de “bons manifestantes”, sempre enfatizando que não participavam das depredações em canteiros de obras ou durante os protestos nas avenidas centrais. Poucos deles relataram a participação efetiva em quebra-quebras ou momentos de choques frontais com a polícia. Alguns raros, por outro lado, não poupavam palavras.

afirmava: “Se houver recrudescimento das greves, continuarei a tomar as medidas necessárias, aplicando a lei com rigor”. O jornal Folha de S. Paulo registrou que Murilo Macedo “recusou-se a opinar sobre o esquema montado pelo governo para combater as greves”, demonstrando conflito entre os homens de Estado. (**FOLHA DE SÃO PAULO**. Governo preparado para coibir abusos de greve. São Paulo, 17 de agosto de 1979).

³⁰⁸ Idem. p.107.

³⁰⁹ BALIBAR, 2005, p.23.

³¹⁰ “Quebradores maus”, em alusão aos inúmeros ativistas, grupos e partidários da Ação Direta em manifestações.

³¹¹ ARANTES, 2014, p.201.

Um desses depoimentos é o do outrora citado Manoel Agentil Ramos³¹², pedreiro de 30 anos. Nele, afirma ter paralisado diversas obras, fugir do enquadramento da Polícia Civil, iniciar uma depredação em um canteiro de obras do qual não se recordava e, só então, ser detido no ato de quebra-quebra. O depoimento, muito provavelmente, tenha o levado direto ao grupo de encarcerados daqueles dias.

Pedreiros e serventes têm a consciência de sua posição de subalternidade na sociedade em que estão inseridos e, muitas vezes, tendem a não reação, construindo subterfúgios inúmeros com o intuito de se distanciar das forças de repressão e segurança. Entretanto, em alguns momentos, evidente que os trabalhadores não permaneceram inertes perante essas forças. A questão é: de que forma se dará esta reação? Em determinados contextos históricos, a contra violência preventiva, como classifica Étienne Balibar, passa a ser compreensível e justificável por membros de um mesmo grupo/movimento. Não foi diferente durante a greve da construção civil.

Balibar reflete que estes sujeitos – as classes baixas, os trabalhadores – não detêm legitimidade para fazer uso da violência como instrumento de reivindicação, principalmente contra os chamados “aparatos legítimos” (forças de repressão e segurança). Através destes aparatos, a violência passa a ser um mecanismo da manutenção das mais diferentes formas de dominação e controle, bloqueando potências e resistências contrárias ao modelo social e econômico imposto. É quando surge a contra violência preventiva: anseio de mudança radical.

Próximos de um conflito iminente, como ocorreu em um dos primeiros dias da greve, tendo como cenário as escadarias do Palácio Iguaçu³¹³, os trabalhadores não atacaram – ou atacariam, por livre e espontânea vontade – os cordões policiais que guardavam aquele espaço, e todos sabiam o porquê. No entanto, dois dias depois, o confronto entre o sujeito coletivo e as forças de repressão e segurança troou-se nas ruas do centro. E há outra perspectiva: contra a violência do cotidiano, do mercado, das condições de vida miseráveis em acontecimentos-limite, como nos dias naqueles dias, atacam e depredam o

³¹² **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03214, Ficha 84, novembro de 1979.

³¹³ **GAZETA DO POVO**. Por toda a cidade, as marchas para reivindicação. Curitiba, 22 de novembro de 1979, p. 12, quarta-feira.

seu *próprio cotidiano*: os canteiros de obras, andaimes, construtoras e, inclusive, seus companheiros de trabalho que dão de ombros a greve.

A fome, outra violência constante no cotidiano dos trabalhadores da construção civil, não é observada com clareza até nos atermos às fontes com mais afinco. Nelas, esta violência emerge como parte final do acontecimento-greve – por mais que, como observamos no último capítulo, entre os dias 20 a 30 de novembro, muitos grevistas sequer tenham se alimentado regularmente.

Essa necessidade fisiológica universal é tida por diversos sujeitos sociais envolvidos naquele acontecimento como uma das mais incômodas consequências do movimento paredistas. Como narramos, na tarde do dia 28 de novembro, um sentimento de solidariedade³¹⁴ fez com que muitas instituições, entre elas a Igreja Católica, envolvida durante todo o processo, agir de forma a sanar o possível essa questão.

Tanto o “Show do Quilo” promovido por artistas curitibanos Zé Roberto Oliva e Carlos Alberto Oliva, arrecadando cerca de 500 quilos de alimento³¹⁵, como doações maciças de populares, levaram até Igreja Guadalupe (concentração das companhas de auxílio aos grevistas) um montante considerável de mantimentos. Órgãos públicos e feirantes das mais diferentes regiões contribuíram na arrecadação³¹⁶. Estes atos podem ser entendidos como uma tentativa *eliminação* da violência³¹⁷ – mesmo que de forma paliativa.

A fome dos peões de obra foi a temática de discursos acalorados, como do advogado trabalhista Paulo Cesar Bastos, árduo defensor da greve em seus dias iniciais. Bastos, como outrora narrado, ao se erguer em defesa dos trabalhadores grevistas em uma das primeiras assembleias conciliatórias, em relação ao trabalho constante da Delegacia de Ordem Social em encontrar uma liderança ou agitador, aponta que o “único líder era o ‘general fome’³¹⁸.

A violência perpetrada por “aparatos legítimos”³¹⁹, aqui, as forças de repressão e segurança, corroboradas pelo poderio econômico na forma da classe patronal, tende a aparecer no cenário da greve com mais virulência que

³¹⁴ **GAZETA DO POVO**. 15 mil kg de alimentos. Curitiba, 29 de novembro de 1979, p.16, quinta-feira.

³¹⁵ *Idem*.

³¹⁶ *Idem*.

³¹⁷ BALIBAR, 2005, p.103.

³¹⁸ **GAZETA DO POVO**. Reajuste de 31,02% virá a partir de dezembro. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p. 16, sexta-feira.

³¹⁹ BALIBAR, 2005, p.106.

a fome e o cotidiano dos trabalhadores (violências “não vistas”). Sobre ela, repetiram-se manchetes e descrições de depoentes presos nas manifestações.

Balibar, ao apontar para a dialética do poder e a violência, cita conceitos caros ao historiador, como Estado e Revolução, ortodoxia e heresia políticas. No processo dessa fenomenologia, entre revoluções e contrarrevoluções, surgem a “crueldade” e o “gozo” dos aparatos legítimos e hegemônicos das sociedades – o que considera “impetuoso” e “brutal”. Observamos esta crueldade claramente. Ela está presente no chamado Mercado, nos mundos do trabalho regidos por ele, mas também naquilo que Balibar conceitua violência “ultra objetiva” – “a exploração e o desemprego”³²⁰.

Nesta esteira, o filósofo Paulo Eduardo Arantes reflete sobre os tempos autoritários brasileiros, “entre o golpe encomendado e o regime de exceção realmente entregue”³²¹, expondo um dos principais pilares do projeto de nação dos militares – aliada às forças detentoras dos meios de produção e uma casta política favorável ao momento vivido.

Conservadores e simplesmente reacionários tinham como horizonte retrospectivo a decretação de um amplo estado de sítio nos moldes do constitucionalismo liberal, com suspensão de garantias em defesa da ordem jurídica de mercado, contra o tumulto das “classes perigosas” e sua crescente indisciplina quanto à subordinação do trabalho ao capital.³²²

Mesmo durante o período de transição (1987-1985) e apesar dos “tumultos” das “classes perigosas”, este projeto estava inserido nas estruturas, instituições e corporações de toda a economia nacional. Não obstante, muito dele permanece nos dias atuais – aquilo que Arantes chama Estado Oligárquico de Direito³²³.

O Estado é um dos participantes mais ativos da greve da construção, e não seria diferente. Todo movimento grevista, por mais que se insurja contra as forças privadas de produção, atinge o Estado de forma contundente. Os atores

³²⁰ Idem. p.115.

³²¹ ARANTES, 2014, p.300.

³²² Idem. p.300.

³²³ Para o filósofo político, o Estado Oligárquico de Direito, erigido nos tempos autoritários e resquício da ditadura civil-militar, é assim especificado: “um regime jurídico-político caracterizado pela ampla latitude liberal-constitucional em que se movem as classes confortáveis, por um lado, enquanto sua face voltada para a ralé que o recuo da maré ditatorial deixou na praia da ordem econômica que ela destravou de vez se distingue pela intensificação de um tratamento paternalista-punitivo” (ARANTES, 2014, p. 292).

sociais que aparecem e influenciam no dia a dia da greve narrada – o delegado, o escrivão, o comandante da polícia, o patronato, o general, o ministro do trabalho etc. – pertencem às estruturas e a máquina de um Estado de exceção, o que Étienne Balibar classifica como “uma potência supremamente violenta, destruidora da ordem ideal”³²⁴.

Para ele, existem “jogos de reflexos infinitos” entre a sociedade civil e as forças do Estado, o que está posto claramente na análise de nosso objeto. Esses reflexos se revelam nos mais diferentes momentos históricos – de “injustiça e ilegalidade [a] revolta e revolução”³²⁵.

Entre injustiças e revoltas, no dia 24 de novembro, após as negociações entre a Delegacia de Ordem Social e a Comissão de Paz e Justiça da Arquidiocese de Curitiba, diversos pedreiros detidos foram soltos, muitos temendo a imediata expulsão de suas determinadas obras e construtoras.

Neste ínterim, denunciaram aos membros da comissão de clérigos a despreocupação com a alimentação dos pedreiros no interior das prisões. Muitos não estavam presos apenas por uma tarde, mas por dias³²⁶. Este acontecimento gerou a “revolta”³²⁷ de muitos no interior do sujeito coletivo.

Os acontecimentos dos dias 27 e 28 foram fortemente marcados por ações de contra violência preventiva: choque frontal com as forças de repressão e segurança, depredações de canteiros de obras, quebra-quebras nas ruas, e conflitos no seio do sujeito coletivo, como a tática da adesão obrigatória. Um “poder insurrecional”³²⁸ contra os poderes instituídos, sejam eles policiais, econômicos e/ou políticos.

No último choque frontal, a contra violência dos peões de obra no derradeiro 28 de novembro foi freada por uma notória estratégia das forças de repressão e segurança. Um cerco³²⁹ que envolveu todo o espaço onde se concentravam: 1) esperou-se o alvo cansar e, sem movimentos bruscos, o observou imóvel por alguns minutos, exausto; 2) Maquiou-se uma não

³²⁴ BALIBAR, 2005, p.112.

³²⁵ Idem. p. 112.

³²⁶ **GAZETA DO POVO**. Presos passaram fome. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

³²⁷ **GAZETA DO POVO**. Soltar grevistas. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

³²⁸ Op. Cit. p. 112.

³²⁹ **GAZETA DO POVO**. Algumas prisões e o movimento declina. Curitiba, 29 de novembro de 1979, p.16, quinta-feira.

agressividade e certa imobilidade dos aparatos repressivos; 3) Quando, como em um ato surpresa, usando de cordões de homens em círculo, cercou-se o alvo em um determinado espaço, espaço este que não conseguissem escapar, nem fazerem uso de qualquer outro movimento.

Em menor número, esfomeados, cansados, cercaram-se a Praça Afonso Botelho dezenas de cordões de policiais e algumas viaturas, *decretando* o fim do movimento grevista da construção civil curitibana. Um decreto mediante violência extrema. Para Balibar, ação “excessiva de violência social”³³⁰.

Ao fim e a cabo, o filósofo marxista nos deixa uma mensagem prática a respeito de sua extensa reflexão teórica: um poder de *contra violência preventiva* só pode ser organizado, incluindo o poder insurrecional e revolucionário, se, “inegavelmente, conhecermos a violência”³³¹: as suas tipologias jurídicas, explicações sociológicas e psicológicas, estatísticas acerca de seus retrocessos e avanços, etc. Só assim podemos abolir as diversas suspeitas a respeito de tão complexa temática.

3.1. NÚMEROS E REFLEXÕES

Se, mediante as fontes jornalísticas, obtivemos um entendimento amplo a respeito dos acontecimentos eruptivos do dia-a-dia da greve da construção civil curitibana, foi com a crítica e manejo das fontes policiais que remontamos a experiência de resistência daqueles trabalhadores, não como registro direto de sua expressão, mas através do discurso da classe dominante³³².

Há possibilidades de nos aprofundarmos ainda mais nos arquivos sensíveis da história recente, assim ampliando o nosso entendimento sobre aqueles acontecimentos.

Longe de uma perspectiva histórica quantitativa e estática, fomos impelidos a listar todos os sujeitos detidos, interrogados, fichados e, sem conhecimento pelo simples fato do não registro nos autos, encarcerados, buscando uma maior compreensão dos dias de intenso conflito entre o sujeito

³³⁰ BALIBAR, 2005, p.119.

³³¹ Idem. p.113.

³³² PAOLI, 1982, p.60.

coletivo, Estado e o Mercado – aparatos “legítimos” da violência – incluindo as forças patronais, a iniciativa privada e a sua influência e capacidade de coação (demissão em grande número de trabalhadores participantes da greve, por exemplo).

Como o leitor pôde perceber no capítulo II, não há a possibilidade de expor e *dar voz* a todos os trabalhadores que participaram do movimento paredista nas páginas desta dissertação – anexando cada pequena história encontrada nas fichas ao corpo do texto – por essa razão, optamos por selecionar algumas delas e incorporá-las na construção da greve a partir de uma narração coerente. Como o fizemos.

Contudo, a partir da listagem dos participantes mediante a pesquisa nos dossiês policiais, e através desta metodologia, formulamos três problemáticas distintas, mas inter-relacionadas – problemas estes que a narrativa por si só não consegue responder: 1) quais foram às empresas/construtoras de maior envolvimento no movimento paredista; 2) qual foi a quantidade de detidos e fichados pela Delegacia de Ordem Social de cada empresa citada; 3) se seria possível tecer uma relação entre o nível maior ou menor de engajamento e a média de idade.

Abaixo, uma tabela completa com as identificações dos operários partícipes contidas nos quatro dossiês pesquisados (*Dossiê A* ao fim do *Dossiê D*)³³³, além da sua idade, funções que desempenhavam, seus espaços de trabalho e a data em que foram detidos e interrogados na Delegacia de Ordem Social.

³³³ Em razão das muitas fichas repetidas, decidimos construir uma lista corrida de todos aqueles que participaram da onda de greves que ocorreu em Curitiba em novembro de 1979. Além de repetições, muitos outros documentos em branco e fichas de informações diversas, como cor dos olhos, dos cabelos, da pele, se tinham barba e bigodes, as unhas feitas ou mal feitas, constavam nos dossiês após os depoimentos. Fizemos a escolha de não nos atermos a estas informações, que, apesar de relevantes para outros estudos com outras perspectivas, não se adequam a nossa.

Tabela 01 – Identificação dos Operários participantes contidas nos quatro dossiês pesquisados, (Departamento de Polícia Civil, 1979).

NOME	IDADE	PROFISSÃO	ESPAÇO DE TRABALHO/ESTUDO	DETENÇÃO
Amadeu Rodrigues dos Santos	26	Servente de pedreiro	Firma Sakamori	23/11/1979
Alceu Luiz de Sousa	25	Servente de pedreiro	Construtora Acre	23/11/1979
José de Oliveira Ramos	46	Armador	Cenzala Engenharia de Construções Civis	23/11/1979
Américo Pereira	26	Servente de pedreiro	Cenzala Engenharia de Construções Civis	23/11/1979
Herivelto Silva	19	Servente de pedreiro	Corinthians Construções	23/11/1979
José Cardoso	25	Pedreiro	Samper Engenharia	23/11/1979
Paulíneo José Delazéri	22	Estudante	Colégio Santo Ateneu	22/11/1979
Edivaldo Dias Sousa	43	Pintor	Firma Sakamori	23/11/1979
Luís Pereira	43	Pedreiro	Firma HD	23/11/1979
Altair Jordão da Silva	21	Pedreiro	Dalton Construções	27/11/1979
Gregório Raink	44	Servente de pedreiro	Construtora Marna	23/11/1979
Antonio Sergio Hobmeir	20	Apontador	Firma HD	23/11/1979
Omar Cabral de Lima	35	Pedreiro	<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	27/11/1979
Ademir Venturino	28	Pedreiro	Firma HD	27/11/1979
Gilmar Batista da Silva	24	Pedreiro	Firma Sakamori	27/11/1979
José dos Santos Neves	25	Pedreiro	Construtora Alcântara	27/11/1979
Jaime José da Silva	23	Servente de pedreiro	Construtora Marna	23/11/1989
Alfredo Buike	29	Pedreiro	Firma HD	27/11/1979

João Serapião da Cruz	35	Motorista de táxi	<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	28/11/1979
Otávio de Oliveira Prestes	39	Pedreiro	Empresa Meridional	27/11/1979
Afonso Donizete Ferreira	21	Pedreiro	Construtora Guedes Pereira	27/11/1979
Pedro Joel Ferreira	23	Motorista	<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	28/11/1979
Ernê Oton França	27	Comerciante	Diasapel Eletrodomésticos	26/11/1979
Manoel Carvalho de Rezende	41	Motorista de táxi	<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	26/11/1979
Dirceu Aparecido Lourenço	21	Servente de pedreiro	Construtora Pazzini	23/11/1979
Heitor Hening	25	Carpinteiro	Construtora TABA S/A	23/11/1979
Gilberto Aparecido de Souza	19	Servente de pedreiro	Construtora DEPE	23/11/1979
José Bertolazu	44	Pedreiro	<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	23/11/1979
Edil Alves dos Santos	20	Servente de Pedreiro	Cortume Curitiba	23/11/1979
José Gomes Neto	41	Operador de máquinas	Construtora Greca	23/11/1979
Altamir Martins	19	Servente de pedreiro	Marna LTDA	23/11/1979
Vidal Ferreira de Souza	21	Pedreiro	Firma Metropolitana de Construções	23/11/1979
José Antonio Rodrigues de França	24	Carpinteiro	Firma Encipar	23/11/1979
Ivan Cláudio dos Santos	23	Carpinteiro	Madeira Pazini	23/11/1979
Antonio de Oliveira Filho	30	Pedreiro	Metropolitana Engenharia Civil	23/11/1979
Sebastião Lopes dos Santos	43	Pedreiro	Construtora Taba S/A	23/11/1979
Antonio Alves Bonetti	22	Pedreiro	<i>INDEPENDENTE</i>	23/11/1979

Carlos Moacir Pinto	21	Servente de pedreiro	Firma Idusplan	23/11/1979
Narciso Pereira	22	Carpinteiro	<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	23/11/1979
Geraldo Severino da Silva	22	Pintor	Firma Idusplan	23/11/1979
<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	47	Carpinteiro	Firma HD Construções Civis	23/11/1979
Pedro Slotuk	20	Pedreiro	Firma HD Construções Civis	23/11/1979
José Angelo Machado	26	Eletricista	TABA S/A	23/11/1979
Joel Ramiro da Silva	32	Pedreiro	Firma Sakamori	23/11/1979
Manoel Alves Ribeiro	33	Pedreiro	Firma Incepar	23/11/1979
Benedito Manoel de Jesus	21	Servente de Pedreiro	Gutierrez Paula Munioz	23/11/1979
Ivam Campos	23	Pedreiro	<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	23/11/1979
Benedito Norato	24	Servente de pedreiro	Firma HD Construções Civis	23/11/1979
João Ribeiro Pinto	24	Servente de pedreiro	Construtora HD	23/11/1979
Sebastião Vieira	27	Carpinteiro	Empreendimento Labor	23/11/1979
José Dionísio Prado	49	Pedreiro	RA Sub-Empreiteira	23/11/1979
Osnei dos Santos	22	Pedreiro	<i>INDEPENDENTE</i>	23/11/1979
Wilson Gonçalves Pinto	28	Pintor	Irmãos Mauad	23/11/1979
Crispim Santos de Freitas	41	Servente de pedreiro	Nova Era	23/11/1979
Jurandir Monteiro	25	Pedreiro	Firma Sakamori	23/11/1979
Sebastião Alves dos Santos	20	Carpinteiro	Nova Era	23/11/1979
Gerçon Pereira Lima	20	Servente de pedreiro	Construtora Casa Nobre	23/11/1979

Ernesto Lins dos Santos	46	Carpinteiro	Firma TABA S/A	23/11/1979
Francisco Castorino	25	Pedreiro	<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	23/11/1979
Leonardo Coutinho de Lara	31	Pedreiro	Construtora FASE	23/11/1979
Gerson Pereira Lima Barreto	21	Servente de pedreiro	Construtora Casa Nova	26/11/1979
José Antonio Rodrigues da França	24	Carpinteiro	Firma ENCIPAR	23/11/1979
Mario Fernandes Ribeiro	36	Pedreiro	Irmãos Mauad	23/11/1979
Décio Lopes de Carmo	29	Pedreiro	Firma Sakamori	23/11/1979
Francisco da Silva	27	Pedreiro	Construtora Vaticano	23/11/1979
João Fernandes Acêncio	55	Vigia	Empresa Paranaense de Segurança	26/11/1979
Daniel Millark	23	Carpinteiro	Firma Cozendei	26/11/1979
Hercílio Carvalho da Silva	56	Inspetor de Obras	Estacas Frank LTDA	24/11/1979
Maurinio Serafim da Silva	26	Motorista de ônibus	Empresa de Ônibus Nossa Senhora	26/11/1979
Edilson Arcerispo de Sá	34	Motorista de ônibus	Empresa de Transporte Coletivo Glória	26/11/1979
Valdevino Colasso Silveiro	27	Motorista de ônibus	Empresa de Transporte Coletivo Glória	26/11/1979
Marques Bruno	30	Motorista de ônibus	Expresso Copa Verde	26/11/1979
Oswaldo Antunes da Rocha	27	Taxista	Firma Lima & Nicola	26/11/1979
João Carlos Kilstevich	22	Motorista de ônibus	Transportes Mello e Passageiro de Táxi	26/11/1979
Manoel Pereira da	29	Pedreiro	Construtora Curitiba	23/11/1979

Silva				
Francisco Veríssimo Luiz	33	Mestre de obras	Firma Lagas Iguaçu	27/11/1979
Ubiratan Vargas da Silva	24	Pedreiro	Nova Era	27/11/1979
Norival Aparecido	22	Pedreiro	Mediterrâneo Construções	27/11/1979
Valdecir Cristiano Lamim	18	Laminador	Empresa de ônibus Nossa Senhora da Penha	27/11/1979
Casturinho Fernando	23	Eletricista	Empresa Nossa Senhora da Pena	27/11/1979
Valdemir Francisco Araújo	23	Soldador	Empresa Nossa Senhora da Penha	27/11/1979
João Olavo Marques Lima	37	Carpinteiro	Firma TABA S/A	27/11/1979
Pedro Calixto	45	Pedreiro	Nova Era	28/11/1979
Manoel Agentil Ramos	30	Pedreiro	Alvaro Passos Construtora	27/11/1979
Francisco Telles de Souza	34	Pintor	<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	28/11/1979
Crínio Ricardo da Cunha	17	Pedreiro	<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	28/11/1979
Antonio Jurandir Matozo	22	Pedreiro	Firma Entepar	23/11/1979
Carlos Moacir Pinto	18	Servente de pedreiro	Firma Idusplan	23/11/1979
João Francisco dos Reis	26	Pedreiro	Firma Idusplan	23/11/1979
Narciso Pereira	22	Carpinteiro	Firma Idusplan	23/11/1979
João Alves da Silva	45	Servente de pedreiro	Concreta Construção Civil	23/11/1979
Daniel França	27	Pedreiro	Firma Conte & Anjos	28/11/1979
Amauri Santos	33	Pedreiro	Firma TABA S/A	28/11/1979
Sebastião Taborda de Oliveira	34	Taxista	Viação Glória	23/11/1979

Rene Tadeu da Silva	22	Motorista de ônibus	Empresa Auto Viação Marechal	26/11/1979
Nelson Majewski	35	Motorista de ônibus	Empresa Auto Viação Glória	26/11/1979
Alldes Rocha de Carvalho	19	Cobrador	Empresa Auto Viação Água Verde	26/11/1979
Ataíde Fagundes de Capos	28	Taxista	Eros Ribas	26/11/1979
João Luís Rodrigues	22	Vigia	SERVIPAR	26/11/1979
Jorge Lima dos Santos	22	Cobrador	Transporte Coletivo Glória	26/11/1979
Jamil Zombini	27	Cobrador	Empresa Cristo Rei	26/11/1979
Júlio Teixeira Colasso	41	Motorista de ônibus	Empresa Auto Viação Glória	26/11/1979
Pedro Antonio Soares	26	Motorista de ônibus	Linha Ahu	26/11/1979
Jair Barbosa Souza	21	Pedreiro	Mediterrâneo Construtoras	27/11/1979
Leonato Domingues do Nascimento	45	Cobrador	Empresa Nossa Senhora de Luz	26/11/1979
Vicente Jesus dos Santos	23	Cobrador	Empresa Auto Viação Copa Verde	26/11/1979
Aureliano da Costa Cozendei	22	Taxista	<i>INDEPENDENTE</i>	26/11/1979
Gilberto de Souza Brasil	25	Cobrador	Empresa Auto Viação Marechal	26/11/1979
Jorge Luiz Dalprá	25	Motorista de ônibus	Empresa Auto Viação Copa Verde	26/11/1979
Lourival Costa Azevedo	36	Motorista de ônibus	Empresa Auto Viação Copa Verde	26/11/1979
Antonio Guerero Postigo	32	Cobrador	Empresa Auto Viação Copa Verde	26/11/1979
Orací de Freitas	42	Motorista de ônibus	Empresa de Transporte Coletivo	26/11/1979

			Glória	
Gilmar Antonio Martins	20	Cobrador	Empresa de ônibus Auto Viação Marechal	26/11/1979
Arli Venâncio	33	Motorista	Empresa de ônibus Auto Viação Marechal	26/11/1979
Dinarte Francisco Valério	26	Cobrador	<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	26/11/1979
Luiz Carlos Ribeiro da Silva	32	Taxista	Firma Lima & Nicola	26/11/1979
Marcio Corrêa	37	Funcionário Público	X	26/11/1979
Amadeu Silveira Filho	27	Comerciante	Nagi Calçados	26/11/1979
Antonio Soares Barboza	38	Pedreiro	Firma Monte Rei	26/11/1979
João Maria Pereira Ramos	19	Vigia	<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	26/11/1979
Robert William Aubizu	23	Discente de Engenharia Civil	X	26/11/1979
Antonio Riscarolli	43	Motorista de ônibus	<i>SEM IDENTIFICAÇÃO</i>	26/11/1979
Augustinho Rosário dos Santos	33	Pedreiro	Firma HD	27/11/1979
Júlio Gonçalves Andaluze	44	Pedreiro	Nova Era	20/11/1979
Nelson Fadanelli	24	Carpinteiro	Construtora Acre	20/11/1979
Jaime Alves Betoldo	25	Pedreiro	Nova Era	20/11/1979
Antonio Lopes Macedo	29	Pedreiro	Firma Sakamori	20/11/1979
José Torres Rodrigues	26	Servente de pedreiro	Construtora Acre	20/11/1979
José Tibúrcio Carvalho	20	Eletricista	Nova Era	28/11/1979

Darci Saraiva de Jesus	21	Servente de pedreiro	Nova Era	20/11/1979
Gislene Dalves da Silva	19	Estudante	Colégio 19 de Dezembro	21/11/1979
Miroca Almeida Camargo	27	Pedreiro	Firma Sakamori	20/11/1979

A partir das fichas policiais, totalizamos 21 serventes de pedreiro; 65 pedreiros; 05 taxistas; 25 motoristas de ônibus; 03 vigias; 01 mestre de obras; 01 laminador; 03 eletricitas; 01 armador; 02 estudantes; 02 comerciantes; 13 carpinteiros; 09 cobradores de ônibus; 01 funcionário público; 04 pintores; 01 operador de máquinas; e um 01 inspetor de obras.

Através da análise das fichas policiais, observa-se a falta de organização grevista dentro dos canteiros de obras e outros espaços de sublevação³³⁴, visto a espontaneidade explosiva da categoria nos dias iniciais do movimento. Por outro lado, não há grandes grupos de detidos e encarcerados provenientes de um só espaço. Em paralelo, não havia uma estratégia clara das forças de repressão e segurança para detê-los. E com o passar dos dias, quanto mais o sujeito coletivo se desfazia entre a repressão e a “bagunça”³³⁵, mais os aparatos de Estado se organizavam. Para as polícias, a Justiça e o patronato, aos poucos, a surpresa de um instantâneo movimento de bases foi tomando concretude.

A maioria dos pedreiros e serventes de pedreiros possui de 20 a 35 anos de idade. Existe, de fato, uma maior participação de operários mais jovens na tática de adesão obrigatória, no envolvimento de quebra-quebras e na concentração de praças e avenidas. São eles que iniciam os seus depoimentos se queixando da “quantia da escassez”³³⁶ (17,15 Cr\$/hr) que recebem em seus cheques semanais. São eles a *avant-garde* do movimento.

³³⁴ Por vezes, é detido apenas um operário de uma só construtora. Da Firma Cozendei, apenas o carpinteiro Daniel Millark. Já do Estacas Frank LTDA, só o seu inspetor de obras, Hercílio Carvalho da Silva.

³³⁵ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba. Dossiê A, nº. 03217, Ficha 16, novembro de 1979.

³³⁶ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 75, novembro de 1979.

Em todas as fichas analisadas, nenhum operário apontou para outro, nominalmente, como o “cabeça” do movimento. Nunca conhecem ou conheceram os mentores ou lideranças da greve. Acusam, talvez, ingenuamente, aqueles que os auxiliam. A Igreja Católica é vista como um dos “aliados” do movimento (“comissão de padres”, falam eles, em relação à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba), pouco sabendo a respeito do correr dos acontecimentos: as decisões judiciais tomadas abruptamente, razões para terem sido detidos, resoluções das reuniões de conciliação, os membros das comissões grevistas, as ações do próprio sindicato que deveria representa-los, etc.

Nota-se certa *surpresa* destes mesmos jovens trabalhadores frente a um movimento massivo como aquele – movimento que faziam parte como um só sujeito. Ainda, muitos analisam aqueles acontecimentos não como uma greve, mas apenas “uma reivindicação”. Como o jovem pedreiro Jair Barbosa de Souza, 21 anos de idade, contratado pela Mediterrâneo Construções. O depoente afirma que o que estavam fazendo não era uma greve, “apenas uma manifestação”, e, em um possível ato de temor frente ao delegado Luis Fernando Vianna Artigas, responde não ter se manifestado, “só acompanhado”³³⁷.

Em outras fichas, os trabalhadores de 35 a 50 anos são motoristas de táxi, motoristas de ônibus ou vigias (outras categorias que constam nos dossiês dos “participantes das greves dos trabalhadores da construção civil”, juntamente com os peões de obra), e, geralmente, não participavam ativamente de suas respectivas greves. Se, nesta faixa etária, encontramos indivíduos membros da categoria de peões, são inspetores de obras, armadores, eletricitas e pintores. Quando observamos as faixas etárias destes sujeitos na documentação, não constam trabalhadores com mais de 60 anos – evidência da alta taxa de mortalidade entre a categoria.

A empresa com maior incidência de operários partícipes do movimento paredista foi a Construtora Sakamori: 08 grevistas detidos. Durante a pesquisa, muitas foram as tentativas de contato com a construtora, porém nos deparamos com telefones mudos ou não existentes, celulares com pessoas

³³⁷ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê D, nº. 03215, Ficha 104, novembro de 1979.

sem qualquer relação com a empresa, *e-mails* nunca retornados e sem endereço eletrônico. Se decretou falência ou ainda está em atividade com outro nome e fachada, não se sabe. No site jurídico de processos já arquivados e em andamento, *JusBrasil*, quatro processos com o CNPJ da empresa não conclusos³³⁸.

Apesar da construtora Nova Era ter sido apontada por alguns operários interrogados como o marco zero³³⁹ do movimento grevista, nela, a incidência de agitação grevista foi pouca. Assim como a construtora Sakamori, apenas 08 trabalhadores foram detidos. Também constatamos que números telefônicos e endereços eletrônicos não existem. Longe de realizar uma pesquisa de campo (o que não foi proposto nesta dissertação), e apenas por uma curiosidade momentânea, fomos até a Cidade Industrial de Curitiba, em dezembro de 2017. Nem sequer uma placa sobre a construtora Nova Era foi encontrada.

Frente a escassas informações, partimos em busca das grandes (e médias) construtoras através de outras fontes.

Em uma tarde de junho de 2016 e, tempos depois, em dezembro de 2017, conversamos brevemente com a engenheira civil paranaense Maria Eloísa Ferraz³⁴⁰, indagando-a a respeito das nomenclaturas das grandes construtoras sobre as quais nos deparamos. Eloísa explicou a impossibilidade de tomarmos conhecimento da “vitalidade” de todas as empresas construtoras da segunda metade do século XX aos nossos dias – mesmo com o intuito de conhecer breves históricos.

Muitas delas mudaram e mudam de nome com o passar dos anos, entram rapidamente em falência ou fundem-se a pequenas e médias empreiteiras com as maiores e mais poderosas. Caso fossemos a fundo, teríamos de cruzar centenas de CNPJs e realizar uma ampla pesquisa em arquivos privados (quando existentes e se possíveis), para chegar a poucas conclusões.

Inquietos, entramos em contato com o diretor do Arquivo Público Municipal de Curitiba, funcionário da Secretaria Municipal de Planejamento e

³³⁸ **JUSBRASIL.** Em < <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/49386279/construtora-sakamori-ltda>>.

³³⁹ **ESTADO DO PARANÁ.** DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha, 47, novembro de 1979.

³⁴⁰ Engenheira civil graduada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com especialização em engenharia hidráulica na Universidade de São Paulo (USP).

Administração, Rubens Alves Zamperini, questionando a possível existência de documentação oficial (listas, relatórios, atas, etc) em que a relação entre construtoras, empreiteiras e o poder público curitibano, à época da greve da construção civil de 1979, fosse o seu conteúdo. Caso existissem, poderíamos, através delas, identificar os possíveis sujeitos do patronato da construção paranaense e suas respectivas empresas.

De acordo com Zamperini, havia apenas um documento arquivado que fosse relacionado ao meu pedido requisitado: uma fotografia tirada, no ano da greve, entre empresários curitibanos e o prefeito em uma ordinária reunião matinal. Concluiu o nosso diálogo eletrônico dizendo: “No registro da referida imagem não existem maiores informações que permitam afirmar que se trate da greve na construção civil”³⁴¹.

Tendo em vista as dificuldades encontradas, e com as informações que tínhamos em mãos, iniciamos então uma reflexão a respeito da tabela produzida no correr da pesquisa.

Da Construtora TABA S/A, 06 trabalhadores detidos. E, coincidentemente, na Firma Idusplan, outros 06 operários foram presos. Da Construtora Irmãos Mauad, 03 detidos. Durante a pesquisa, o que nos trouxe confusão foram as fichas de determinados operários que trabalhavam na Firma HD Construções Cíveis e, em outros documentos, simplesmente Firma HD. Se ambas são a mesma empresa, 09 de seus empregados foram presos entre os dias 23 e 26 de novembro. Dois serventes da Construtora Marna também foram presos nos dias iniciais do movimento

Nos diversos acontecimentos fragmentados daquela conjuntura – a greve dos motoristas de ônibus e táxis –, da Empresa de Transporte Coletivo Glória, 03 condutores foram detidos. Já da empresa de Táxi Firma Lima & Nicola, 02 de seus motoristas foram encaminhados a Delegacia de Ordem Social. Como narramos no Capítulo 2, vigias também participaram da onda de manifestações e movimentos grevistas em Curitiba: 03 foram presos. Um deles era empregado da Empresa Paranaense de Segurança, o outro, da SERVIPAR. O último, como nos mostra a tabela, não foi identificado.

³⁴¹ ZAMPERINI, Rubens A. G.. **Arquivo-Pesquisa** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rzampieri@seplad.curitiba.pr.gov.br> em 11 dez. 2017. Secretaria Municipal de Planejamento e Administração – SEPLAD, Departamento de Arquivo Público – PLADAP, Curitiba, 2017.

No dia 20 de novembro, 07 prisões deram o ponta pé inicial a “caça” aos pedreiros paredistas. A maior incidência de prisões se deu no dia 23 de novembro de 1979, ocorrendo 58 detenções documentadas.

Quando se percebeu a aglutinação dos trabalhadores em um sujeito coletivo capaz de paralisar as construções públicas e privadas da capital paranaense, pudemos ver a confusa, porém eficaz rapidez das forças de repressão e segurança a partir dos dias 23 e 24. Já no dia 26 de novembro, seguiram 38 detenções. Depois, 27 de novembro, 18 prisões. Em um dos últimos dias da greve de peões, 28 de novembro, 08 correspondências foram registradas.

Como constatamos durante o processo de pesquisa, a participação feminina foi pequena. Nas fichas policiais, apenas uma mulher foi detida e fichada: a estudante Gislene Dalves da Silva, na tarde do dia 21 de novembro, orientando grevistas e participando de inúmeros atos reivindicatórios. Não há indícios de nenhuma trabalhadora fichada ou detida (durante os protestos e concentrações, as mulheres que participavam estavam lado a lado de seus maridos, juntamente com os seus filhos pequenos).

Comparado com os números de grevistas reunidos nas praças em protestos apresentados pela Gazeta do Povo, notamos pouca incidência de detenções, como supúnhamos no início de nossa pesquisa. Então, cabe ao historiador indagar: teriam todas as prisões sido documentadas?

Como outrora narrado, na tarde de 24 de novembro, inúmeras esposas concentravam-se nos arredores da Delegacia de Ordem Social, espaço onde os peões de obra haviam sido levados pelas viaturas que rondavam o centro da cidade. Lá, denunciavam os “sumiços”³⁴² de seus maridos, principalmente das praças onde se concentravam e realizavam assembleias. Desaparecidos, levados ou não ao delegado Luis Fernando Vianna Artigas, teriam sido as suas detenções registradas? É uma resposta de difícil resolução. Sempre atrelados, e como razão, “a noção de vestígio, materializados por documentos, arquivos”³⁴³, algumas perguntas permanecem sem resposta. Frente a isso, quais possibilidades teria o historiador? Entrevistar membros das corporações policiais à época, questionando o processo de detenção dos sujeitos

³⁴² **GAZETA DO POVO**. Soltar grevistas. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

³⁴³ DOSSE, 2013, p.200.

considerados “baderneiros”, “agitadores”, “subversivos”? Descobrir novas listas de detidos – e não encaminhados ao delegado? Duas hipóteses. Ou mesmo elucubrações.

Diferente da clássica “violência de Estado”³⁴⁴, citada por Étienne Balibar quando discute o “problema do direito e suas muitas dimensões – elemento de violência presente na força da Lei – e mesmo com base nas “armas”, que variam de tempo e lugar, como categorizar a violência do desaparecimento, dos “sumiços”, senão pelas brechas abertas por um Estado de exceção?

Sobre o engajamento político e mesmo partidário de pedreiros e serventes grevistas, encontramos poucas informações. A impressão que nos passa é que as lideranças do movimento não foram detidas ou interrogadas. Nem sequer foram presas. Aqueles que a Delegacia de Ordem Social reteve durante aquelas duas semanas eram trabalhadores ordinários, por vezes radicalizados e, geralmente, integrantes de grupos concentrados em espaços públicos e canteiros de obras – fazendo uso da ação direta em seus protestos.

O operário já citado (p.52), José dos Santos³⁴⁵, pedreiro de 34 anos, pode ser considerado um grevista engajado. Membro de comissões, participante de passeatas reivindicatórias e conhecedor daquele contexto conflituoso, auxiliou muitos de seus companheiros de classe. Menos radicalizado que alguns setores da categoria, José mantinha relação conciliadora com a mesa diretora do sindicato dos trabalhadores e mesmo com alguns indivíduos do Tribunal Regional do Trabalho. Outro grevista engajado foi o supracitado Luiz Tibúrcio de Carvalho, eletricitista de 20 anos.

Informações fragmentadas não diminuem a história da greve da construção civil curitibana de 1979. Não se conseguirá de forma alguma proceder à ressurreição do passado tal como ele foi. Lacunas permanecem. Certas vezes, o acontecimento rompe e se desfaz frente aos olhos estáticos do pesquisador. Por isso, números – e a breve reflexão proposta por intermédio

³⁴⁴ BALIBAR, 2005, p.110-111.

³⁴⁵ **ESTADO DO PARANÁ**. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha 67, p. 373 (PDF).

deles – são outros meios de compensar “ao nível da análise abstrata, esse sabor imediato do acontecimento que quase irremediavelmente perdemos”³⁴⁶

³⁴⁶ DOSSE, 2013, p.147.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A greve da construção civil ocorrida em Curitiba no ano de 1979 fez parte de uma conjuntura crítica do processo histórico brasileiro. De 1978 a 1980, praticamente todas as capitais da federação, as grandes e médias cidades, multinacionais e empresas nacionais, enfrentaram massivos movimentos grevistas.

Como instrumento de luta da classe trabalhadora, “cruzar os braços” por melhores condições de vida, foi – desde a emergência do modo de produção capitalista e as suas estruturas de dominação – uma das únicas maneiras, coletivamente, de se construir novas relações de trabalho, e se idealizar um novo mundo: “a desconstrução de uma individualidade e a construção de uma nova”³⁴⁷ .

Nas ruas, avenidas e canteiros de obras da capital paranaense, uma pequena guerra foi travada entre forças antagônicas. Diferente do que imaginávamos, aqui, pensando de forma simbólica, este confronto de forças não se deu entre o sujeito coletivo de trabalhadores solidários uns aos outros e as forças de repressão e segurança, suas viaturas, algemas, cassetetes e gás lacrimogêneo. Este confronto se deu entre o capital e o trabalho – uma guerra que se estende há dois séculos e no correr do século XX e início do XXI, se globalizou.

Apesar de suas reivindicações não terem sido atendidas, a sua entidade sindical não ter cumprido o seu papel, e, ao final, enfraquecidos e desamparados, “o insucesso destas pequenas lutas, dada a espantosa violência e repressão, não anula a enorme importância deste campo no engendramento histórica da luta de classes”³⁴⁸ .

Em artigo clássico, Maria Célia Paoli demonstra a importância das muitas resistências da classe trabalhadora mesmo em breves períodos e, aparentemente, destoadas das grandes revoltas e revoluções da História. Paralela aos movimentos grevistas que ressurgiram no país à época, a greve da construção civil curitibana impõe a sua deferência.

³⁴⁷ BALIBAR, 2005 p.114.

³⁴⁸ PAOLI, 1982, p.62.

Para a historiadora

Tudo isso pode ser pequeno, descontínuo, fragmentado, mas certamente não é banal. E não é banal pelo menos dois sentidos importantes: primeiro, se se pode ver nestas “pequenas lutas” a classe em formação, na medida em que inaugura um tempo coletivo de elaboração de suas experiências comuns – ou seja, propõe um tempo político onde os trabalhadores podem se ver como sujeitos de uma dominação específica – certamente isso leva a encarar a própria luta de classes como algo que acontece em tempos descontínuos, divergentes, paralelos e eventualmente convergentes.³⁴⁹

Tempos e sujeito coletivos atentamente observados durante a pesquisa. Não obstante, assistimos a ação dos aparatos legítimos do Estado – aquele que detêm a violência como “instrumento legítimo”³⁵⁰ – exercer o seu papel disciplinador e de contenção social. Refletimos sobre o papel das entidades sindicais durante a ditadura civil-militar, estrutura burocratizada e, muitas vezes, atrelada mais aos interesses de governos e homens de estado que os da classe trabalhadora.

Observamos o papel de diversos atores sociais e suas respectivas marcas neste breve acontecimento: um patronato distante, fechado a negociações, homens sem face, mas onipresentes e conhecedores de cada momento daquele intrincado processo. A impossibilidade de encontrarmos a identificação dos indivíduos à frente das grandes construtoras privadas evidencia a tamanha invisibilidade destes setores da classe dominante, imersos nas estruturas de Estado do período pós-golpe.

Próximos do empresariado, delegados e juízes distantes da massa grevista, onde fora as pontas da caneta e a papelada burocrática que deslegitimaram o movimento paredista, pondo fim aquela conjuntura de disputas e conflito.

Membros de uma Igreja Católica que aos poucos alterava a visão que tinha de seu país. Não estando mais de costas para o povo, nem balbuciando o arcaico latim, cardeais, arcebispos e padres tornaram-se peças importantes nos períodos de resistência a ditadura civil-militar e nos anos de redemocratização. Através da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de

³⁴⁹ PAOLI, 1982 p.62.

³⁵⁰ BALIBAR, 2005 p.111.

Curitiba, os trabalhadores puderam contar com um importante pilar de sustentação.

Por fim, e não menos importante, a complexa e intrincada formação de um sujeito coletivo de trabalhadores da indústria da construção civil, indivíduos relegados à exclusão social e a não cidadania. Sujeitos capazes de construir uma identidade coletiva baseado em um profundo sentimento de revolta. Uma rede de sujeitos em busca de direitos – na visão de mundo dos peões de obra, melhores salários e condições dignas de trabalho.

POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA

Trinta e sete anos após a conjuntura de transição, o processo de redemocratização e os massivos movimentos de trabalhadores do final dos anos 70, a assembleia do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil se enchia novamente para debater sobre a conjuntura pós-*impeachment* da presidenta eleita Dilma Vana Rousseff e as reformas impostas do presidente Michel Temer alterando a espinha dorsal dos códigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), isso tudo em um contexto de crise aguda das instituições brasileiras.

Tendo em vista essa movimentação sindical de pedreiros e serventes curitibanos, na tarde do dia 11 de novembro de 2016, procurado pela Gazeta do Povo para uma publicação sobre a deflagração da greve daquele ano, publiquei um pequeno artigo³⁵¹ sobre o tempo presente. O que era óbvio (e a razão do artigo de opinião), não deixei de sintetizar a greve da construção de 1979, comparar as conjunturas históricas e suscitar a crítica aos leitores daquele jornal. Pela primeira vez, alguns resultados da presente dissertação estavam, sinteticamente, disponíveis para centenas de milhares de leitores brasileiros.

E não seria diferente. Durante a publicação do artigo e as primeiras linhas escritas do projeto de pesquisa – os obstáculos na coleta das fontes, a falta de mais informações, etc. – tínhamos em mente a construção de uma história para além dos muros da academia, jamais diminuindo a relevância da

³⁵¹ GENARO, L. F. M. **Entre a ditadura e a democracia, as greves**. Gazeta do Povo, Curitiba, 11 de novembro de 2016. Em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/entre-a-ditadura-e-a-democracia-as-greves-353zo70njok2f745p4uevi0xr>>. Acessado em: 02/12/2017.

universidade na edificação de valores cidadãos, incitando a coletividade, solidariedade, *progresso* científico e social. Não obstante, pretendíamos ir além e inserir a nossa pesquisa naquilo que compreendemos *história pública*.

Iniciamos esta dissertação com Chalhoub e Fontes sobre o debate acerca da História Social do Trabalho e a História Pública, e, sobre esta última, eles conceituaram:

História pública não apenas como iniciativas específicas dedicadas a tornar a produção da história social do trabalho mais conhecidas do grande público. Consideramo-la também a própria interação contínua entre a historiografia social como campo específico de conhecimento, os movimentos sociais e a sociedade civil como um todo.³⁵²

Em idas e vindas ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil (SINTRACON), mesmo de mãos abanando e sem perspectiva, deixei claro ao presidente da mesa diretora à época, assim como para outros que brevemente entrei em contato, a minha vontade de presentearlos com esta pesquisa ao estar conclusa. Todos receberam a ideia com positividade. Notamos que esta “interação” entre a produção historiográfica e a sociedade civil passa então a ser possível. Tornar a luta dos peões de obra uma história pública, mostra-se, por isso, um imperativo desta pesquisa.

Oito anos antes da explosão de movimentos grevistas no país, em 1971, Chico Buarque de Hollanda presentearia o país com o álbum *Construção*. Um alento em meio ao Brasil calcado em uma ditadura civil-militar autoritária e censora.

No disco, uma famosa canção levaria o seu nome – letra e melodia que até os nossos dias impacta os seus ouvintes. A historieta trágica de um pedreiro invisível aos olhos da sociedade, mostrou aos ouvintes de Buarque uma realidade cruenta. O pedreiro é construído como uma sombra entre andaimes e canteiros de obras. Um *não cidadão* permeado pelo estigma da despreocupação de governos, o dar-de-ombros da maioria das pessoas e a cotidiana opressão e miseráveis condições de vida: ele pede licença para nascer, viver e sorrir.

³⁵² CHALHOUB, Sidney; FONTES, 2009, p.03.

Chico, no entanto, mostra que aquele indivíduo, apesar de todos os pesares, não é estático, muito menos alheio ao que ocorre a sua volta. Ele bebe, come, dança, ama, se ergue e trabalha. Ele também agoniza, cai, tropeça e morre. As moscas bicheiras, segundo o compositor carioca, o cobrem como um pedaço de carne, sendo ele mais um corpo que atrapalha o sábado.

Apesar da tragédia histórica vivida pelas classes trabalhadoras brasileiras, e aqui em especial, a categoria da construção civil, imortalizada por Buarque em sua canção, a resistência, reivindicação e a luta por outra vida, realidade e história, estão presentes neste mesmo processo, que, como nos mostrou François Dosse, Nair Heloísa Bicalho de Sousa, Salvador Sandoval, Étienne Balibar e outros tantos autores que nos orientaram, não é linear e nem regida pela ação e reação, mas um processo entre permanências e rupturas – por vezes violentas e brutais.

Sobre violências e brutalidades vistas e vividas pelas classes dominadas, Darcy Ribeiro – que sempre, e por todos, deveria ser lembrado! – em uma retrospectiva a contrapelo do Brasil em seu clássico *O Povo Brasileiro*, publicado em 1995, admite com pesar o seu fracasso como antropólogo, docente, ativista e homem de estado. Mas escancara que odiaria estar ao lado dos vencedores. Longe de fatalismos e vitimizações, alçado na utopia de uma sociedade mais justa e igualitária, viu na luta das classes trabalhadoras urbanas o caminho para o aperfeiçoamento das instituições políticas da República brasileira³⁵³. Enxergava nelas a esperança de um país diferente do que via até então. A ele entregamos o final desta dissertação.

Como não há nenhuma garantia confiável de que a história venha a favorecer, amanhã, espontaneamente, os oprimidos; e há, ao contrário, legítimo temor de que, também no futuro, essas minorias dirigentes conformem e deformem o Brasil segundo os seus interesses, torna-se tanto mais imperativa a tarefa de alcançar o máximo de lucidez para intervir eficazmente na história a fim de reverter a sua tendência secular.³⁵⁴

Este é o nosso propósito.

³⁵³ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.201. .

³⁵⁴ Idem, p.226.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Betty B. **O que todo cidadão precisa saber sobre Greves**. São Paulo, Ed.: Global, 1985.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

BALIBAR, Étienne. **Violencias, Identidades Y Civilidad**: Para una cultura política global. Barcelona, Ed.: Gedisa, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo, Ed.: Brasiliense, 1985.

CHALHOUB, Sidney; FONTES, Paulo. História social do trabalho: História pública. **Perseu**, Nº 4, Ano 3, 2009.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador. São Paulo, Ed.: UNESP, 2013.

FILHA, Elza Aparecida de Oliveira. Apontamentos sobre a história de dois periódicos curitibanos: "Gazeta do Povo". **Cadernos de Escola de Comunicação**. UNIBRASIL, Paraná, 2014.

HOBBSAWM, Eric. Citação retirada da contracapa da obra "**Pessoas Extraordinárias – Resistência, Rebelião e Jazz**". São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo, Ed.: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). O regresso do acontecimento. In: **Fazer história, 1: Novos problemas**. Trad. Maria Eduarda Correia. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. bras. Hist.** vol. 17 n. 34, São Paulo, 1997.

MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba, SAMP, 2017, [recurso eletrônico – E-Book].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo, Ed.: Boitempo, 2017.

NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 119-168, 2009.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In.: **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987.

ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo, Ed.: Boitempo, 2014.

REMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1657-1913)**. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1969.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William J. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Ed.: Expressão Popular, 2009.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Ed. Três Estrelas, 2017.

SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil: 1945-1990**. São Paulo, Ed.: Ática, 1994.

SCHWARCZ, Lilian; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUSA, Nair H. B. de. **Trabalhadores pobres e cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil**. Uberlândia: EDUFU, 2007

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. **Past and Present**, nº. 85, nov.. 1979.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das. Letras, 1998.

ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: Algumas considerações metodológicas. In: **Revista de História e Historiografia nº4**. São Paulo: EDUC, 1985.

FONTES

Jornais

GAZETA DO POVO. EDITORIAL. Noventa anos de História. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/especiais/90-anos/independencia/noventa-anos-de-historia-beaefbfbxubyxka4q07fgg85q>>. Acessado em julho de 2017.

GAZETA DO POVO. Greves, os problemas. Curitiba, 10 de novembro de 1979, p.32, sábado.

GAZETA DO POVO. Paraná quer demonstrar confiança em Figueiredo. Curitiba, 11 de novembro de 1979, p.01, domingo.

GAZETA DO POVO. Muita confusão no 2º dia de greve dos empregados da construção civil. Curitiba, 21 de novembro de 1979, p. 11, terça-feira.

GAZETA DO POVO. Por toda a cidade, as marchas para reivindicação. Curitiba, 22 de novembro de 1979, p. 12, quarta-feira.

GAZETA DO POVO. Por toda a cidade, as marchas para reivindicação. Curitiba, 22 de novembro de 1979, p. 12, quarta-feira.

GAZETA DO POVO. Exacerbação. Curitiba, 22 de novembro de 1979, p.21, quarta-feira.

GAZETA DO POVO. Grevistas da construção civil insistem nos 80%. 22 de novembro de 1979, p.13, quarta-feira.

GAZETA DO POVO. EDITORIAL. A legitimidade da greve e a sua degeneração. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.6, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Dissídio coletivo pode mudar o movimento da construção civil. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.31, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. “Greve ilegal?”. Curitiba, 24 de novembro de 1979, p,19, sábado.

GAZETA DO POVO. Rejeição é possível. Curitiba, 24 de novembro de 1979, p,19, sábado.

GAZETA DO POVO. Nota oficial. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.1, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Empresários não compareceram ao encontro na DRT. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.31, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Motoristas de ônibus também pedem aumento. Curitiba, 23 de novembro de 1979, p.31, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Pedreiros não aceitam um aumento de 30%. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

GAZETA DO POVO. Recusar acordo. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

GAZETA DO POVO. Situação dos grevistas, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

GAZETA DO POVO. Soltar grevistas. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

GAZETA DO POVO. Presos passam fome. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

GAZETA DO POVO. Esquema policial. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

GAZETA DO POVO. Comunicado à população. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.33, quarta-feira.

GAZETA DO POVO. Prejuízos grandes. Curitiba, 25 de novembro de 1979, p.20, domingo.

GAZETA DO POVO. Definição para os motoristas. Curitiba, 26 de novembro de 1979, p.24, segunda-feira.

GAZETA DO POVO. Não dão aumento. Curitiba, 26 de novembro de 1979, p.24, segunda-feira.

GAZETA DO POVO. TRT declara ilegal o movimento dos pedreiros. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.16, terça-feira.

GAZETA DO POVO. Reajuste de 31,02% virá a partir de dezembro. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p. 16, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Votação decisiva. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p. 16 sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Ânimos acirrados. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p. 16 sexta-feira.

GAZETA DO POVO. A Votação. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p. 16 sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Lixeiros, nova ameaça. Curitiba, 27 de novembro de 1979. p. 17, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Incidentes e prisões. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.17, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Táxis param e querem gasolina subsidiada. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.17, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Curitiba vive dia de expectativa e confusão. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.40, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Nervosismo. 27 de novembro de 1979. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.40, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Motoristas de ônibus são atendidos. 27 de novembro de 1979. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.40, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Presença dos piquetes. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.40, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Mediação. Curitiba, 27 de novembro de 1979, p.40, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Movimento dos pedreiros tende a violência. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

GAZETA DO POVO. Comunicado à população. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.33, quarta-feira.

GAZETA DO POVO. Garantia pela volta. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.33, quarta-feira.

GAZETA DO POVO. Um movimento com muitos desencontros. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

GAZETA DO POVO. Cenas de violência. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

GAZETA DO POVO. Solução pode sair hoje. Curitiba, 28 de novembro de 1979, p.32, quarta-feira.

GAZETA DO POVO. EDITORIAL. Figueiredo e o Paraná. Curitiba, 29 de novembro de 1979, p.6, sexta-feira.

GAZETA DO POVO. Praticamente no fim a luta dos peões. Curitiba, 29 de novembro de 1979, p.16, quinta-feira.

GAZETA DO POVO. Algumas prisões e o movimento declina. Curitiba, 29 de novembro de 1979, p.16, quinta-feira.

GAZETA DO POVO. 15 mil kg de alimentos. Curitiba, 29 de novembro de 1979, p.16, quinta-feira.

GAZETA DO POVO. Com a volta ao trabalho, greve na construção civil se encerra. Curitiba, 30 de novembro de 1979, p.16, quinta-feira.

REPÚBLICA DO BRASIL. Os peões pararam Curitiba por um dia. São Paulo, 22 de novembro de 1979, p.09-10, ed. 075.

FOLHA DE SÃO PAULO. Governo preparado para coibir abusos de greve. São Paulo, 17 de agosto de 1979 [Notícia impressa recortada].

ESTADO DO PARANÁ. E a Curitiba do Polaco está no ar em Los Angeles. Curitiba. Almanaque, Tablóide, 03 de abril de 1987.

Fichas policiais

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha 47, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba. Dossiê A, nº. 03217, Ficha 43, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba. Dossiê C, nº. 03216, Ficha 102, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba. Dossiê C, nº. 03216, Ficha 83, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba. Dossiê A, nº. 03217, Ficha 22, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê D, nº. 03215, Ficha 50, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03219, Ficha 110, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº. 03217, Ficha 06, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba. Dossiê A, nº. 03217, Ficha 16, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha 67, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha, 73, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 85, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê D, nº. 03215, Ficha 122, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha 56, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 77, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 79, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº 03218, Documentos esparsos, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03214, Ficha 84, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº. 03217, Ficha 24, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº. 03217, Ficha 19, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê D, nº. 03215, Ficha 116, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº. 03217, Ficha 23, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê b, Nº. 03218, Ficha 65, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03214, Ficha 88, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03214, Ficha 78, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº. 03217. Ficha 10, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº. 03217. Ficha 15, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 105, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 88, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 89, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 90, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê A, nº 03217, Ficha 07, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê D, nº 03215, Ficha 131, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha 51, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03216, Ficha 75, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê C, nº. 03214, Ficha 84, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha, 47, novembro de 1979.

ESTADO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Curitiba, Dossiê B, nº. 03218, Ficha 67, novembro de 1979.

Outras fontes

BRASIL. Relatório da Comissão Estadual da Verdade - PR, Teresa Urban, Paraná, 2014.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Histórico. Paraná, Curitiba. Disponível em: <<http://www.cutpr.org.br/conteudo/1/historico>> Acessado em: 10/12/2017.

SINTRACON. Fato Concreto. Curitiba e Região Metropolitana. N.07, Maio/Junho de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. APUFPR – 50 ANOS DE HISTÓRIA. O movimento Diretas Já/Greve de 1984/Greve de 1987/Fim da Ditadura Militar. Curitiba, Fascículo 04, Agosto de 2010.

JUSBRASIL. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/49386279/construtora-sakamori-ltda>>. Acessado em novembro de 2017.